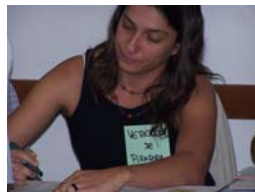


RELATÓRIO DO CURSO SOBRE MANEJO COMUNITÁRIO DE PESCA



Projeto Peixes Pessoas e Águas

Belo Horizonte - BH
05 a 09 de setembro de 2005

INTRODUÇÃO

Antecedentes

Segundo proposta apresentada à Coordenação do Projeto Peixes, Pessoas e Água, por solicitação desta, para realização de um curso de capacitação de forma a englobar a questão do manejo comunitário de pesca e gestão de projetos participativos de desenvolvimento sócio-ambiental, foi realizado o presente curso que teve por finalidade treinar e capacitar técnicos do projeto, assim como das organizações governamentais e não governamentais parceiras. A capacitação foi realizada no período de 05 a 09 de setembro de 2005, para o qual foram convidados cerca de 30 participantes, porém houve a participação efetiva de 12 pessoas de acordo com a Lista de Participantes.

O curso foi realizado no Hotel Royal Center, em Belo Horizonte - BH, e teve a duração de cinco dias, com 40 horas de trabalhos práticos e teóricos.

Objetivos e programa do Curso

Os objetivos gerais do curso foram:

Espera-se que ao término do curso os participantes:

- o Conheçam as técnicas de estruturação visualizada e estejam aptos a utilizá-la;
- o Conheçam os instrumentos básicos de planejamento da participação social em projetos de desenvolvimento;
- o Conheçam a abordagem sobre os meios de vida sustentáveis;
- o Conheçam os elementos básicos da legislação e ecologia pesqueira; e
- o Estejam aptos e preparados a apoiar o manejo comunitário de pesca,

Programa

APRESENTAÇÃO

- Apresentação dos participantes
- Introdução ao curso
- Expectativas
- Objetivos e temas do curso
- Programa
- Estratégia de trabalho
- Acordo de convivência
- Formação de comitês

UNIDADE I – Estruturação Visualizada de Idéias

- Recomendações para a visualização das idéias
- Recomendações para o trabalho em grupo,
- Recomendações para a moderação dos grupos de trabalho,
- Recomendações para a elaboração e apresentação dos painéis,
- Base do Planejamento da participação Popular,

UNIDADE 2: Ecossistema e Pesca do rio São Francisco

- Produtividade e Ciclos e pulsos
- Principais componentes da fauna aquática de interesse para o homem.
- Biodiversidade e Caracterização dos principais grupos
- Biologia e ciclos de vida dos principais recursos ícticos.
- Ciclos de vida e estratégias reprodutivas.
- Distribuição espacial, migrações e formas de dispersão.
- Tecnologias e classificações.
- Locais, artes, espécies, sazonalidade.
- Volumes capturados, estatística pesqueira e monitoramento.

UNIDADE 3: Organização Comunitária

- Bases da comunicação: Processo e Formas de comunicação.
- Mobilização Comunitária: sensibilização e motivação.
- Organização Comunitária: objetivos, princípios.
- O Facilitador de reuniões: atitudes, regras, recomendações.

UNIDADE 4: Manejo e Políticas Públicas

- Ordenamento Pesqueiro: competências, responsabilidades, regulamentações (Decreto Lei 221, Lei 7679, Lei 9605, Decreto 3179).
- Diretrizes Estratégicas do Ordenamento Pesqueiro e a Gestão Participativa.
- Acordos de pesca: desenvolvimento histórico e sua forma atual.
- Meios de Vida Sustentáveis.
- Estudo de Caso.
- Manejo Comunitário: regras de uso, fatores de influência, sustentabilidade, monitoramento e indicadores.
- Estudo de caso.

UNIDADE 5: Experiências Êxitos de Gestão Participativa

- Projeto Iara
- ProVárzea
- Maniraua

UNIDADE 6: Avaliação

- Avaliação do curso
- Melhores Momentos
- Encerramento

Organização prévia

A organização do evento coube à equipe do Projeto Peixes Pessoas e Águas, assim como os demais detalhes logísticos do mesmo.

O material didático, apresentado no curso tanto vídeo como impresso do curso, foi entregue para reprodução e distribuição aos alunos, como fonte de futuras consultas.

Toda a memória das tarefas realizadas, na forma de painéis digitados, além da cópia de algumas das transparências usadas para apoiar as explicações teóricas, fazem parte do presente relatório e foram preparadas e digitadas pela Sr. Mauro Ruffino e Alzenilson Aquino.

APRESENTAÇÃO

Procedimentos iniciais

Abertura do curso

A abertura do curso se deu informalmente pelo Joaquim Carosfeldi. Este, depois de dar as boas vindas aos participantes, ressaltou a importância do curso para os futuros trabalhos do projeto e dos demais parceiros junto à sociedade e às comunidades locais. Em seguida, foi dado início aos trabalhos do curso pela capacitador/ moderador Mauro Ruffino.

Apresentação dos participantes

O primeiro momento foi dedicado à apresentação do capacitador. Em seguida, os participantes se apresentaram segundo uma dinâmica que visou, além da apresentação, integrar o grupo e envolver o mesmo numa atividade de organização grupal.

Para a realização desta atividade foi apresentado um painel com as instruções necessárias que se encontra no Anexo 1, como Painel 01 (Recomendações para a apresentação dos participantes).

A partir das informações recebidas, os participantes deram início à atividade seguida da apresentação em plenária do resultado da tarefa, cuja memória encontra-se no Anexo 1, como Painéis 01A a 01E (Apresentação dos participantes)

Apresentação dos objetivos e programa do curso

A próxima etapa foi a apresentação dos objetivos do curso e da estruturação do mesmo em seus seis componentes: Introdução – contendo todos os procedimentos iniciais, Unidade I – contendo informações essenciais sobre a técnica de Estruturação Visualizada de Idéias, UNIDADE II – Ecossistema do Rio São Francisco e seu recurso naturais renováveis UNIDADE III – Organização Comunitária, Base da Comunicação, Mobilização e Organização Comunitária; UNIDADE IV – Ordenamento Pesqueiro e suas diretrizes; UNIDADE V – Experiências Exitosas de Gestão Participativa; e UNIDADE VI – Avaliação e encerramento.

Os painéis referentes aos objetivos do curso, sua estruturação e a programação encontram-se no Anexo 1, como o painel, cuja memória encontra-se no Anexo 1, como Painel 04 (Acordo de convivência).

Acordo de convivência

A próxima tarefa disse respeito à elaboração do acordo de convivência como um ponto de referência para avaliação diária. Para isso, os participantes responderam em plenária às perguntas orientadas como abaixo explica:

Para que este curso tenha êxito:

- O que devemos fazer
- O que devemos evitar

Com base nestas perguntas, cada um deu a sua contribuição de forma visualizada em fichas que chegaram por compor o painel, cuja memória encontra-se no **Anexo 1, como Painel 04 (Acordo de Convivência)**.

Formação do comitê de avaliação

Dando continuidade aos procedimentos iniciais, foi explicado e montado o comitê de avaliação do dia. Com essa atividade encerrou-se a primeira parte do curso, cuja intenção é entregar os participantes e estabelecer algumas regras para os demais dias de trabalho.

UNIDADE I - Bases da Técnica de Estruturação Visualizada de Idéias

O trabalho participativo tem como um de seus pontos mais importantes a discussão conjunta de idéias e a busca de consenso através de um processo de construção do mesmo. Essas discussões tanto podem ocorrer no âmbito de uma reunião plenária como nos trabalhos em pequenos grupos. É comum se observar que ao final de uma discussão, poucos são capazes de resgatar todos os pontos levantados ou conclusões estabelecidas. As palavras como que se perdem no calor da discussão. Também, é comum de ver mudança de opinião de alguns em relação àquilo que defenderam, até de forma veemente, depois que as opiniões se acomodam e as decisões são tomadas. Para minimizar ou evitar que tais fatos se tornem rotina nos trabalhos participativos, a metodologia empregada neste curso vai fazer uso de alguns instrumentos promotores de uma estruturação de idéias mais objetiva, mais transparente, menos conflituosa e mais bem organizada.

Por estruturação de idéias deve se entender todo o processo de se discutir e ordenar as idéias surgidas tanto a partir de um debate, como durante a elaboração de um diagnóstico, ou o levantamento de informações, etc., sempre que estes ocorrerem de forma participativa. A estruturação de idéias está associada a alguns instrumentos que vem em auxílio da mesma, mas que não são essenciais. Isto quer dizer, que diferentes dinâmicas e instrumentos podem ser tomados como forma de auxiliar a estruturação das idéias, além daqueles aqui apresentados. Assim, o emprego de técnicas, dinâmicas e instrumentos participativos têm por objetivos:

- promover a estruturação das idéias de forma lógica, objetiva e organizada,
- fomentar a discussão e a troca de experiências,
- dinamizar a discussão entre os participantes,
- reduzir os conflitos, etc.

Entre os instrumentos usados, podemos citar aqueles abaixo, tidos como os mais importantes e as respectivas recomendações para seu uso:

- a visualização das idéias,
- trabalho em grupo,
- a construção e organização dos painéis,
- a moderação nos grupos de trabalho e na consolidação das idéias em plenária.

Visualizando as idéias

A visualização é um processo em que as idéias geradas, de forma individual ou em grupo, são anotadas em fichas coloridas de papel ou cartolina, de tamanho, cores e formas variadas que são, em seguida, afixadas em painéis recobertos com papel de papel de embrulho pardo (tipo Kraft ou semi-kraft) ou coladas em folhas do mesmo papel presas à parede com fita adesiva de forma que possam ser visualizadas, à distância, por todo o grupo. A maior vantagem do uso dessas fichas, ao invés de uma simples folha de “flipchart”, é que elas podem ser ordenadas, agrupadas, movidas de um lugar a outro no painel formando uma estrutura tal que represente toda a discussão havida. Uma segunda vantagem é que os painéis assim estruturados podem ser facilmente registrados, dando origem à documentação que vai servir como memória da reunião.

Porém, para que o painel produzido pelo grupo possa surtir o efeito desejado como auxiliar da discussão, é conveniente que algumas recomendações sejam seguidas.

Recomendações para a visualização de idéias

Essas recomendações que se encontram apresentadas no Painel 01 (Recomendações para a escrita visualizada) podem ser resumidas como:

- cada idéia deve ocupar apenas uma ficha,
- a idéia deve ser clara, concisa, lógica e objetiva,
- não ocupar mais do que quatro linhas por ficha,
- coordenar o uso de cores e formatos de ficha,
- procurar não usar termos ambíguos ou palavras dúbias, que possam gerar dúvidas, conflitos e mal-entendidos, etc.

Recomendações para a elaboração e organização dos painéis

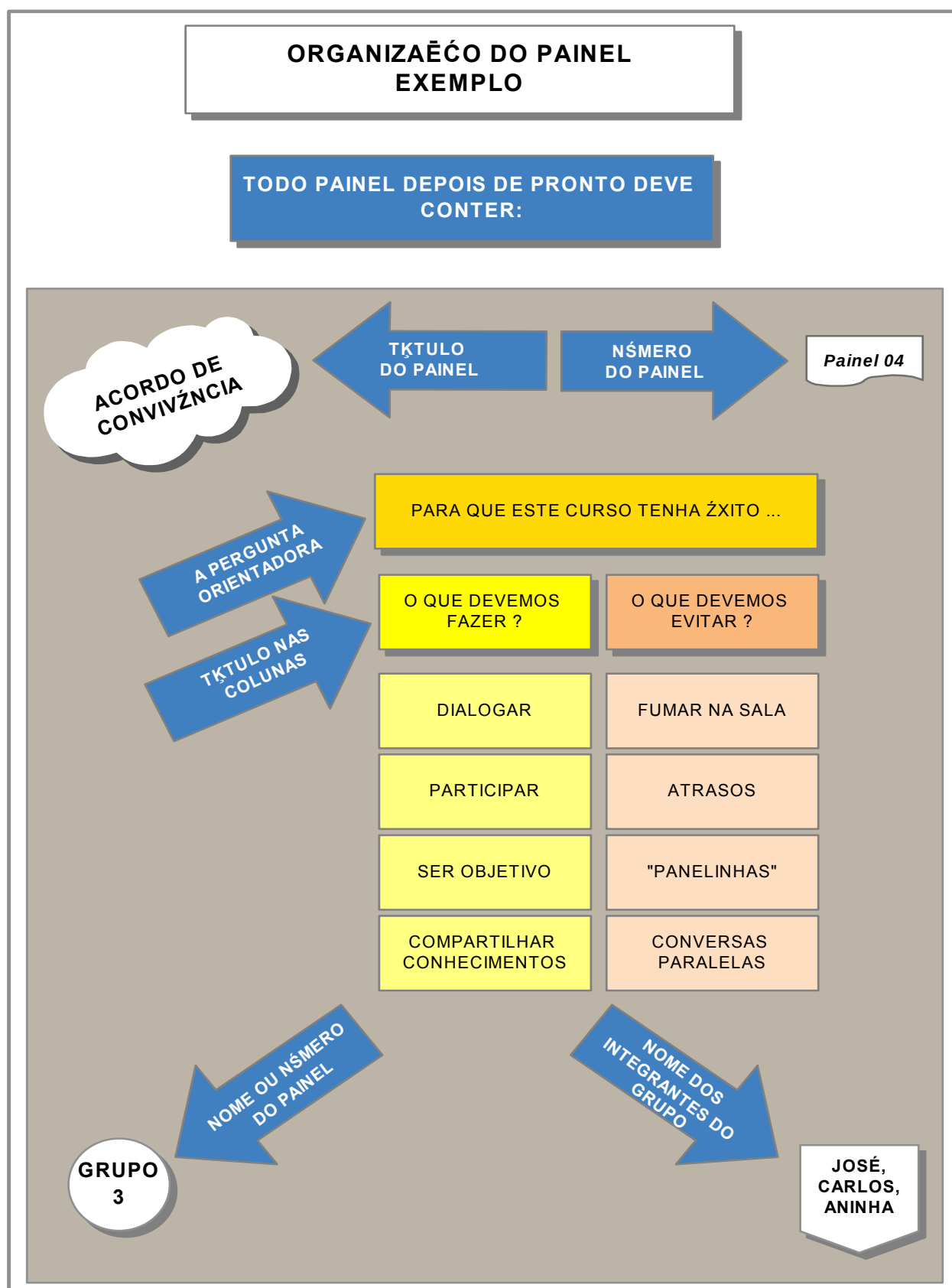
Mas as recomendações para a visualização não se prendem unicamente à escrita, mas também à elaboração e organização dos painéis e têm por finalidade principal auxiliar na estruturação das idéias e gerar um foco central da atenção no decorrer das discussões. Para que os painéis possam cumprir sua finalidade como auxiliares do trabalho visualizado, a sua elaboração e organização devem estar atreladas a algumas recomendações básicas. Essas recomendações dizem respeito, principalmente, aos seguintes aspectos:

- não esquecer os títulos e sub-títulos,
- não esquecer dos títulos das colunas,
- não esquecer de colocar o número do painel,
- não esquecer de colocar o nome dos integrantes do grupo,
- não esquecer de colocar, caso haja, o número do grupo de trabalho.

O resumo dessas recomendações encontra-se no Painel 02 (Estruturação dos Painéis).

UMA SÓ IDÉIA POR FICHA	FACILITA A ESTRUTURAÇÃO DAS IDÉIAS
NÃO MAIS DO QUE 4 LINHAS POR FICHA	FACILITA A LEITURA À DISTÂNCIA
USAR LETRA GRANDE E LEGÍVEL	FACILITA A LEITURA
EVITAR TERMOS GENÉRICOS OU AMBÍGUOS	REDUZ OS MAL-ENTENDIDOS E CONFLITOS
COORDENAR O USO DE CORES E FORMAS	MELHORA O VISUAL DO PAINEL

Painel 01 – Recomendações para a escrita visualizada.



Painel 02 – Recomendações para a organização dos painéis

Materiais para a estruturação de idéias visualizada

O emprego da visualização de idéias pressupõe o uso de alguns materiais indispensáveis para o bom funcionamento da mesma. Esses materiais compreendem:

- painéis apropriados,
- papel pardo para recobrir os painéis,
- fichas de cartolina ou papel de vários tamanhos e cores, conforme especificado mais adiante,
- alfinetes de mapa,
- marcadores com ponta de feltro grossa (tipo pincel atômico), nas cores preta, azul, verde e vermelha, para a escrita nas fichas,
- etiquetas auto-adesivas redondas pequenas e de cores variadas,
- cola em bastão ou em branca tipo Tenaz,
- régua, tesoura, estilete,
- fitas adesivas e tipo crepe.

As fichas existem em formatos e tamanhos diferentes (retangulares, hexagonais, ovais, redondas) e normalmente em 5 cores distintas de tons claros (amarelo, verde, azul, rosa e branco). Isto não impede que outras cores sejam usadas além destas. Além disto temos as “nuvens” e “meias-nuvens” que são normalmente utilizadas como títulos.

Quanto à escrita, como já dissemos, ela deve ser feita com pincel atômico de ponta Grossa de feltro, usando-se o lado mais largo da mesma. O melhor é usar o preto para a escrita, deixando as cores vermelha, verde e azul para detalhes que se queira salientar. Nunca se deve escrever em fichas rosas com pincel vermelho ou verde, nas azuis com pincel verde, nas verdes com pincel verde, azul ou vermelho. O azul pode ser usado no branco e no amarelo sem problemas. A visualização fica muito difícil quando essas regras deixam de ser observadas.

Além das fichas, o participante tem a sua disposição um farto arsenal de sinais e símbolos para expressar coisas como conflito de idéias no grupo, relevância da idéia ou assunto, necessidade de maiores esclarecimentos, decisão em parar a análise naquele ponto, etc. Também, podem fazer uso de pontos, flechas, linhas simples, duplas, retas ou sinuosas para relacionar fichas ou idéias.

O uso de figuras e desenhos, para exprimir melhor suas idéias, assim como de recortes e figuras retiradas de revistas e jornais também pode ser considerado. É principalmente com relação a estes elementos que vale muito o espírito inovador de cada um.

Quais as vantagens de se utilizar a visualização?

Entre outras vantagens, a visualização:

- facilita, para todos, o entendimento uniforme das mensagens transmitidas,
- facilita a interpretação da mensagem, o possibilita uma discussão mais concreta dos assuntos abordados, o leva o grupo a uma melhor estruturação das idéias, o auxilia a memorização, o facilita o resumo dos dados e discussões, o permite que se chegue a conclusões mais objetivas e consensuadas, o torna as discussões e tomadas de decisão

mais transparentes, o facilita e apóia a documentação, o permite o repasse de informações sem distorções ou ingerências externas.

Recomendações para o trabalho em grupo

A primeira preocupação ao se pretender repartir os participantes entre pequenos grupos para facilitar o trabalho é a de como fazê-lo. Não há uma regra definida, mas vale o uso do bom senso. Por exemplo, posições hierárquicas distintas não devem ficar em um mesmo grupo. Contendores contumazes, idem. A divisão do grupo pode ser feita segundo o gênero, idade, condição social, conhecimentos, interesses específicos, habilidades, regiões de origem, etc. Há que se tomar muito cuidado nessa divisão para evitar conflitos, afloramento de preconceitos, etc. Na maioria das vezes, é preferível deixar que as pessoas escolham o grupo de acordo com os interesses, conhecimento e habilidades mantendo o necessário equilíbrio em número de participantes, por grupo. O grupo deve se estruturar segundo algumas recomendações básicas para bem desenvolver seu trabalho com o máximo de eficiência e eficácia. Embora sejam recomendações bem básicas, ao adotá-las o grupo poderá perceber a diferença entre um grupo trabalhando de forma organizada e outro onde estruturado. Entre essas recomendações destacam-se: o definir os papéis de cada um no grupo o definir regras para o trabalho o definir as fases do trabalho em grupo o relembrar as técnicas de visualização o preparar o local de trabalho

Essas recomendações básicas encontram-se no Painel 03 (Organização dos grupos).

Papel do moderador da reunião

O moderador, também chamado de facilitador, coordenador, etc., de uma reunião ou oficina, tem como papéis:

- coordenar a reunião
- manter a discussão dentro dos limites do tema
- possibilitar a participação equilibrada de todos, através :
 - da interrupção dos "oradores intermináveis"
 - do estímulo à participação dos tímidos e indecisos
 - do impedimento de demonstrações de poder, de força, de conhecimento, de hierarquia, etc.
- estruturar as discussões através de resumos, observações e perguntas
- estabelecer as regras para uma discussão objetiva
- definir o tempo para as discussões em plenário
- assegurar a visualização dos pontos principais
- estimular o grupo a alcançar suas próprias decisões
- cuidar para que as regras sejam seguidas

O Painel 04 (Papel do moderador do evento) apresenta o resumo do tema.

Recomendações para a moderação dentro do grupo de trabalho

Um pouco diferente do que as normas que regem a moderação de um facilitador profissional, estas apresentadas aos participantes têm por finalidade orientar o trabalho do facilitador do grupo, sendo ele um membro do mesmo.

Essas recomendações encontram-se no Painel 05 (Moderação no grupo).

Produzindo e organizando as idéias

Uma das dinâmicas utilizadas para a produção e organização das idéias é a já muito conhecida “tempestade de idéias” ou “brainstorming”. Esta é uma técnica que incentiva a livre promoção de idéias, estimulando a criatividade e a associação das mesmas.

A técnica tanto serve para coletar idéias novas, opiniões e sugestões relacionadas a um tema definido, como para levantar problemas, sugerir soluções, efetuar avaliações, etc. É importante que as idéias, propostas e opiniões reflitam com exatidão a real intenção de quem as escreve, e por isso, a escrita deve ser feita pelo próprio autor da idéia. Apenas em casos muito especiais essa regra deixa de ser observada e o processo deve seguir, então, as orientações do moderador.

Em caso de temas muito complexos, eles podem ser decompostos em dois ou três problemas mais simples e trabalhados separadamente. Por exemplo, ao se tentar fazer um levantamento dos problemas do trânsito de uma grande cidade, é possível que os participantes encontrem dificuldades e se percam no trabalho, uma vez que há inúmeros aspectos relacionados ao tema. Qual destes aspectos seria o mais conveniente ou importante? Em casos complexos, como este, é aconselhável subdividir o tema segundo alguns enfoques para facilitar o trabalho para os grupos. Cada grupo poderá, então, trabalhar um enfoque diferente e posteriormente discuti-los, em conjunto, em plenária. O tema poderia ser decomposto, por exemplo, em:

- como evitar os problemas de estacionamento na zona central
- como melhorar o trânsito nas horas de "rush"
- como reduzir a poluição causada pelos carros no centro da cidade
- como reduzir os congestionamentos no trânsito
- como evitar a violência no trânsito, etc.

RECOMENDAÇÕES PARA O TRABALHO EM GRUPO

AO DIVIDIR
O GRUPO,
PROCURAR
FAZÊ-LO:

COM BASE NO
CONHECIMENTO
ESPECIALIZADO

COM BASE NAS
CARACTERÍSTICAS
PESSOAIS

COMO GRUPOS
MULTIDISCIPLINARES

COM BASE NA ESTRUTURA
SOCIAL

COM BASE NAS
CONVENIÊNCIAS TÉCNICAS

SEPARANDO FOCOS DE
CONFLITOS

COMO
ESTRUTURAR
O
GRUPO?

O GRUPO ESCOLHE O
COORDENADOR DOS
DEBATES

O GRUPO ESCOLHE UM
RELATOR PARA
APRESENTAÇÃO FINAL DOS
RESULTADOS

O COORDENADOR
ESTRUTURA AS ETAPAS DO
TRABALHO EM FUNÇÃO DO
TEMPO

O COORDENADOR
GERENCIA O TEMPO NA
EXECUÇÃO DA TAREFA

O COORDENADOR MODERA
E ESTRUTURA O PAINEL

O COORDENADOR FAZ UMA
LEITURA FINAL DE TODAS
AS FICHAS ANTES DA
APRESENTAÇÃO

Painel 03 – Recomendações para o trabalho em grupo

**RECOMENDAÇÕES
PARA A MODERAÇÃO
NOS GRUPOS**

**O QUE DEVE FAZER O
MODERADOR DO GRUPO?**

**ESTIMULAR O GRUPO A PRODUZIR
IDÉIAS VISUALIZADAS EM FICHAS**

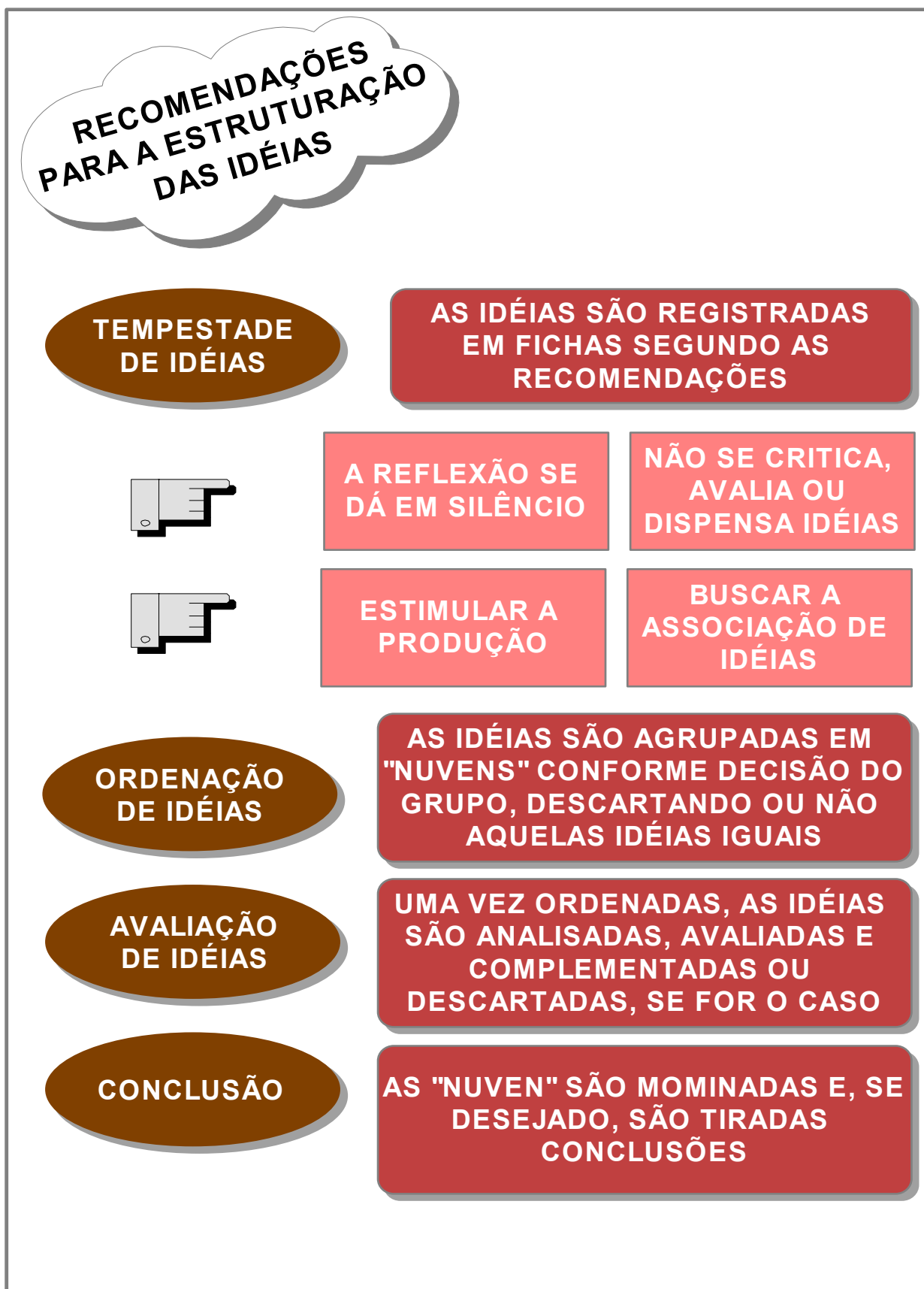
**ORGANIZAR AS FICHAS NO PAINEL
SEGUINDO AS RECOMENDAÇÕES**

**ESTIMULAR O GRUPO À BUSCA DO
CONSENSO POR MEIO DA
NEGOCIAÇÃO**

**NÃO IMPOR IDÉIAS, CONCEITOS OU
OPINIÕES**

**ESTIMULAR O GRUPO A SEGUIR AS
REGRAS DA BOA COMUNICAÇÃO**

**BUSCAR AUXÍLIO DO MODERADOR
DO EVENTO QUANDO HOUVER
DÚVIDAS**



Painel 05 –Recomendações para a estruturação de idéias

Como se processa?

Fase 1 (esclarecimento)

- o tema é apresentado pelo moderador de forma clara e visualizada, ou é escolhido pelo grupo por consenso,
- o moderador deve verificar se o tema foi compreendido por todos.

Fase 2 (tempestade de idéias).

- os participantes são solicitados a gerar o maior número de idéias sobre o tema,
- as idéias são escritas nas fichas e as mesmas são entregues ao moderador.

Nesta fase, a observância de algumas regras, como as apresentadas a seguir, torna-se fundamental para que se consiga um bom resultado do exercício. Assim:

- a reflexão e a produção de fichas se faz em silêncio. É proibido falar!
- a crítica e a autocritica são rigorosamente proibidas !
- o número de fichas produzidas pode ser limitado ou livre,
- a limitação traz a vantagem das idéias serem mais objetivas,
- a associação de idéias deve ser estimulada.

Fase 3 (organização das idéias geradas).

- as fichas contendo as contribuições são embaralhadas pelo moderador e, em seguida, afixadas no painel,
- a fixação tanto pode ser de forma aleatória para posterior organização, como já ser feita segundo uma estrutura determinada pela similaridade de idéias,
- uma vez as fichas tenham sido afixadas no painel, elas devem ser lidas todas para verificar o entendimento do grupo,
- neste ponto é feita a seleção das idéias – quando repetidas, por exemplo*,
- também deve ser feito o esclarecimento de dúvidas – quando não compreendidas,
- as idéias são, então, organizadas e agrupadas em "nuvens" segundo similaridades temáticas, por exemplo,
- as nuvens são categorizadas e nomeadas, isto é, são identificadas segundo títulos abrangentes
- o painel passa, então, por uma análise final e discussão com o grupo,

Fase 4 (tomada de decisão)

- a partir das discussões, são tomadas decisões para embasar outras etapas do trabalho,
- podem ser tiradas conclusões, quando necessário, que serão também visualizadas.

* Observação: A conveniência de se retirar ou não as idéias repetidas deve ser avaliada com o grupo e vai depender da natureza do trabalho.

O Painel 06 (Recomendações para a Estruturação das idéias) resume o apresentado acima na forma de algumas recomendações.

Em cada um desses momentos foram repassadas instruções e recomendações, procurando-se, sempre que possível, resgatar o conhecimento existente já no grupo sobre o assunto.

Planejamento da Participação Social em Projetos de Desenvolvimento

Planejamento de um projeto não é um *bicho de sete cabeças*, embora muita gente ainda pense que é! Para desmistificar essa idéia, preparamos este Manual que traz alguns conceitos básicos e instrumentos de fácil aplicação para tornar seu trabalho mais fácil. Pensar que o planejamento só serve para atender as instituições públicas e privadas, como os órgãos governamentais e as empresas, é pura bobagem.

O planejamento está, ou deveria estar, presente em nossa vida cotidiana para organizá-la melhor, racionalizar o uso do tempo das atividades diárias, gerenciar melhor a relação orçamento e despesas, reduzir os conflitos e minimizar as situações causadoras de estresse.

Como o planejamento é um processo que não termina quando o plano do projeto fica pronto, mas continua a acontecer enquanto durar o projeto, então é preciso que alguns mecanismos de acompanhamento, avaliação, monitoria e controle sejam, também, instalados e utilizados. A todo esse processo chamamos de *gestão do projeto*.

Este Manual apresenta, através do uso de uma linguagem simples e descomplicada que possa estar ao alcance de todos, as informações necessárias, recomendações e toda a estrutura didática do curso, para que os participantes possam acompanhar os passos do programa e as tarefas a serem executadas sem necessidade de anotações. Com isto, a atenção estará mais centrada nos trabalhos e exposições do instrutor ao invés de se perder com a preocupação de anotar as informações.

Para facilitar a consulta e o entendimento dos assuntos tratados, ele está dividido em Capítulos que abrangem todas as etapas do planejamento, inclusive do planejamento da participação.

- Capítulo 1 Para que planejar?
- Capítulo 2 Entendendo a participação.
- Capítulo 3 Planejamento da participação.

Quais os objetivos esperados?

O principal objetivo deste curso é promover a **capacitação em planejamento participativo de projetos voltados ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental**. Por isso, ao seu término, os participantes deverão:

na área de conhecimento:

- ter ampliado seus conhecimentos sobre o planejamento participativo de projetos e os instrumentos para sua implementação;

na área de habilidades:

- estar aptos a aplicar os instrumentos de planejamento participativo de projetos e as técnicas básicas de organização e coordenação de grupos de trabalho às suas realidades locais;

na área de comportamento:

- ter assimilado atitudes positivas em relação à participação e trabalho em grupo como forma de envolver todos os atores de um projeto;
- estar motivados a aplicar métodos e técnicas de planejamento participativo de projetos;

PARA QUE PLANEJAR?

Você já experimentou, por exemplo, fazer uma viagem sem qualquer planejamento prévio? E deu tudo certo? Às vezes até dá e tem gente que até gosta de não planejar nada! Mas, na maioria das vezes, o deixar de planejar acaba por ser desastroso com apenas uma certeza – a de “entrar em uma fria”.

O *planejamento* é alguma coisa que faz parte de nosso cotidiano, mesmo quando não nos damos conta disso. Desde o momento que abrimos os olhos, pela manhã, até a hora em vamos dormir estamos inconscientemente planejando coisas. Planejamos o que vamos fazer para o almoço, o que vamos comprar no supermercado, que caminho vamos fazer para chegar ao dentista e assim por diante. Muitas vezes, o planejamento de nossas ações é um evento familiar, como decidir a próxima viagem ou a compra de uma casa. E é interessante de ver como cada qual, fazendo uso de seus conhecimentos, de suas habilidades e de argumentos baseados em suas expectativas consegue defender seus pontos de vista e até mesmo brigar para fazer valer suas idéias. O resultado desse exercício conjunto é sempre melhor para a coletividade, no caso a família, do que decisões tomadas isolada e unilateralmente. E por que? Porque o resultado final tem a “cara” do grupo todo e não apenas de uma pessoa. Cada qual consegue se enxergar no resultado final e se sente responsável para que o planejado dê certo.

Antes de iniciarmos qualquer discussão sobre *planejamento*, vamos ver se conseguimos defini-lo de uma forma clara e sucinta. Como qualquer conceito, este também possui inúmeras interpretações, dependendo do autor, da região, da metodologia e até de tendências políticas e filosóficas que alguns insistem em agregar ao tema. Considerando, pois, muito do que já se escreveu em termos de conceitos sobre planejamento, decidimos pela definição seguinte:

Planejamento é a organização sistematizada de idéias inovadoras, na forma de um pacote de ações concretas, que devem ocorrer dentro de um horizonte temporal e com recursos definidos, para que ao final do processo os objetivos, representados pelas expectativas de mudanças assim como os benefícios por elas gerados, possam ser alcançados com a participação efetiva de todos os atores e com um mínimo de sacrifício de cada um.

É importante lembrar que, dentro de um *sistema de gestão*, o *planejamento* é um processo detentor de uma *estratégia de ação* que o coloca em vantagem com relação a seus ambientes de ação para alcançar os objetivos propostos. Essa *estratégia*, definida durante as etapas de planejamento, deve ser absolutamente *clara, transparente, lógica e exeqüível* dentro de um *horizonte temporal predefinido* e dos recursos disponíveis.

O resgate histórico do planejamento participativo

Se deixarmos de lado a idéia de planejamento como um meio para se elaborar um projeto e nos atermos mais especificamente ao conceito em si, podemos dizer que planejamento é uma atividade que existe desde que o homem primitivo começou a se organizar. As atividades grupais, como a caça, a proteção e defesa territorial, já eram planejadas com a participação de todos os interessados. Séculos mais tarde, as guerras e as disputas por território, comida e outras riquezas também eram estratégica, tática e operacionalmente planejadas, pois se assim não o fizessem corriam o risco de uma desastrosa derrota. Nessa época, o planejamento também era feito para outras atividades que não a guerra, embora tenha sido nessa área que ele mais se destacou e a partir da qual floresceu e se fortaleceu.

A partir da 2ª revolução industrial, em fins do século 19, começaram a surgir os primeiros esboços do *planejamento industrial*. Com o desenvolvimento da *função administrativa* nas empresas, foram estabelecidos alguns elementos chamados *elementos da administração*, como o *prever*, o *organizar*, o *comandar*, o *coordenar* e o *controlar*. E é justamente no primeiro deles – o *prever* – que se insere o planejamento. Mas, este, como dito, não é apenas uma função do sistema empresarial. Ele está, ou deveria estar, presente em todas as ações governamentais, em todas as suas instâncias de poder, assim como em todas as demais atividades do ser humano. No Brasil, até a década de 30, quando dominava uma estrutura econômica com base na agricultura, o Estado tinha uma participação muito tímida na economia nacional. Com a adoção de um modelo nacional-desenvolvimentista, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, deu-se início às ações de desenvolvimento e, para tal, aos planejamentos estratégicos do governo. O primeiro Plano realizado no Brasil foi o *Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional*, para o período de 1939 a 1944.

Embora, com imensas falhas de concepção como planejamento é considerado como a primeira investida brasileira no assunto.

A partir dessa primeira concepção de um plano, muitas outras vieram. Inúmeros métodos foram surgindo, entrando “na moda”, sendo substituídos por outros tidos como mais eficientes e, nos últimos anos, se tornando uma metodologia participativa. Mas, por que estamos falando disso? Porque o planejamento, como concebido dentro da função de administração empresarial, sempre foi tido como uma atividade própria do administrador. A *participação social* no processo de planejamento só começou a ocorrer a partir da década de 60, quando o processo de desenvolvimento passou a ter algum significado dentro das ações governamentais. Em verdade, a idéia de incluir a *participação no processo de desenvolvimento* já vem sendo praticada há mais de 50 anos. Toda a história se iniciou logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, quando vários projetos de ajuda assistencial a países do então chamado “terceiro mundo” começaram a despontar no cenário mundial. Nestes, a idéia de envolver as populações locais no processo de desenvolvimento principiou a tomar corpo. Assim, surgiram as primeiras iniciativas de *participação*, embora de forma bastante tímida. Os projetos eram criados pelas Agências de ajuda humanitária e levados a uma dada região, onde eram implantados, quase sempre sem maiores envolvimento das comunidades locais.

Quando muito, elas eram cooptadas a colaborar com as ações e com os executores do projeto. A partir dessas primeiras tentativas, nas décadas de 50 e 60, o processo de *desenvolvimento comunitário* rapidamente se expandiu, principalmente em países africanos e asiáticos, porém sem gerar grandes benefícios.

Na maioria das vezes, esse desenvolvimento era voltado, apenas, para a *melhoria da infra-estrutura local*, tanto em relação às áreas urbanas como rurais. Os projetos procuravam incentivar a população local para que, a partir de suas próprias habilidades e conhecimentos, passassem a se responsabilizar por algumas das ações dirigidas à melhoria da infra-estrutura, porém, sem haver um maior envolvimento dessas pessoas no processo decisório sobre os rumos pretendidos para o desenvolvimento. Apesar de tudo, isto foi, sem dúvida, um marco para o início da inclusão social dos menos favorecidos no processo de desenvolvimento.

Nesta fase, o controle dos projetos e até do processo de desenvolvimento era exercido externamente à comunidade e, esta era tida como um apêndice auxiliar da agenda de desenvolvimento dos governos e não como um agente das transformações esperadas. Na maioria das vezes, ao terminar o projeto também terminavam as ações da comunidade, uma vez que não se criavam instrumentos de sustentabilidade. As pessoas não se sentiam, então, responsáveis pela continuidade do processo que era abandonado sem maiores preocupações. Entre os *entraves para a sustentabilidade*, o maior era a *exclusão da comunidade na tomada de decisões e na construção do consenso*.

Nas décadas de 80 e 90, aconteceram algumas mudanças na orientação dos processos desenvolvimentistas, entre elas, a promoção de uma participação mais intensa e com mais responsabilidades por parte da sociedade. Isto só foi possível, depois que vários estudos mostraram que, apesar do envolvimento da sociedade, o desenvolvimento havia caminhado muito pouco. Na prática, as mudanças ocorridas se traduziram por uma *mudança nas metodologias e estratégias adotadas nos projetos de desenvolvimento* e na *visão de que as mudanças ocorrem mais facilmente, são mais bem dirigidas e com mais sustentabilidade quando a comunidade é chamada a participar*, não apenas das tarefas estruturais, mas da tomada de decisão até para identificar que tipo de desenvolvimento é almejado. As lições aprendidas no passado foram, neste caso, decisivas para a melhoria do processo como um todo.

A partir da década de 90, essa nova visão foi consolidada e a maioria das Agências de Financiamento externo passaram a exigir que seus projetos adotassem estratégias e metodologias que priorizassem a participação da sociedade, de forma a proporcionar a divisão de responsabilidades entre todos os envolvidos, o compartilhamento da construção do consenso e da tomada de decisão, atuando como atores e não mais como meros espectadores.

Hoje, não apenas as Agências Internacionais, como muitas instituições governamentais e organizações não-governamentais do terceiro setor, vem utilizando metodologias participativas na formulação, implementação, monitoria e avaliação de seus projetos de desenvolvimento.

Níveis de planejamento

O *planejamento* nada mais é do que um *processo*, dentro de um *sistema de gestão*, que possui uma *estratégia de ação que o coloca em vantagem dentro de seus ambientes de ação para alcançar os objetivos propostos*. Essa *estratégia*, definida durante as etapas de planejamento, deve ser absolutamente *clara, transparente, lógica e exeqüível, dentro de um horizonte temporal predefinido e dos recursos disponíveis*.

É muito comum, durante as Oficinas de planejamento, as pessoas perguntarem se todos os planejamentos são iguais ou se todas as metodologias podem ser,

indistintamente, usadas para qualquer tipo de planejamento. Também, freqüentemente perguntam se o *planejamento participativo* serve para qualquer situação. Não querendo nos adiantar nas respostas a elas, esperamos que estas perguntas sejam esclarecidas no decorrer desta publicação.

Em primeiro lugar, os planejamentos, os métodos, os recursos e até o tempo despendido para cada um deles vai variar com o assunto-tema do planejamento. Quanto ao uso ou pertinência do planejamento participativo, vamos discuti-los no capítulo seguinte.

O *planejamento* de um *projeto*, a exemplo do que ocorre também em uma empresa, pode ser realizado em *três níveis* distintos dependendo de seu *horizonte temporal*, da *abrangência de suas ações* e da *amplitude da visão* com a qual se quer trabalhar. Assim, o planejamento pode ocorrer no *nível estratégico*, no *nível intermediário* ou *tático* e no *nível operacional*.

Nível estratégico

É aquele em que são definidas as *diretrizes gerais do projeto*, dentro de um *horizonte de longo prazo (cinco ou mais anos)*, com uma *abrangência ampla* e uma *visão global*. O produto desse nível de planejamento é o *plano estratégico do projeto*.

De uma maneira geral, dizemos que o *Planejamento estratégico* tem o olhar voltado tanto de dentro para fora do sistema em que se insere como, também, volta seu olhar para dentro de seu ambiente interno. O *planejamento estratégico* nada mais é do que um processo estruturado de desenvolver uma *estratégia*, como numa batalha militar, para tirar o máximo proveito das *oportunidades externas* evitando ou buscando superar as *ameaças* externas como, também, prevê um olhar para seu *ambiente interno*, quando são analisadas as *fraquezas e as fortalezas do mesmo*.

Nível intermediário ou tático

Este nível, também é conhecido como *tático*, corresponde no planejamento institucional ao planejamento realizado no nível de gerência. Para um projeto de desenvolvimento, o nível tático vai apresentar um *detalhamento maior*, um *horizonte temporal de médio prazo (dois a três anos)*, uma *abrangência bem mais restrita* e uma *visão mais setorializada*. Este nível representa, de fato, o primeiro desdobramento a partir do plano estratégico do projeto com ênfase ao detalhamento dos resultados esperados. Como produto, vamos ter os planos mais detalhados para cada um dos componentes do plano estratégico, de acordo com os objetivos específicos definidos, como os planos dos *projetos temáticos* e os *planos de gerência*.

Nível operacional

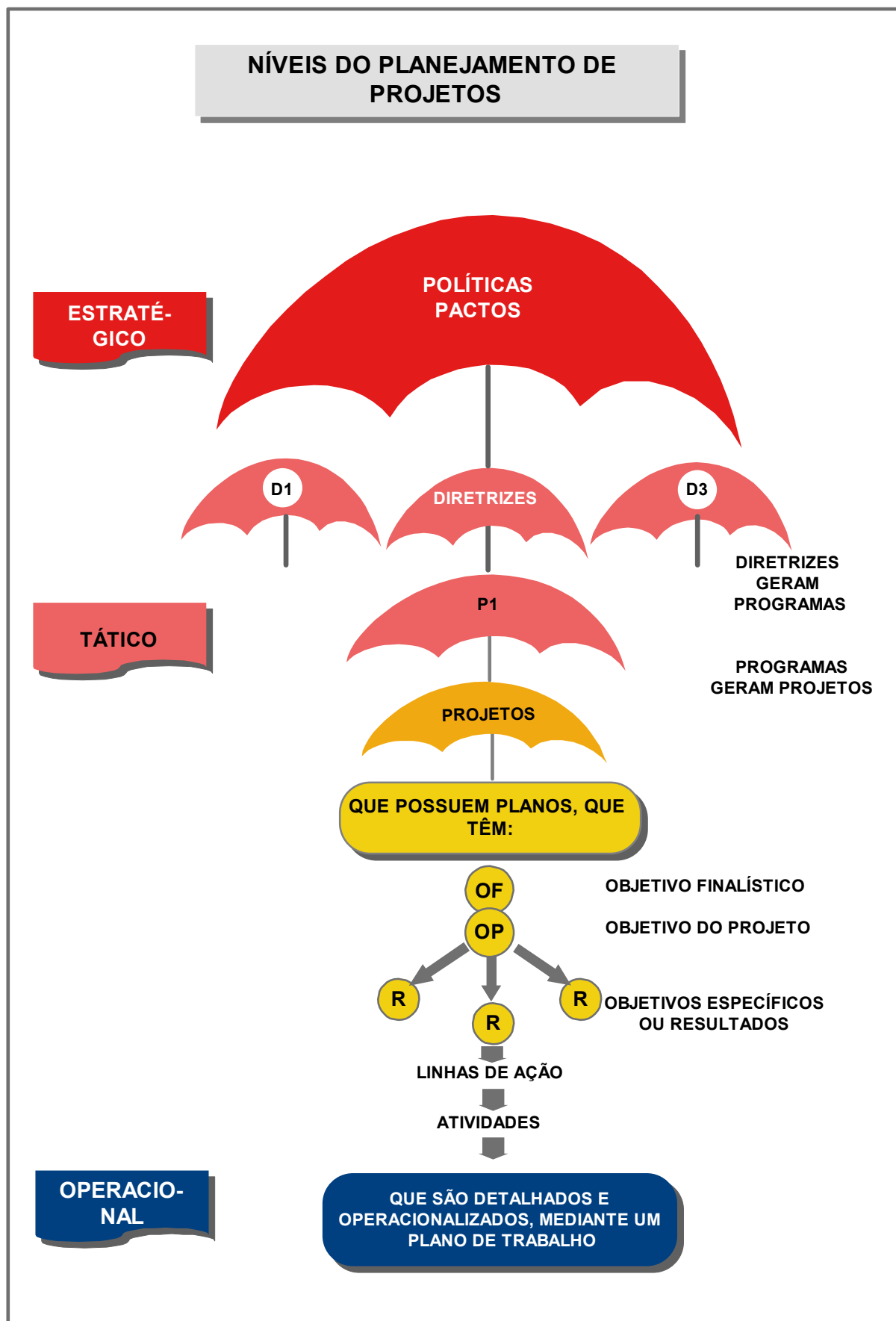
É o nível de *maior detalhamento*, com *menor abrangência*, *visão bastante detalhista* e dentro de um *horizonte de curto prazo* (geralmente de um ano ou menos).

Os produtos resultantes dessa fase são os *planos de trabalho*, *planos de recursos*, *planos de pessoal e orçamentários*, *planos de tarefas e rotinas*, *planos de monitoria e avaliação*, *planos de descrição individual de trabalho* ("job description"), etc.

Os **Painéis 01 e 02** representam os níveis do planejamento empresarial e os níveis de planejamento de um projeto, respectivamente.



Painel 01– Níveis de planejamento



Painel 02 – Exemplo de níveis de planejamento

Por que e para que planejar?

Um projeto não nasce do nada. Ele é fruto do *desejo de mudanças* com vistas a um *modelo ou padrão de desenvolvimento* melhor do que o atual e tanto pode partir da iniciativa de um grupo específico da sociedade, como pode surgir das prioridades governamentais ou empresariais. Também, pode ser sugerido por uma equipe técnica que se apercebe dessa necessidade de mudanças.

É muito comum que as pessoas associem a idéia do planejamento de um projeto a uma *situação problemática* que se deseja modificar ou melhorar. Entretanto, nem todo projeto tem por base uma situação problemática, mesmo porque o conceito de problema é muito relativo. Nem tudo que se configura como problema para um grupo ou para um indivíduo o é para outros. *Planejamento*, como já discutido, significa *programar atividades, no tempo e no espaço, para alcançar resultados*, representados por *bens, produtos e serviços* que são *disponibilizados* para serem *usados pelos beneficiários* com a finalidade de criarem uma *situação favorável à ocorrência de mudanças* de acordo com o *desejo manifesto pelo grupo-alvo dos benefícios do projeto*.

Portanto, a principal razão para se elaborar um planejamento qualquer é *propiciar uma situação favorável para a ocorrência de mudanças*. Quando se fala em projetos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, também chamados de projetos de desenvolvimento sustentável, essas mudanças devem, obrigatoriamente, gerar mudanças que contribuam de fato para a *melhoria das condições de vida de um dado segmento social*, com respeito às questões ambientais, culturais, sociais e econômicas.

Qualquer tipo de planejamento deve ter clara e objetivamente descrito:

- *o objetivo para o qual se pretende contribuir;*
- *o objetivo desejado pelos beneficiários;*
- *o objetivo do projeto, representando as mudanças esperadas,*
- *a relação dos bens, produtos e serviços que serão disponibilizados, na forma de resultados esperados;*
- *os meios necessários e suficientes para que esses resultados sejam alcançados;*
- *os impactos esperados a partir dos resultados, do uso dos mesmos pelos beneficiários e do próprio alcance do objetivo do projeto.*

O que é preciso para um Planejamento ser participativo?

O simples fato de se colocar um grupo de pessoas numa mesma sala para convalidar um plano já pronto ou para ter informações sem tomar parte no processo decisório não faz do planejamento uma atividade participativa. Independente do *nível de planejamento*, qualquer *projeto de desenvolvimento* deve ser realizado, inquestionavelmente, de acordo com os *princípios do enfoque participativo*, ou seja, *propiciando os meios e as condições para que os envolvidos possam tomar parte em todas as etapas do processo, de forma efetiva, discutindo, apresentando idéias, tomando parte na construção do consenso e na tomada de decisões*. Já discutimos o fato de que ninguém se importa com aquilo do qual não participa. Então, o sucesso de

um projeto vai se tornar mais factível se várias pessoas se preocuparem e trabalharem para que isso aconteça.

Um *planejamento* para ser *participativo* deve:

- *ser realizado com o envolvimento de representantes de todas as categorias que possam e venham a contribuir para com o planejamento do futuro projeto;*
- *ser seqüencial e realizado em etapas bem definidas, considerando as diversidades de opiniões e pontos de vista na construção do consenso, por meio das discussões conjuntas e negociações entre os envolvidos,*
- *levantar as diferentes visões de um mesmo problema em função dos grupos envolvidos, dos interesses de cada qual, das necessidades, esperanças e temores;*
- *levar em consideração o conhecimento local dos envolvidos, as habilidades, as vocações e as experiências para o aproveitamento e inclusão das mesmas no processo participativo,*

ENTENDENDO A PARTICIPAÇÃO

Algum dia você já se deu conta de quantas vezes você reclamou de alguma atitude tomada pelo prefeito, pelo seu chefe ou pelo dono do supermercado que aumentou os preços sem aviso prévio e pensou que se tivesse tido a oportunidade de discutir sobre o assunto e opinar, com certeza, teria buscado alternativa, insistido e até brigado para que o resultado fosse diferente? Pois é, *participação* é isso aí.

Quando se fala em *participação* é comum se deparar, ainda hoje, com a idéia de que *basta convidar a sociedade para mostrar a ela o que está sendo feito e como esta sendo feito para que a mesma, automaticamente, passe a participar do processo*. Essa idéia é totalmente falsa e não aplicável na prática, uma vez que ninguém se dispõe a participar, exigir ou cobrar o que quer que seja, em termos de realizações, se não estiver desde o início envolvido com o processo e se não tiver tido oportunidade de se engajar nas discussões havias, na construção do consenso e na tomada de decisões.

Se você não se envolve, desde o início, com a busca de mudanças em uma situação que lhe traz desconforto ou desagrado, depois você não vai querer ou poder reclamar com as atitudes tomadas para gerar as mudanças pretendidas.

O envolvimento dos atores representantes da sociedade civil organizada, das comunidades locais, do governo em suas diferentes instâncias de poder, do terceiro setor e de todos os demais parceiros é que vai determinar o *grau de comprometimento e cumplicidade* entre eles para com o alcance dos objetivos propostos e das mudanças desejadas. Em um processo de desenvolvimento, *cada parcela da sociedade tem sua quota de responsabilidade*, não cabendo mais deixar apenas ao governo o ônus e a garantia da realização das mudanças pretendidas. Essa cumplicidade que se estabelece entre todos os atores resulta no aumento de confiabilidade na execução das ações propostas assim como na garantia do êxito do projeto.

O processo de desenvolvimento socioeconômico, sócio-ambiental e cultural, cada vez mais, vai se tornando dependente da *participação*. Mas por que isso? Uma das razões é o fato de que a sociedade está se conscientizando da sua participação como agente das transformações esperadas e desejadas.

Entre os muitos conceitos existentes para explicar a *participação*, o que se segue nos parece bastante condizente com o espírito do curso e os objetivos pretendidos.

Qual a relação entre o desenvolvimento e a participação?

Se nós olharmos o processo de desenvolvimento que ocorreu após o término da segunda guerra mundial, vamos ver que, até mais ou menos a metade da década de 60 do século 20, a participação era ainda muito insipiente e, na maioria das vezes, não passava de uma ação de mão única, isto é, as pessoas estavam lá para ouvir, mas dificilmente para opinar e se fazer ouvir. Mesmo nos dias atuais, o processo participativo ainda é muito segmentado dentro da sociedade e visto sob diferentes óticas, com base em conceitos bastante variados.

A *participação*, como muitos outros conceitos, tem uma variada gama de interpretações. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP)¹ tomou como base para conceituar a participação, duas idéias segundo as quais, a participação pode ser vista como um *meio* para levar ao desenvolvimento, como pode configurar-se como um *fim*, em si mesma, para influenciar o processo desenvolvimentista. Para que você possa entender a diferença entre eles vamos discuti-los em separado.

Desenvolvimento participativo e participação como um meio

Se nós tomarmos os projetos e programas que têm como objetivo maior o desenvolvimento sustentável e fizermos uma análise cuidadosa sobre a maneira como a *participação* é tratada na maioria deles, veremos que a *participação* ainda é vista como um *meio para o alcance dos objetivos*. Os envolvidos são todos tomados como *cooperantes* e não fica clara a participação deles como agentes de transformação. Neste caso, todo o processo de desenvolvimento parte da premissa de que os objetivos propostos antecedem à participação dos envolvidos e de que eles são apenas agentes que vão garantir o alcance dos objetivos. Segundo essa visão, os atores envolvidos aceitam os objetivos sem questionamentos e sem discutir se os mesmos representam, de fato, os objetivos de seus interesses ou dos interesses da comunidade. Não há uma discussão prévia sobre o que é *desenvolvimento* para eles. A este processo chamamos de ***desenvolvimento participativo***.

Participação no desenvolvimento e participação como fim

A ***participação no desenvolvimento***, ao contrário do *desenvolvimento participativo*, representa um *fim em si mesma* e aponta para um enfoque totalmente diferente daquele no primeiro caso. Segundo esta visão, a *participação assume o crescimento e fortalecimento social, político, administrativo e tecnológico* de um grupo com a *ampliação de suas responsabilidades e o resgate de valores sociais e culturais e o resgate da cidadania*.

Isto faz com que os atores envolvidos passem da condição de *meros espectadores* para a condição de *agentes de transformação* ou *agentes de desenvolvimento* e, conseqüentemente, *agente das mudanças pretendidas*. Há uma nítida cumplicidade estabelecida, neste caso, entre os atores, os objetivos pretendidos e as mudanças desejadas, uma vez que estas últimas foram definidas segundo as

¹ UNDP (PNUD) - Guidebook on Participation, The Concept of Participation in Development, CSO and Participation Programme.

necessidades, os interesses e os desejos dos próprios atores, tidos como agentes dessas mudanças.

O entendimento desses dois conceitos sobre participação é importantíssimo para o processo de planejamento uma vez que, dependendo de qual deles é assumido, poderá influenciar toda a estratégia para o planejamento da participação.

De uma maneira geral, entre os muitos conceitos existentes para explicar a *participação*, o que se segue nos parece bastante condizente com o espírito do curso e os objetivos pretendidos.

Participar significa **estar envolvido** plenamente com algum tipo de ação, tomando parte nas discussões, construindo o consenso por meio da argumentação e negociações, assumindo responsabilidades, compartilhando experiências e vivências, dividindo trabalho e tomando decisões.

Quem deve participar no processo de desenvolvimento?

A primeira pergunta que é feita ao se planejar a participação social em qualquer tipo de programa ou projeto desenvolvimentista é “*quem deve ser convidado a participar do processo*”?

Antes de responder essa questão, é preciso lembrar que um projeto envolve um universo distinto de atores, tanto de seu ambiente interno como externo, que nem sempre compartilham dos mesmos interesses ou são solidários com os mesmos objetivos. Colocar todo esse universo de atores junto para discutir e consensuar sobre os objetivos pretendidos é exatamente o que se quer, embora não seja esta uma tarefa fácil. A função principal do processo participativo é trazer esses atores para um mesmo fórum de discussão, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de discutir, consensuar através da negociação e influenciar no processo decisório.

O envolvimento dos atores, seguindo alguns princípios como abaixo apontado, é

- *as decisões devem ser tomadas sempre com base nos interesses, necessidades e desejos da comunidade beneficiária;*
- *as habilidades e experiências positivas, assim como os conhecimentos e o “saber local” devem ser levados em consideração no decorrer do planejamento das ações do projeto e, mais tarde, na sua execução;*
- *a questão de gênero deve ser enfatizada e priorizada no planejamento;*
- *as iniciativas devem partir da comunidade e, para isso, ela deve ser estimulada e apoiada;*
- *a gestão do projeto deve envolver de forma significativa a comunidade local beneficiária.*

A escolha de cada um desses atores, com exceção daqueles que obrigatoriamente fazem parte do processo, como os financiadores, agentes de Cooperação externa, atingidos negativamente, caso existam, deve ser cuidadosamente

planejada antes mesmo que qualquer atitude seja tomada para a elaboração de diagnósticos ou prognósticos.

Como já mencionado, o fato desse universo de atores abranger diferentes *segmentos sociais* que são, por natureza, *heterogêneos* no que diz respeito a seus *aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais*, implica em que o planejamento procure *integrar de forma harmônica, porém diferenciada*, todos os diferentes interesses que permeiam esses grupos sociais e fazer com que os *atores envolvidos* passem efetivamente a ser *agentes da transformação desejada*.

Se considerarmos o projeto como tendo *três níveis de atuação*, podemos dizer que no *nível mais alto* estão os *financiadores*, sejam eles de natureza governamental, empresarial, privado ou externo, como no caso dos projetos de Cooperação com outros países. No *nível intermediário* estão os *parceiros*, que são os *beneficiários diretos dos financiadores* e que tanto podem ser instituições públicas, empresas privadas, grupos sociais específicos, comunidades típicas ou ainda organizações não-governamentais. Pode haver vários parceiros para um mesmo projeto. No *nível inferior*, estão os *grupos-alvo* que representam os *beneficiários* dos produtos disponibilizados pelas *ações do projeto*. Embora muita gente ache que um projeto depende única e exclusivamente do trabalho dos executores, na realidade, o êxito do mesmo não deve e não pode ser imputado apenas aos executores e parceiros. É preciso que os grupos-alvo também estejam amplamente envolvidos no processo e estejam comprometidos com os resultados esperados, o que só será possível se eles estiverem presentes em todas as fases do processo, do planejamento das ações até sua finalização. Cada planejamento tem seu próprio universo de atores que deve ser respeitado e considerado.

Quanto ao *grau de participação*, este vai variar de acordo com o grau de envolvimento dos atores com relação ao alcance dos objetivos. À medida que a comunidade assume mais e mais responsabilidades, o envolvimento cresce e a probabilidade de êxito também aumenta. Mas, esse processo só ocorre se o poder de decisão for descentralizado e passar a ser compartilhado pela comunidade.

O grau de participação vai, também, influenciar a longo prazo a sustentabilidade dos efeitos e melhorias ocorridas no processo de desenvolvimento. Para tal, a comunidade deve:

- *desenvolver a capacidade e habilidade para buscar e negociar seus próprios recursos a fim de promover as mudanças desejadas e que vão contribuir para a melhoria da qualidade de vida local;*
- *adquirir os conhecimentos necessários em métodos, técnicas e instrumentos essenciais capazes de facilitar a participação no processo de desenvolvimentista.*

Como o grau de participação evolui ao longo do tempo?

O *grau de participação dos envolvidos* não evolui de forma automática no decorrer da vida de um projeto. Muitas vezes, apesar de um grande envolvimento nos momentos iniciais do planejamento, a participação se arrefece e acaba por desaparecer. É importante que, uma vez dada a partida no processo de participação, sejam planejadas ações específicas, e no tempo certo, para manter viva a chama de interesse e de comprometimento dos atores para com o projeto.

O fato de se ter uma boa estratégia ao início do processo participativo não garante a manutenção do interesse dos atores e a evolução dos estágios da participação no tempo. Esse comprometimento dos atores, dentro do processo de participação, e a evolução do mesmo para níveis cada vez com maior envolvimento e comprometimento, pode ser observado nos *estágios de atuação* abaixo relacionados, como sugerido pelas Nações Unidas em seus Programas de Desenvolvimento:

- **Manipulação:** quando não existe uma participação de fato. As pessoas são treinadas e levadas a aceitar idéias sem qualquer possibilidade de questionamento. É uma forma muito comum de aliciar pessoas para atuarem junto a movimentos extremistas ou doutrinantes. Muitas vezes, as pessoas são enganadas quanto aos reais objetivos de uma empreitada e são induzidas a aceitá-la como boa por meios normalmente ilícitos.
- **Informação:** a participação, nesse caso, se resume ao acesso às informações, porém, sem possibilidade de questionamento ou resposta, ou seja, sem canais para discussão e resposta. Neste nível a participação em negociações é nula.
- **Consulta:** os envolvidos, neste caso, têm possibilidade de dialogar, de opinar e de fazer sugestões. Porém, não há segurança de que suas sugestões ou opiniões sejam levadas em conta. Nesse caso, os envolvidos são consultados, tomam parte no processo participativo, mas sem direito intervir tanto no processo decisório, como na tomada de decisões. Essa é uma das formas mais difundidas de participação, onde as pessoas tomam parte em reuniões ditas “participativas”, mas não no processo em si.
- **Construção coletiva do consenso** – neste nível, a participação é mais efetiva. Os envolvidos participam das discussões, interagem na busca de consenso, negociam suas idéias e chegam a posições que são aceitas pelo grupo. O grande perigo está na omissão direta dos envolvidos que, por só serem chamados apenas em algumas reuniões, se mantém à parte do processo, não contribuindo e apenas aceitando passivamente as opiniões alheias.
- **Tomada de decisão:** a participação aqui é absolutamente real e se faz através da discussão de idéias, apresentação de propostas e sugestões, compartilhamento das responsabilidades tanto na construção do consenso como no processo de tomada de decisões. O resultado das negociações, neste caso, vai refletir os diferentes pontos de vista dos grupos envolvidos. O peso de influência futura no projeto será considerável. Os executores, apesar da participação social na tomada de decisão, continua sendo o maior responsável pelos possíveis riscos do projeto.
- **Participação de risco:** Este nível é uma consequência natural do anterior. Apenas que, neste caso, os riscos inerentes às ações decisivas a partir da tomada compartilhada de decisões, ficam distribuídos entre todos os envolvidos e não apenas por conta dos executores do projeto.

- **Associação ou consórcio:** a participação aqui traduz um vínculo com igual divisão de trabalho entre todos os envolvidos, inclusive os próprios executores, em face de objetivos comuns. Em outras palavras, não há um grupo executor, mas todos participam igualmente da implementação das ações, em busca do alcance dos mesmos objetivos. O mais importante a se observar neste caso é que essa igualdade de participação está muito mais vinculada ao mútuo respeito entre as partes do que a um mesmo esforço da força de trabalho ou igualdade de funções. Todos os envolvidos compartilham igualmente da construção de consenso, do processo decisório, das responsabilidades e do risco inerente. É um processo bastante amadurecido, uma vez que admite que grupos tidos, anteriormente, como opositores passem a juntar forças em prol de objetivos comuns.
- **Autogestão:** representa o mais alto nível da escala de participação. Na autogestão os envolvidos compartilham de todas as instâncias dos processos de negociação, construção de consenso, tomadas de decisão e da gestão. Para isso, eles devem ser capacitados.. Esta é a forma ideal de participação dirigida ao desenvolvimento. Não se pode esperar grandes mudanças e sustentabilidade dos esforços se perdurar o assistencialismo, o paternalismo ou a “pseudoparticipação”.

O **Painel 03** apresenta a síntese das idéias.

A participação e o processo que a envolve apresentam vantagens e desvantagens que, aos olhos dos investidores, doadores, executores e sociedade em geral, podem representar a diferença entre adotá-la ou não. Assim temos:

Vantagens: A participação leva a:

- uma maior eficiência na execução das ações,
- uma melhor utilização dos recursos disponíveis,
- um aumento da capacidade local para gerenciar recursos e executar ações,
- um aumento das habilidades locais no processo de negociação,
- uma melhor cobertura das ações em termos das necessidades do grupo,
- um melhor direcionamento dos benefícios em favor do desenvolvimento da comunidade,
- uma maior sustentabilidade dos efeitos em decorrência da identificação dos envolvidos com as ações desenvolvimentistas e seus efeitos,
- um aumento da autoconfiança e da auto-estima,
- uma melhoria do “status” da mulher.



Painel 03 – Evolução do processo participativo

Vantagens e desvantagens da participação

Desvantagens: Por outro lado, a participação:

- *gera maiores custos para um projeto,*
- *demandam mais tempo,*
- *é vista como um processo ilusório para os imediatistas,*
- *é tida como uma questão ideológica,*

Quais os instrumentos mais adequados para promover a participação?

O uso de alguns *instrumentos e mecanismos* bastante simples pode facilitar a *promoção da participação* ao início do processo. Entre esses mecanismos, podemos citar:

- o *uso da mídia (rádio, TV, jornal, carro de som, panfletagem, etc.) tanto para divulgar a ocorrência do evento como para divulgar atividades e resultados.*
- o *uso da abordagem corpo-a-corpo (telefonemas, visitas, etc.) onde o contato é feito diretamente por pessoal já envolvido.*
- o *realização de visitas de campo que sirvam para estimular o desejo de participar no grupo.*
- o *realização de trabalho junto às escolas e professores, como forma de educação sobre os conceitos da parceria, do associativismo, do cooperativismo de outras formas de divisão de trabalho. Também podem ser realizados trabalhos semelhantes junto às igrejas, associações de classe, comitês políticos, etc.*
- o *uso de métodos alternativos de promoção e incentivos, (como a dança, o teatro, a música, a fotografia, a culinária, horta comunitária, farmácia alternativa comunitária etc.) de forma a tornar a participação algo agradável e chamativo.*

Muitas vezes, esses apelos e mecanismos não são suficientes para que os possíveis interessados passem a integrar o grupo. Nesses casos, deve ser feito um trabalho direto junto à comunidade apelando, entre outras coisas, para o espírito de liderança de alguns que passam a integrar um “grupo de articulação” no convencimento dos demais.

Métodos, instrumentos e estratégias participativas

Dentro de uma extensa gama de metodologias, métodos, técnicas, dinâmicas e instrumentos utilizados para promover, orientar e fortalecer o trabalho participativo, escolhemos alguns poucos para exemplificar o emprego dos mesmos. Em nenhum

deles, entretanto, temos a pretensão de esgotar o assunto; antes, porém, desejamos dar uma visão sobre os mesmos e traçar alguns paralelos entre eles, quando for o caso.

“Logical framework approach” (LFA)

Não é à-toa que escolhemos o LFA para iniciar nossa lista de discussão. O método LFA, embora não sendo um método participativo, teve um papel importante na história das demais metodologias, por ter sido a base para o desenvolvimento de muitas delas. O LFA teve sua origem no “Logical framework” criado pela USAID, nos Estados Unidos, em 1969 e adotado até hoje por várias organismos internacionais.

O LFA é um método de planejamento estratégico e possui uma Matriz Lógica que inclui toda a idéia do projeto, desde seus *objetivos mais gerais* (“Goal”), os *objetivos específicos* (“Purposes”), os resultados (“outputs”) e as atividades (“activities”). O LFA não é um método participativo amplo, pois, embora ele admita no decorrer do planejamento uma integração entre os atores envolvidos na sua execução e um grupo de trabalho destinado a sua elaboração, ele não prevê a participação popular direta no processo.

Método MAPP (Método Altadir de Planejamento Popular)

O principal objetivo do MAPP, criado no Chile na década de 80 por Carlos Matus, da Fundação Altadir, é trabalhar com as bases populacionais orientando as discussões na identificação e estruturação dos problemas locais. O método MAPP tem como proposta que a própria comunidade levante seus problemas, através da elaboração de diagnósticos participativos, os hierarquize e proponha as soluções que achar cabíveis. Usando técnicas de discussão em grupo, o MAPP levanta os problemas, analisa suas causas, identifica os atores relevantes para acompanhar o processo até a identificação das soluções, seleciona os diferentes instrumentos para enfrentar os problemas com base nas habilidades locais, nos recursos e nas necessidades de sua imediata solução e, finalmente, planeja a operacionalização das ações. Também trabalha com o que chamam de “surpresas” que nada mais são do que situações de risco que podem vir a inviabilizar o processo de solução dos problemas.

É um método bastante útil para tratar de problemas localizados e pode ser usado nas mais distintas situações, desde que envolva a comunidade. É um método bastante democrático que resgata a consciência e reforça o poder dos grupos organizados. O método introduz a idéia dos *descritores de problemas* e dos *nós críticos* caracterizados, respectivamente, como os *indicadores qualitativos e quantitativos* que devem definir exatamente o problema na etapa de análise inicial e servem para verificar os resultados das ações que prometem afetá-los e como os *pontos ou frentes de ataque* para a solução dos problemas de acordo com o impacto causado por eles e a possibilidade dos atores envolvidos atuarem. A aplicação do método é bastante simples e envolvente. O método tem sido aplicado pela CUT e na elaboração do orçamento participativo em vários locais.

Método de resolução de problemas (MRP)

O método MRP teve sua origem na década de 80 a partir de trabalhos da empresa Edwin Bartee e se caracteriza por ser apropriado a trabalhos com microempresários, como vem sendo feito, desde a década de 80 por várias unidades do SEBRAE. O método usa de instrumentos bem específicos como a aplicação de *campo-de-força*, o *trabalho visualizado*, as *negociações para a tomada de decisões*, a *moderação dos grupos de trabalho*, etc.

O seu ciclo de ação se compõe da etapa de *identificação e conhecimento dos problemas* (chamado de *Gênese*), da etapa de *diagnóstico* quando são identificadas e analisadas as forças favoráveis (impulsoras) e as forças desfavoráveis (restritivas) para a solução dos problemas, da etapa de *análise* quando são identificadas as *ações* ou *linhas de ação* necessárias para minimizar as forças restritivas ou reforçar as forças impulsoras. A última etapa é aquela em que se elabora o *Plano operacional do projeto*.

Planejamento estratégico participativo (PEP)

É difícil estabelecer as origens e data do desenvolvimento desse método. Ele aparece citado por diferentes autores como tendo diferentes origens. No Brasil, ele surgiu por volta do final da década de 80 em Santa Catarina, criado por um grupo de professores da Universidade Federal. Sua utilização é ampla e não se restringe ao planejamento de atividades no setor privado, mas também é empregado em instituições públicas e organizações não-governamentais.

Sua utilização, no nível institucional, está principalmente ligado à definição da *missão* e da *visão* da organização, à *análise das incertezas* tanto no ambiente interno como externo à organização e ao planejamento das *estratégias* voltadas à solução de problemas em longo prazo.

Além de sua aplicação no nível institucional, o método tem se mostrado bastante útil na elaboração de planos estratégicos de várias prefeituras, com a ampla participação da sociedade local.

Diagnóstico participativo rural - DPR

O DPR (originalmente conhecido como Participatory Rural Appraisal) surgiu na década de 80 a partir de outro método semelhante, porém de caráter mais acadêmico - o Diagnóstico Rápido Rural (Rapid Rural Appraisal - RRA). Na verdade, não se trata de um método de gestão de um projeto mas de um vasto instrumental voltado ao diagnóstico, coleta de dados e informações junto aos agricultores, sistematização desses dados com a finalidade embasar o planejamento de futuras ações de desenvolvimento rural. Enquanto que o RRA se baseia em extensos questionários produtores de um número muito grande de dados, dificilmente manuseáveis na prática, o DPR aplica um grupo de técnicas e instrumentos simples de diagnóstico, com o objetivo de planejar e propor soluções. Ele permite aos produtores rurais trocar experiências e conhecimentos, discutir problemas e buscar soluções. Ele não se restringe, portanto, a elaborar um diagnóstico mas, também, propõe uma intervenção. Várias instituições fazem uso do DPR tais como a GTZ, o Banco Mundial, o DFID e outros. No Brasil, houve algumas adaptações da metodologia como o DPRA criado no Paraná, em 1984, que é um *método de diagnóstico participativo em agro-ecossistemas*.

Na Holanda, a partir do DPR surgiu o PLA (Participatory Learning and Action) que é uma combinação de diferentes enfoques objetivando a emancipação dos grupos mais pobres da área rural. O PLA coloca todo seu enfoque na diversidade: participação, educação do adulto e ação. Algumas instituições brasileiras, como a EMATER, já vêm capacitando seus técnicos nesse instrumental associado a outros de métodos participativos.

Métodos CEFE e CEFI

Ambos os métodos são voltados ao desenvolvimento da *competência econômica em empresas*, principalmente nas pequenas e microempresas. Na verdade, ambos representam um *conjunto de instrumentos de capacitação muito específicos que usam um sistema orientado à ação e métodos de aprendizagem experimental para o alcance de seus objetivos*. No caso do CEFI, ele busca a *competência econômica através de agentes de intervenção*. Ambos se utilizam jogos chamados *jogos de empresa* e seus facilitadores são especificamente treinados para aplicá-los. Tanto o CEFE como o CEFI foram criados pela GTZ, a mesma instituição que criou o ZOPP e o PIM.

Método PIM (Participative Monitoring Impact)

O PIM, também criado pela GTZ, é na verdade um guia para o *monitoramento participativo do impacto*. Sua criação data de 1991 e foi desenvolvido com a participação de quatro países: Alemanha, Bolívia, Quênia e Argentina. É bastante utilizado por ONGs que trabalham com populações e serve para *orientar e ajudar o processo de gestão de projetos* no que diz respeito à *avaliação dos impactos causados por suas ações*. O PIM congrega, de forma interligada, três tipos de atores: *os grupos ou organizações populares (representando os grupos-alvo), as organizações de desenvolvimento (ONGs, etc) e as agências financiadoras*. A cooperação entre todos esses atores é mediada pelos interesses particulares de cada grupo envolvido. Todos esses atores se encontram incluídos na gestão do projeto e daí se falar em *gestão participativa*. O PIM leva em conta que cada ator, ou grupo de atores envolvidos, detém diferentes níveis de recursos, conhecimentos, habilidades ou cultura. A *gestão e a busca conjunta de soluções* vão depender das *relações entre esses grupos, da motivação da cada qual, do comprometimento e da criatividade* na busca de soluções. Também, a *habilidade de negociação* e o *diálogo* são fundamentais. Assim, o PIM tanto acompanha como monitora as ações do projeto levando em conta as diferentes visões dos grupos envolvidos. O PIM faz uso de *questionários de acompanhamento* com base na Matriz Lógica do Projeto para avaliar o impacto do projeto como um todo. Segundo o PIM, *impacto representa os efeitos duráveis e significativos observáveis no nível do objetivo superior do projeto e que são avaliados em longo prazo, inclusive após o término do projeto*. O impacto deve ser analisado no âmbito *técnico-econômico*, no *sócio-cultural*, no *sócio-ambiental*, no *físico- geográfico*, etc. No primeiro caso, o impacto se refere às *mudanças técnicas, econômicas, físicas, e financeiras*. Nos segundo, as *mudanças são de ordem comportamental* e são *dependentes de um processo de aprendizagem e internalização*. Estas são bastante difíceis de serem medidas, enquanto as primeiras são facilmente mensuráveis. No terceiro caso, também se observam *mudanças comportamentais* de difícil mensuração. Independente da forma e da facilidade em medi-los, todos os três tipos de impacto estão intimamente inter-relacionados. Todo o processo de acompanhamento e monitoramento desses impactos está baseado no princípio: a *ação continuada* é acompanhada de uma *observação* que, de tempos em tempos, passa por uma *reflexão* que, por sua vez, vai retroalimentar as ações. O PIM é um instrumento para a observação e reflexão. Como já dito, o PIM pode ser usado por qualquer dos grupos inclusive pela comunidade (grupo-alvo) sem maiores problemas.

Gestão Participativa de Projetos – GESPAR

O chamado método GESPAR, segundo nosso ponto de vista, não é um método ou metodologia, mas, antes disso, uma estratégia de ação e de gestão voltada ao

desenvolvimento sustentável local, integrado e participativo sob todos os aspectos: *cultural, social, econômico, institucional, político e ambiental*. Toda a estratégia GESPAR é baseada na construção de um *processo de desenvolvimento* a partir das bases, promovendo o *resgate da cidadania*, o *crescimento individual e coletivo*, as *mudanças nas relações Estado/sociedade*, a *formação de parcerias*, enfim, o desenvolvimento de toda uma dada região com sustentabilidade dos efeitos e com qualidade de vida. A filosofia que embasa o GESPAR em nada é diferente daquela que norteia o ZOPP.

Um dos pontos fortes do GESPAR é a mobilização do *capital social*, representado pelo *capital humano* quando este se encontra organizado e articulado formando *associações, cooperativas, redes ou núcleos específicos* a partir dos entendimentos, articulações e negociações das bases. O uso do GESPAR se consolidou no final da década de 90 em convênios realizados entre o Banco do Nordeste e o PNUD para pequenos empreendedores na região nordeste do país. Um dos sucessos dessa estratégia está vinculado à criação das redes, associações, consórcios ou cooperativas entre os empreendedores locais com ênfase na agregação de valor a sua produção, seja ela urbana ou rural.

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS

Como o GESPAR, consideramos o DLIS muito mais como uma nova estratégia de trabalho do que como um método, em si, embora ela seja chamada de “metodologia participativa”. Na verdade, toda a estratégia DLIS é bastante recente em termos de aplicação, inclusive de forma pontual, buscando ainda respostas para embasar sua confirmação como estratégia de sucesso no processo de desenvolvimento local. A estratégia Tampouco conta nem com instrumentos sistematizados e nem com indicadores de benefício para a avaliação dos resultados de sua aplicação. Em um primeiro momento, o DLIS deixa claro que esses indicadores devem abranger os aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais, institucional, associado aos aspectos éticos e políticos

Planejamento de Projetos orientado por objetivos - ZOPP

Uma visita à bibliografia disponível sobre *metodologias participativas* vai mostrar claramente que há inúmeras delas descritas no mundo todo. Entretanto, além do LFA, uma das mais conhecidas e que, provavelmente, mais influenciou a grande maioria das demais é o método ZOPP.

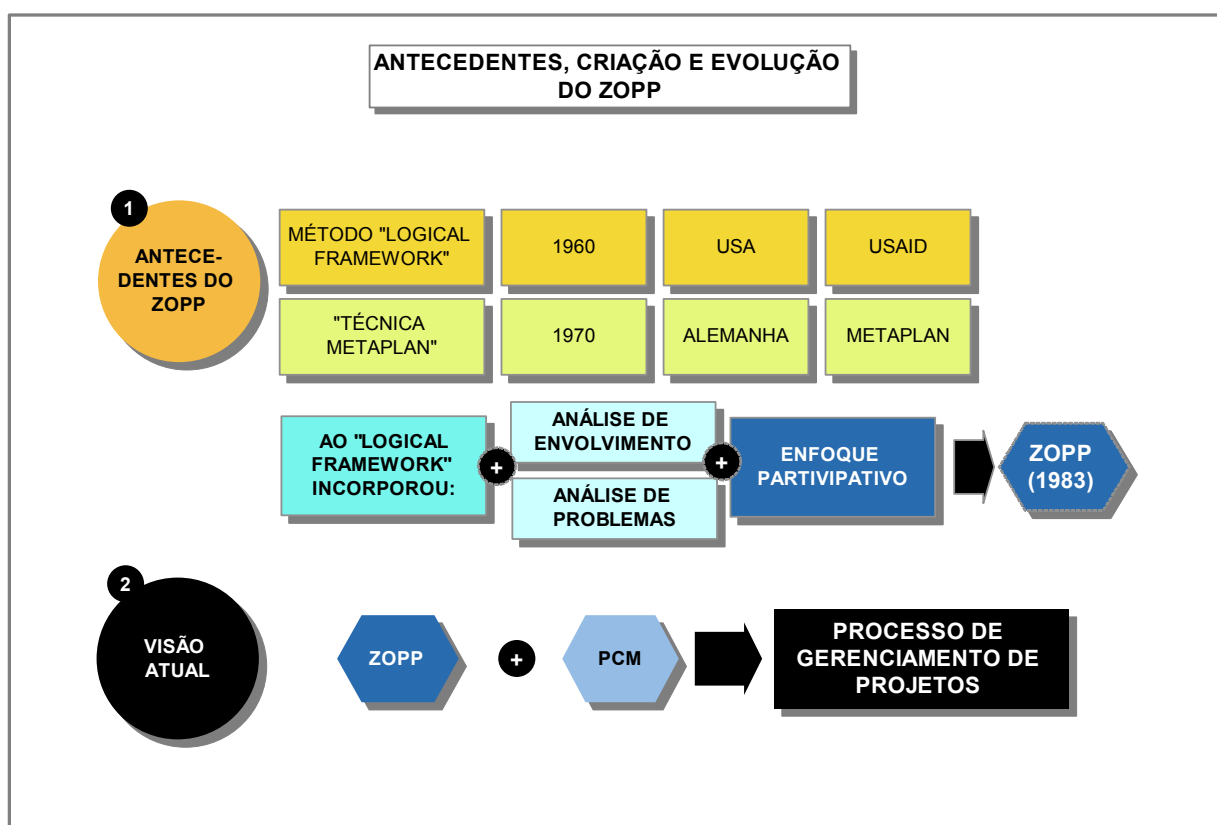
O ZOPP, do original em alemão – *Ziel orientiert Projekt Planung* – foi criado pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), na década de 70, testado em fase-piloto até meados da década de 80 e definitivamente implantado em todos os projetos de Cooperação a partir de 1987. O ZOPP se originou do LFA com a incorporação da Matriz Lógica, que passou a ser chamada de Matriz do Plano do Projeto (MPP). A diferença fundamental entre os dois é que o ZOPP é *essencialmente um método participativo*, enquanto que o LFA *emprega a participação apenas em algumas de suas etapas*.

O ZOPP deve ser aplicado em etapas sucessivas e interligadas, no decorrer de reuniões chamadas Oficinas, em que um *moderador*, no papel de facilitador, utiliza, para conduzir os trabalhos, instrumentos que facilitam o processo de *visualização* e de *trabalho em grupo*. O método utiliza vários instrumentos em suas etapas que podem ser adaptados de acordo com as necessidades momentâneas. Além da GTZ, outras Agências Internacionais como a União Européia, a FASID (Foundation for advanced

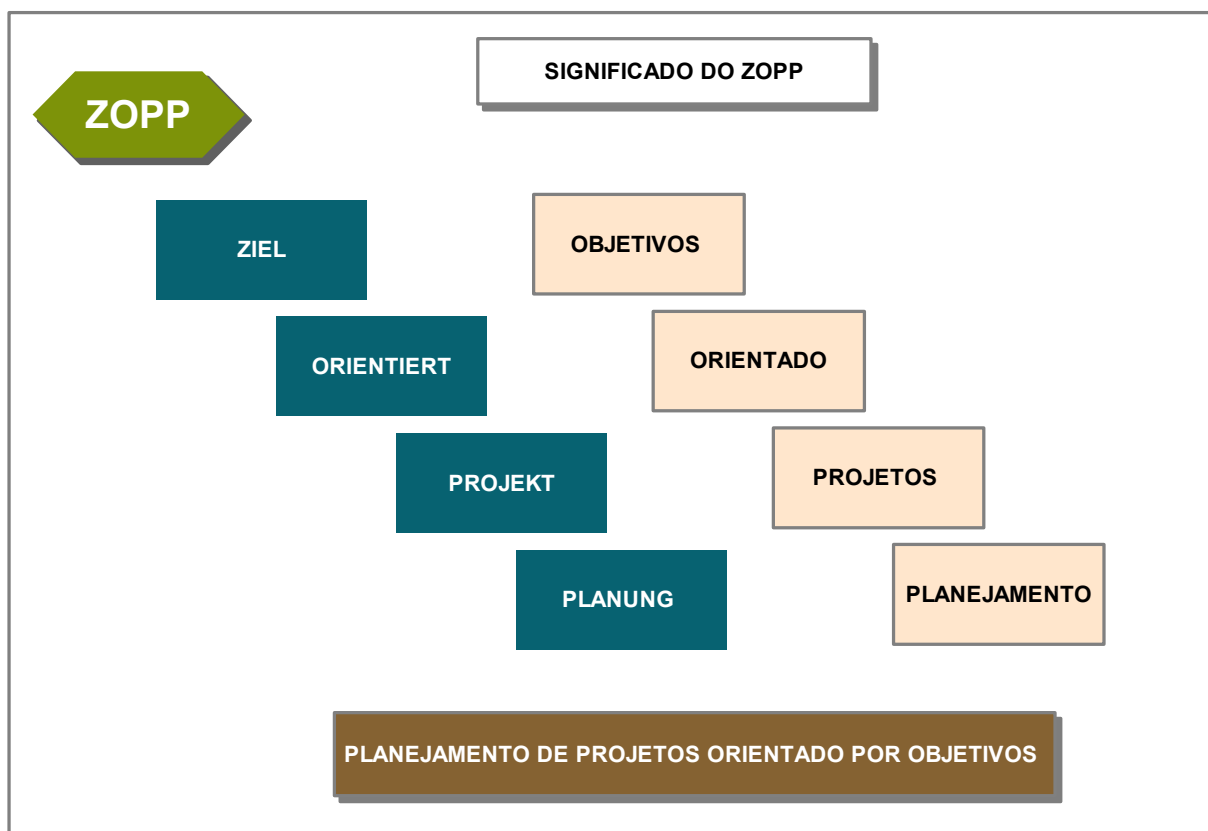
Studies on International Development) do Japão, a DEH da Suíça, entre outras, vêm fazendo uso de ZOPP como método de planejamento.

O ZOPP configura todo um processo inserido no *ciclo de vida do projeto*, que vai desde a *identificação da situação que se quer modificar ou melhorar*, através de um diagnóstico, seguido de um prognóstico e escolha de alternativas, passando pela elaboração do Plano do Projeto, continuando com a implementação das ações e com a elaboração dos Planos operacionais, seguindo com a Monitoria e Controle através dos Planos específicos, até a *finalização do projeto* quando os objetivos são alcançados. Mesmo após o término do projeto, deve ser feito o acompanhamento de sua sustentabilidade. A atuação do planejamento, com o uso do método ZOPP se dá tanto no nível estratégico como no tático e no operacional. A maior riqueza do ZOPP, em relação ao LFA do qual se originou, é a adoção do *enfoque participativo* como premissa básica de trabalho. Do LFA, o ZOPP herdou a *matriz lógica* com seus componentes todos, porém introduziu no decorrer do processo duas análises fundamentais: a *análise de problemas* e a *análise de envolvimento*. Estas duas etapas são grandes diferenciais entre as duas metodologias, embora a maior delas seja, sem dúvida, a adoção do *enfoque participativo*.

Os **Painéis 04 e 05** sintetizam o assunto.



Painel 04 – Origens do ZOPP



Painel 05– Significado do termo ZOPP

Características do método ZOPP

O *planejamento de projetos orientado por objetivos (ZOPP)* é, acima de tudo, um *processo* de esclarecimento e entendimento entre as pessoas que, de forma participativa, visam modificar uma situação que para elas se configura como problemática numa situação futura melhorada. No decorrer do processo de planejamento ZOPP, são elaborados os *planos* que vão nortear a implementação das ações do projeto ou programa.

Nos planos estão representadas, na forma de um trabalho prospectivo, as *ações* necessárias para o *alcance dos objetivos desejados*. Os planos servem aos participantes como uma *orientação para o desenvolvimento das ações futuras*, coordenando-as com a aplicação dos recursos disponíveis. Por isso, é importantíssimo que a elaboração do plano seja centrada em bases realistas, objetivando aquilo que o projeto pode realmente alcançar dentro do horizonte temporal e dos recursos a ele destinados.

Por que utilizar o ZOPP?

Basicamente, as razões para a utilização do método ZOPP na definição dos planos de um projeto podem ser resumidas como uma ajuda considerável para:

- o *planejar projetos mais consistentes e mais transparentes,*
- o *definir objetivos claros e realistas com base numa análise de problemas que reflita uma situação problemática atual,*
- o *definir indicadores objetivamente comprováveis para acompanhar e avaliar as ações do projeto,*
- o *melhorar a comunicação, a integração e a cooperação entre as instituições, grupos e pessoas que participam do projeto,*

- o *integrar os diferentes níveis da cooperação,*
- o *definir as responsabilidades e deveres de todos os integrantes do projeto,*
- o *aumentar a probabilidade de êxito do projeto,*
- o *aumentar as garantias de sustentabilidade dos efeitos do projeto.*

Planejamento participativo de projetos (método PLAPP)

O método PLAPP (planejamento participativo de projetos de desenvolvimento) nasceu a partir do ZOPP, com algumas modificações tanto conceituais, como estruturais para atender a uma demanda de facilitação metodológica pelo uso de instrumentos de aplicação mais fácil e mais condizente com o pensamento brasileiro. Além de ser um método essencialmente participativo, o PLAPP também é um método absolutamente prático, de fácil aplicação e que pode ser usado em qualquer tipo de projeto, região ou grupamento social.

PLANEJANDO A PARTICIPAÇÃO

Como visto, o *processo participativo* antecede mesmo ao planejamento propriamente dito e perdura por todo o *ciclo de vida do projeto*, uma vez que para dar início ao processo é preciso saber *quem vai tomar parte no mesmo*.

Identificar quem deverá participar, não apenas do planejamento mas de todas as etapas de um projeto, não é uma tarefa fácil. Convidar a sociedade a participar da fase de planejamento sem lhe proporcionar os meios e a oportunidade de tomar parte no processo decisório, não torna o processo ou o projeto participativo. A participação precisa ser promovida e estimulada durante todo o processo, além da necessidade de que tanto ela como seus efeitos sejam acompanhados, monitorados e avaliados.

Como regra geral, dizemos que o *processo participativo* deve envolver:

representantes de qualquer nível governamental, desde que este possa interferir com as ações em planejamento; organizações de base, ONG's, cooperativas e associações de classe, financiadores, grupos religiosos, lideranças comunitárias e políticas; representantes dos setores de indústria e comércio; universidades, institutos de pesquisa, etc. Enfim, o universo de envolvidos pode o ser o mais vasto e variado possível. Cada projeto terá seu próprio universo cujas inter-relações também serão únicas.

Quais as análises aplicáveis à participação?

Uma vez definido o *universo de atores* que irão participar do projeto, essa participação deve ser analisada sob diferentes aspectos, até para garantir a sustentabilidade da mesma. Para isso, existem vários instrumentos que são freqüentemente usados, isolados ou em conjunto, tais como:

- o *análise de envolvimento;*
- o *análise das relações participativas;*
- o *análise da viabilidade dos envolvimento ou parcerias, etc.*

Em que consiste a análise de envolvimento?

A *análise de envolvimento* também chamada de *análise dos envolvidos* ou *análise da participação* é um dos pontos críticos do planejamento de um projeto. Ela deve se iniciar antes mesmo que se comece o planejamento mas, não termina quando este começa. Ela deverá ser retomada em vários momentos do processo para que seja complementada, revista e ajustada.

A *análise de envolvimento* se concentra na identificação de todos os **indivíduos, grupos, instituições ou outros projetos** que, **direta ou indiretamente**, estejam **envolvidos com a situação em análise** (ou com o projeto em andamento), **influenciando-a ou sendo por ela influenciados**. Também, subentende uma **análise dos interesses, objetivos, potencialidades e fragilidades dos envolvidos**, assim como suas **expectativas** e seus **temores** com relação à instalação de um projeto que pretende mudar uma situação existente. Além disso, pretende também analisar as **inter-relações cabíveis entre os atores envolvidos**. O conhecimento de todos esses detalhes irá proporcionar ao grupo e aos planejadores uma noção bem definida da *realidade social e das relações de força* entre esses envolvidos, inclusive os interesses que permeiam o planejamento, o que poderá afetar o projeto de forma positiva ou negativa.

O que deve esclarecer uma análise de envolvimento?

A *análise de envolvimento* não é realizada apenas para que se conheça melhor cada um dos envolvidos e suas principais características. Ela pretende, também, esclarecer alguns pontos fundamentais para que o processo de planejamento possa caminhar sobre bases seguras. Entre os pontos a serem esclarecidos, os mais relevantes são:

- *os problemas devem ser sempre colocados pelos próprios indivíduos afetados*. É comum o planejador partir de premissas que nem sempre traduzem com exatidão as expectativas do grupo-alvo. Não apenas o grupo-alvo favorecido com o projeto deve ser ouvido mas também aqueles negativamente afetados por ele. Com relação àqueles afetados negativamente, poderíamos tomar como exemplo o caso de um projeto que pretenda *recuperar uma área de despejo de lixo urbano*. Se um dos resultados previstos for a *retirada dos catadores de papel da área*, eles devem ser ouvidos porque, se eles não forem ouvidos e a eles não forem explicadas as razões do porquê devem sair da área e se, ainda, não lhes for dada uma alternativa de trabalho, certamente eles se colocarão contrários ao projeto, podendo ganhar a simpatia da população a seu favor, em detrimento do projeto. Afinal, eles estarão perdendo o pouco que podem ter, a partir do lixo, com as ações do projeto.
- Tanto os *pontos de vista dos homens e das mulheres* devem ser levados em consideração, já que comumente eles são diferentes. Por exemplo, num projeto agrícola, os homens podem rejeitar o apoio à organização do trabalho feminino enquanto que as mulheres podem achar que tal organização lhes trará vantagens como o aumento da renda familiar e uma maior independência financeira.

- o Para qualquer projeto em elaboração é imprescindível que a *situação atual dos grupos-alvo seja discutida com eles e levada em consideração*, pois ninguém melhor do que os próprios interessados para fazer essa análise.

O que é a Matriz de envolvimento?

A *matriz de envolvimento* é uma matriz que pode ser elaborada em etapas no decorrer do planejamento e que deve conter todas as informações necessárias sobre os envolvidos direta e indiretamente na situação atual, com vistas ao projeto. Informações advindas dela podem ser incluídas na matriz analítica, depois que os parceiros forem identificados. A recomendação é que ela seja elaborada em separado porque além dos possíveis parceiros, apontados na matriz analítica, ela deve conter outros envolvidos que não os parceiros.

Assim, para cada ator identificado devem ser analisados:

- o suas *potencialidades*, em termos do que eles possam contribuir para o processo de desenvolvimento local,
 - a. *suas habilidades*
 - b. *seus conhecimentos*
 - c. *seus recursos*
- o seus *interesses* que associados às potencialidades, vão indicar a conveniência ou não de incluí-los como parceiros,
- o suas *dificuldades*, normalmente, vistas como fatores de risco, mas que podem ser transformados em oportunidades
 - a. *suas limitações*
 - b. *seus conflitos, sejam eles reais, potenciais, imagináveis ou velados.*
- o suas *possíveis contribuições* para o projeto, para a sociedade, para os beneficiários ou para a organização.
- o seus *temores reais, potenciais ou velados.*

Como se faz?

A análise, como já comentado, é feita em etapas, começando por:

- a) identificar** todos os **indivíduos, grupos, instituições, organizações** ou **outros projetos** que, direta ou indiretamente, possam estar relacionados à situação em análise ou ao projeto ou tenham interesse em participar,
- b) a partir do ponto de vista desses envolvidos, caracterizar** suas **potencialidades**, em termos de:
 - o **suas habilidades** – *quais as habilidades mais marcantes que poderiam ser úteis ao projeto?*
 - o **seus conhecimentos** – *de que conhecimentos dispõem os atores que possam ser úteis ao projeto?*

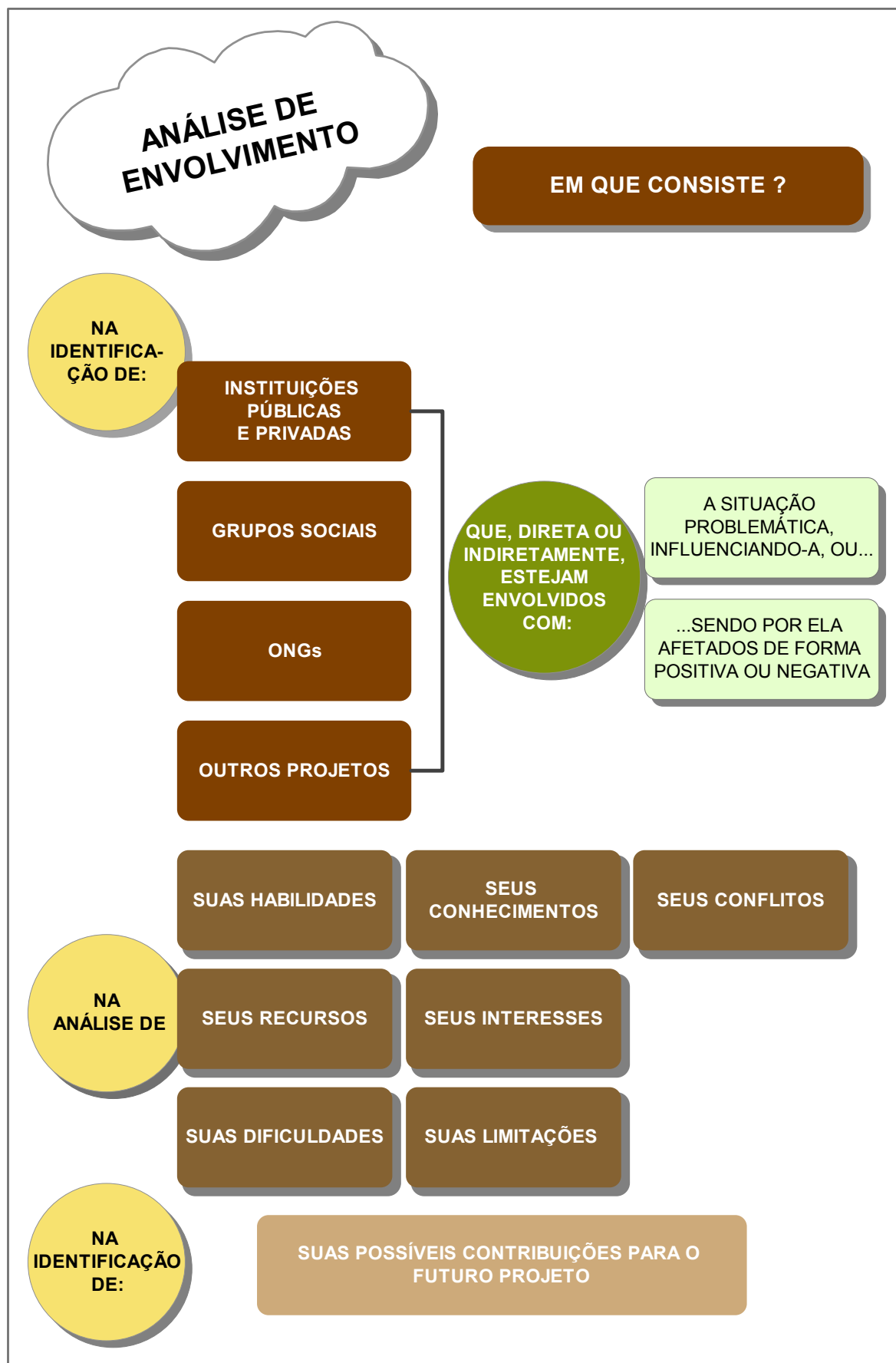
- o **seus recursos** - de que recursos os atores já dispõem?
- o **seus interesses** - qual o interesse dos envolvidos em promover mudanças na situação atual?
- o **suas dificuldades** - quais são as principais dificuldades dos atores?
- o **suas limitações** - quais as limitações dos envolvidos em resolver os problemas?
- o **seus conflitos** – quais os conflitos existentes que possam dificultar a participação?
- o **Seus temores** – quais são os temores dos envolvidos em relação às mudanças previstas e às ações do projeto?

Uma vez o plano do projeto pronto, a análise deve prosseguir, agora com um objetivo bem definido, como:

- a) **detectar** as **possíveis contribuições** dos envolvidos para com o projeto, a sociedade, a instituição, etc.
- b) **verificar** as possíveis **ingerências negativas** sobre o projeto (internas e externas ao projeto)
- c) **avaliar a importância e a veracidade das informações.**
- d) se houver necessidade, **ordenar** os envolvidos e **categorizá-los** segundo suas possíveis **relações com o projeto**:
 - o quem são os **beneficiários** diretos?
 - o quem são os **beneficiários** indiretos?
 - o quem são os **executores** das ações do projeto?
 - o quem *coordena* o projeto ?
 - o quem **apóia** o projeto ?
 - o quem pode ser **atingido de forma negativa** pelo projeto ?
 - o quem pode **influenciar** o projeto ?
 - o quem pode **ser influenciado** em suas ações pelo projeto ?
 - o quem são os **financiadores**?
- e) **descrever** sucintamente quais serão suas **atividades e responsabilidades** no projeto (elaboração dos “job descriptions”):

Observação: esta etapa é realizada após a elaboração da matriz de planejamento.

Os **Painéis 06, 07 e 08** representam o significado da análise de envolvimento, a configuração de uma matriz de envolvimento e um exemplo desta, respectivamente.



Painel 06 – Análise de envolvimento



INSTITUIÇÕES GRUPOS SOCIAIS	POTENCIALIDADES			INTERESSES	DIFICULDADES		TEMORES
	HABILIDADES	CONHECIMENTOS	RECURSOS		LIMITAÇÕES	CONFLITOS	

Painel 07 – Matriz de envolvimento

MATRIZ DE ENVOLVIMENTO EXEMPLO

INSTITUIÇÕES GRUPOS SOCIAIS	POTENCIALIDADES			INTERESSES	DIFICULDADES		TEMORES
	HABILIDADES	CONHECIMENTOS	RECURSOS		LIMITAÇÕES	CONFLITOS	
PEQUENOS PRODUTORES	CULTIVAR MILHO	CONHECER A CULTURA	MÃO DE OBRA DISPONÍVEL	AUMENTAR A PRODUÇÃO	DESPREPARO TÉCNICO	CULTURA TRADICIONAL ARRAIGADA	PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS
TÉCNICOS DA EXTENSÃO	ORIENTAR OS PRODUTORES	CONHECIMENTOS TÉCNICO E PRÁTICO DA CULTURA	ACESSO A NOVAS TECNOLOGIAS	AUMENTAR A PRODUÇÃO/PRODUZIVIDADE	RECURSOS ESCASSOS	-	BAIXA PARTICIPAÇÃO DOS PPs
COOPERATIVA DE PPs DE MILHO	CONGREGAR OS PRODUTORES	COOPERATIVISMO	ACESSO AOS PPs	MELHORAR A PRODUÇÃO P/ COOPERADOS	RECURSOS ESCASSOS	INTERESSE DOS GRANDES PRODUTORES	APENAS OS GPs SEJAM ATENDIDOS
GRANDES PRODUTORES	NEGOCIAR COM O GOVERNO	TÉCNICAS MODERNAS DE PRODUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS	AUMENTAR LUCROS	-	-	PRIORIZAÇÃO DOS PPs
BANCO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	DISPONIBILIZAR CRÉDITO	-	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS P/ CRÉDITO	CRIAR NOVAS LINHAS DE CRÉDITO	BUROCRACIA NO ATENDIMENTO AOS PPs	PRIORIZAÇÃO DOS GPs	INADIMPLÊNCIA DOS PPs TOMADORES DE CRÉDITO
SECRETARIA DA AGRICULTURA	ELABORAR PROJETOS AGRÍCOLAS	SITUAÇÃO DA CULTURA NO ESTADO	EQUIPE TÉCNICA QUALIFICADA E RECURSOS \$	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL	DEPENDÊNCIA DE OUTRAS SECRETARIAS	POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS	DIFICULDADE DE INTEGRAÇÃO ENTRE ATORES

Painel 08 – Exemplo da Matriz de envolvimento

Análise da viabilidade das parcerias e/ou parceiros

À medida que o processo de planejamento caminha, começam a ser delineada a proposta de parcerias que vão se concretizar na etapa de operacionalização do projeto. Entretanto, antes disso mesmo, muitas dessas parcerias já devem ter sido firmadas e consolidadas. Qualquer proposta de parceria deve passar por algumas análises antes de ser definitivamente formalizada. Também, não se deve colocar como parceiros instituições, grupos ou pessoas que não tiverem participado do planejamento e não tiverem dado o consentimento explícito para tal.

Entre as análises mais adequadas para levantar a *viabilidade das parcerias* é a análise das *potencialidades versus interesses*. Conhecer apenas as potencialidades dos mesmos não garante que eles se tornem bons parceiros para o projeto. Há que se considerar o nível de *interesse* de cada um. Para isso, se pode elaborar uma *matriz de relações* entre as *potencialidades* e os *interesses* para os possíveis parceiros. Apenas no caso onde as *potencialidades* e os *interesses* são altos é que se pode confiar plenamente no êxito da parceria. Tanto para o caso de baixa potencialidade e alto interesse, como para alta potencialidade e baixo interesse vão ser necessárias algumas ações de apoio (no primeiro caso) e de motivação e esclarecimento (no segundo) antes que se possa efetivar a parceria concretamente. No caso de não haver potencialidade e nem interesse, deve se descartar qualquer estabelecimento de parceria.

O **Painel 09** representa a análise de potencialidades versus interesse, para a escolha de parceiros.

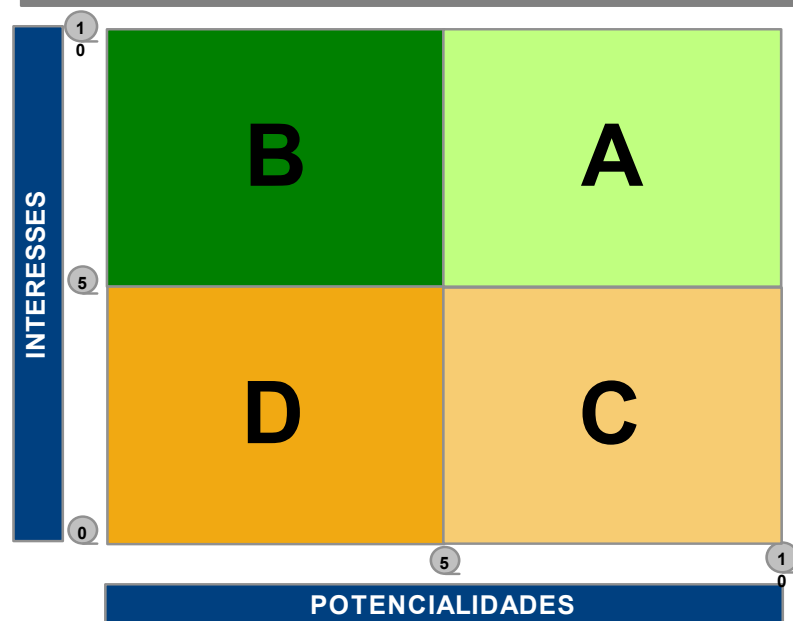
ANÁLISE DE INTERESSES X POTENCIALIDADES

COMO SE ELABORA UMA ANÁLISE DE INTERESSES X POTENCIALIDADES ?

PARA CADA PARCEIRO IDENTIFICADO NA MATRIZ ANALÍTICA, ATRIBUIR UMA NOTA DE 1 A 10 PARA POTENCIALIDADES E INTERESSES

TRANSPORTAR AS NOTAS OBTIDAS PARA A ESCALA ABAIXO

PARA CADA POSSÍVEL PARCEIRO IDENTIFICAR O QUADRANTE EM QUE ELE SE COLOCA



A - SEM RESTRIÇÕES PARA PARCERIAS
 B - PARCERIAS COM RESTRIÇÕES : NECESSITA DE APOIO
 C - PARCERIAS COM RESTRIÇÕES: NECESSITA DE INCENTIVO E MOTIVAÇÃO
 D- DESACONSELHÁVEL QUALQUER TIPO DE PARCERIA

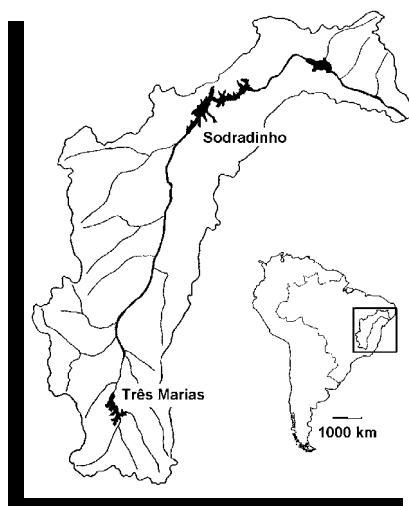
Painel 09 – Matriz de viabilidade dos envolvimento ou parcerias

UNIDADE 2: Ecossistemas e a Pesca do rio São Francisco

Palestra do Dr. Alexandre Godinho

O Rio São Francisco

A bacia hidrográfica do rio São Francisco (Fig. 1), em seu sentido amplo, de recepção, transporte e deposição de toda drenagem superficial e subterrânea, abrange uma área 645.067,2 km². Trata-se da terceira bacia hidrográfica do Brasil, e a primeira contida inteiramente em território brasileiro, segundo o mesmo critério. O rio São Francisco nasce Chapadão dos Zagaia, nos altos orientais da Serra da Canastra, percorre 3.160 km rumo norte, atravessando os Estados de Minas Gerais e Bahia. A partir da altura de Sobradinho (BA) toma curso leste, perfazendo a divisa entre Bahia e Pernambuco e entre Sergipe e Alagoas, até a foz.



Seus principais tributários da margem direita nascem nos maciços serranos das serras Vertentes e do Espinhaço e os da margem esquerda nos altos chapadões do oeste mineiro, leste goiano e tocantinense. Ao norte do rio Grande (BA), a grande maioria dos tributários é intermitente. O maior trecho tecnicamente navegável encontra-se entre as cidades de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), numa extensão de 1.371 km. As vazões máxima e mínima (no período entre 1929/98), calculadas em Juazeiro (BA), situaram-se, respectivamente, entre 6.531 m³/s e 1.150 m³/s.

Excluídas as espécies diádromas (aquelas que migram entre o mar e a água doce), são registradas cerca de 158 espécies de peixes de água doce para a bacia, mas novas espécies têm sido descritas com frequência. Sete espécies, todas importantes para a pesca, foram consideradas como provavelmente migradoras de longa distância: curimatá-pacu (*Prochilodus argenteus*), curimatá-pioa (*Prochilodus costatus*), dourado (*Salminus* sp.), matrinhã (*Brycon orthotaenia*), piauí-verdadeiro (*Leporinus obtusidens*), pirá (*Conorhynchus conirostris*) e surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*).



Surubim
(*Pseudoplatystoma corruscans*)



Curimatá
(*Prochilodus argenteus*)



Dourado
(*Salminus* sp.)

Várias espécies de peixes foram introduzidas na bacia e hoje apresentam populações estabelecidas. A grande maioria dessas ocorreu ao longo da última década no rastro do desenvolvimento aquícola. A presença de tucunaré (*Cichla* spp.), corvina

(*Plagioscion squamosissimus*), carpa (*Cyprinus carpio*), bagre-africano (*Clarias gariepinus*), tambaqui, (*Colossoma macropomum*), tilápia (*Oreochromis* sp. e *Tilapia* sp.).

Dezoito das 32 espécies de peixes presumivelmente ameaçadas de extinção no Estado de Minas Gerais ocorrem no São Francisco. Entre essas, destacam-se: cascudo-preto (*Rhinelepis aspera*), pirá, surubim, matrinxã e dourado.

Alguns autores sugerem que a fauna de peixes migradores sanfranciscanos apresenta diferentes *status* de conservação ao longo da bacia (Fig. 2). Assim, ela está relativamente estável no segmento que se estende da foz do Abaeté à entrada da represa de Sobradinho, incluindo os rios Urucuia, Carinhanha, Corrente e Grande. Ela se encontra vulnerável no trecho do rio São Francisco, a montante da represa de Três Marias, e nos rios Abaeté, Paracatu e Pandeiros. Ela está, ainda, ameaçada nos rios Pará, Paraopeba, das Velhas, Verde Grande e no baixo São Francisco, a jusante da barragem de Xingó. *status* de conservação é crítico na represa de Três Marias e no segmento do rio limitado pelas represas de Sobradinho e Xingó.

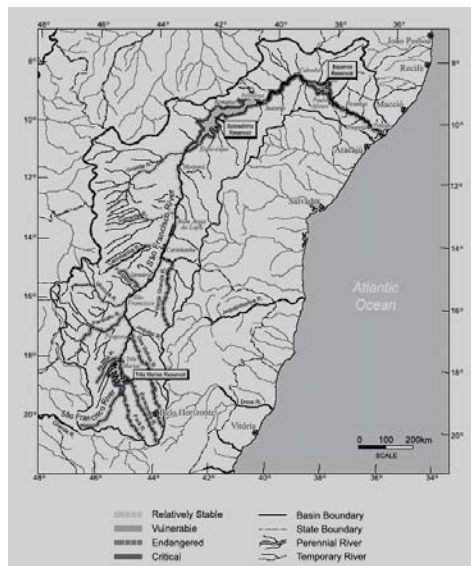
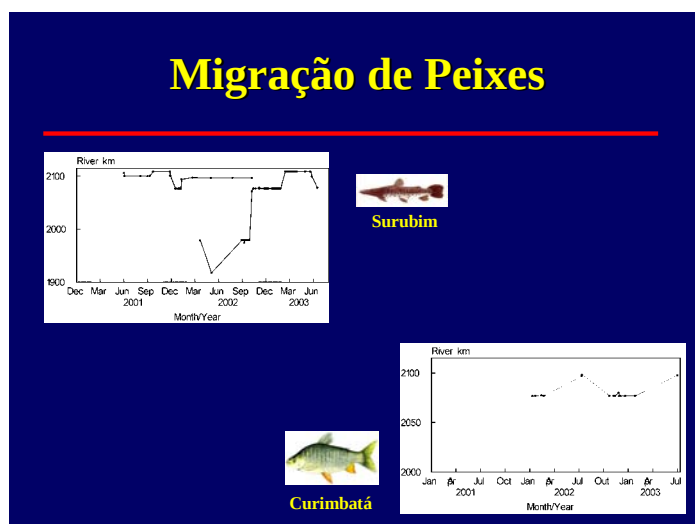
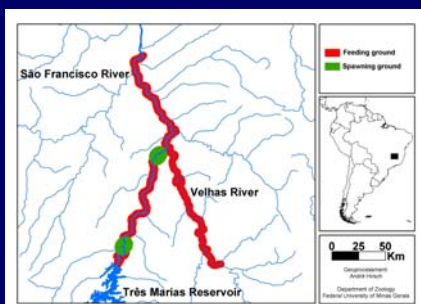


Figura 2. Mapa com a bacia do rio São Francisco.

Migração dos peixes

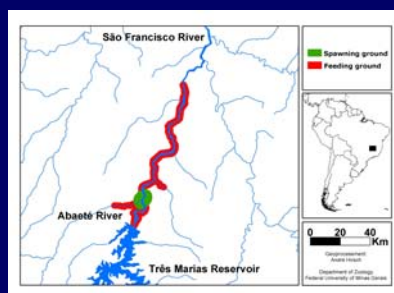


Migração do Surubim



Surubim

Migração do Curimbatá



Curimbatá

Até onde sabemos, não existe modelo algum proposto sobre a história de vida dos movimentos para os peixes de piracema da bacia do São Francisco. Embora não formalmente apresentada, nota-se, entre os cientistas, tendência em aceitar para essa bacia os modelos propostos por Godoy e por Bonetto e colaboradores, os quais assinalam a presença de três sítios: *reprodução*, *alimentação* e *berçário*. Os dois primeiros localizam-se na calha dos rios e o último, nas várzeas. Os adultos migram sazonalmente entre os sítios de alimentação e reprodução e os ovos produzidos no sítio de reprodução são carregados rio abaixo em direção aos berçários. Esse é, ainda que informal, o modelo corrente aceito sobre a história de vida dos movimentos e não existem evidências sugerindo que ele esteja errado.

Embora o modelo informal dos movimentos pareça correto, ele certamente é incompleto. Os dados apresentados neste trabalho mostram que é necessário incluir pelo menos mais um sítio no modelo: o representado pelos ribeirões de pequena ordem. Não há dúvidas da maior abundância de jovens nesse sítio, mas ainda não há informações suficientes sobre seu papel funcional. Nossos dados sugerem que o fator remoto para os peixes deslocarem-se para esses habitats possa ser o de fuga à predação. Não se pode descartar, no entanto, o eventual papel que a alimentação possa ter tido na evolução desse deslocamento. Na falta de melhor entendimento do papel do sítio e para distingui-lo do sítio de alimentação, localizado no rio e habitado, preferencialmente, pelos adultos, optamos por denominá-lo de sítio de refúgio dos jovens.

Acrescentando-se o sítio de refúgio ao modelo informal dos movimentos obtém-se um outro mais completo e complexo (Fig. 3). Certamente, esse também não é definitivo, pois ainda existem dúvidas sobre a importância de certos habitats para determinadas fases da vida e mesmo a fase da vida em que ocorre o deslocamento entre sítios. Essas dúvidas estão assinaladas no modelo pelo ponto de interrogação.



Figura 3. Modelo da história de vida dos movimentos de peixes de piracema do rio São Francisco.

A pesca no rio São Francisco

Historicamente, o rio São Francisco foi uma das principais fontes brasileiras de pescado. Ele fornecia peixes suficientes para alimentar sua população ribeirinha e para atender ao mercado de outras regiões do Nordeste e do Sudeste do Brasil. A pesca era também uma das importantes fontes geradoras de recursos para sua população ribeirinha. Pescadores desportivos, provavelmente aos milhares, dirigiam-se anualmente às margens do rio. Centenas de estabelecimentos comerciais, como hotéis, restaurantes, clubes de pesca, peixarias e lojas, obtinham na pesca sua fonte principal ou secundária de recursos. A receita gerada pela pesca pode ter atingido dezenas de milhões de reais por ano. Além disso, o rio provia proteína animal farta para milhares de ribeirinhos. Embora de reconhecida importância, a pesca no São Francisco nunca foi regularmente quantificada. Certamente, a abundância de peixes no passado rendeu fama ao rio. Mesmo assim, o cuidado com a pesca foi negligenciado e, conseqüentemente, inexistem séries históricas de estatísticas pesqueiras para a bacia.

Segundo a Sudepe/Codevasf, cerca de 6.500 pescadores profissionais atuavam no rio São Francisco em 1977-1978, auferindo baixos rendimentos, vivendo sob o domínio de intermediários, com baixo nível de escolaridade e não contando com assistência técnica. Apenas cerca de 2.000 deles estavam devidamente registrados em colônias de pescadores existentes ao longo do rio. Estimou-se em 26.500 t.ano⁻¹ a produção de pescado para aquele período, sendo que mais da metade era oriunda da represa de Sobradinho. A produção média, estimada no período de safra, foi de 126,9 kg.pescador⁻¹.semana⁻¹ e no período de entressafra, de 31,3 kg.pescador⁻¹.semana⁻¹. Vinte e seis mil pescadores atuavam no vale do São Francisco em 1985, sendo que 62% desse total eram registrados em colônias de pescadores e 7,7% deles atuavam na represa de Sobradinho. A produção de pescado do vale para aquele ano foi estimada em 26.100 t. Alguns autores estimaram a produção de pescado em 2.543,4 t, para 1951, e em 1.790,7 t, para 1954, em 29 municípios ao longo do rio. Na segunda metade da década de 1980, cerca de 2.400 pescadores profissionais encontravam-se associados às colônias de pescadores no trecho mineiro do São Francisco, quando apenas 1/3 deles exercia exclusivamente a atividade, pois essa não era mais capaz de “propiciar condições mínimas para seu sustento”. A grande maioria dos pescadores era

analfabeta. Os petrechos de pesca mais empregados eram a rede de espera, anzol, tarrafa e rede de caceia. Eles utilizavam principalmente barcos de madeira a remo. O pescado era mantido fresco ou conservado em gelo. Dentre os diversos peixes de importância para a pesca no São Francisco, o surubim é um dos destaques. Na colônia de pesca de Pirapora, ele representou 86% do pescado desembarcado no segundo semestre de 1986. O surubim, além da grande estima popular, é também o mais valioso e um dos mais apreciados pelos pescadores desportivos e para a culinária local.

O Colapso e a reabilitação da pesca

Apesar da ausência de estatística pesqueira consistente, a pesca no São Francisco mostra sinais evidentes de queda. O rendimento dos pescadores do barco da Colônia de Pescadores de Pirapora caiu de 11,7 kg.pescador⁻¹.dia⁻¹ em 1987 para 3,1 kg.pescador⁻¹.dia⁻¹ em 1999. Outro testemunho desse declínio é a deterioração da infra-estrutura de pesca ocorrida na cidade de Pirapora ao longo da década de 1990 – consequência clássica do colapso dos estoques pesqueiros. Manchetes sobre o problema são freqüentes em jornais de grande circulação, sendo voz corrente entre os ribeirinhos.

Devido ao colapso pesqueiro, várias espécies de peixes comerciais e desportivas foram incluídas na lista da fauna presumivelmente ameaçada de extinção no Estado de Minas Gerais algumas delas consideradas em extinção a montante da barragem de Três Marias. Outros segmentos socioeconômicos também têm sido atingidos pela redução da produção pesqueira. Embora não existam estatísticas a respeito, afirma-se que apenas no Estado de Minas Gerais havia cerca de, pelo menos, 350.000 pescadores desportivos, boa parte dos quais freqüentava o rio São Francisco. Hoje esses pescadores deslocam-se para pesqueiros mais longínquos e dispendiosos, acarretando prejuízos à rede de infra-estrutura de bens e serviços ligados à pesca.

A pesca de subsistência praticada pelas populações ribeirinhas, relevante do ponto de vista social, tem sido também atingida. Face à situação generalizada de desemprego que ocorre ao longo do São Francisco, a pesca de subsistência adquire importância ainda maior, pois é a exclusiva fonte protéica para muitos dos ribeirinhos.

Várias causas podem ser atribuídas à queda na pesca do São Francisco, tais como poluição, uso inadequado do solo, normas pesqueiras impróprias, sobrepesca, destruição de habitat e barramento. Certamente, a importância de cada uma delas varia no tempo e no espaço, embora possam atuar simultaneamente num mesmo local. Com certeza, a falta de uma estatística pesqueira dificulta estabelecer com segurança a causa ou as causas mais importantes do declínio da pesca no rio São Francisco.

A reabilitação da pesca consiste na aplicação de métodos que levem à sua recuperação, através de ações curativas que se focalizam nas causas da debilitação. As principais técnicas de reabilitação são: restauração de habitats, manejo hidrológico, biomanipulação, controle da poluição, repovoamento, educação ambiental, legislação, manejo da pesca e reflorestamento. As experiências brasileiras em restauração pesqueira são ainda muito incipientes. As estratégias mais usualmente utilizadas no país são o repovoamento e o controle da pesca através de atos de normalização. No trecho entre a barragem de Três Marias e a represa de Sobradinho, a falta de cheias de maior intensidade que caracteriza a hidrologia do São Francisco, a partir de 1992,

foi apontada como um dos fatores mais prováveis no colapso da pesca em Pirapora. O manejo hidrológico do rio para restabelecer seu contato com as lagoas marginais tem sido sugerido por vários autores.

As barragens hidrelétricas produzem forte impacto negativo na pesca e estão entre as principais causas do declínio da pesca em rios de muitos países. A regularização do regime hidrológico de um rio por meio de barragens é geralmente reconhecida como uma das formas mais devastadoras de degradação do habitat de águas interiores. O barramento pode modificar o regime hidrológico natural e a qualidade da água, de modo a afetar negativamente as condições de jusante. Mudanças ocorrem nos habitats de desova, em áreas de abrigo e nos gatilhos do ciclo de vida, como aquele que desencadeia a desova. O segmento a jusante torna-se regulável de acordo com as necessidades de geração de energia hidrelétrica, atenuando as grandes cheias. Várzeas, antes alagáveis, deixam de receber água, comprometendo o seu papel de berçários de jovens de peixes migradores. A instalação de um regime hidrológico favorável é, portanto, uma importante forma de restauração do habitat. Além disso, as barragens constituem uma barreira intransponível na rota migratória dos peixes de piracema, que são os mais valiosos do ponto de vista pesqueiro, reduzindo seu sucesso reprodutivo. A nova situação no segmento de montante da barragem também é dramática para a pesca. Todavia, seus efeitos dependem da posição geográfica da barragem na bacia hidrográfica.

A realização de cheia induzida está prevista na legislação. Embora os custos da cheia induzida possam, a princípio, parecer elevados, o potencial retorno financeiro poderá superá-los. Considerando que cada pescador profissional mineiro do São Francisco capturava cerca de 11,4 kg de peixes por dia, no final de década de 1980, que o número de dias de pesca era de 180, que existiam 1.946 pescadores profissionais efetivos no trecho mineiro do rio naquela época, e o valor do quilo de pescado era de R\$ 5,00 (valor no final da década 1990), a renda gerada apenas por esses profissionais alcançaria algo em torno de R\$ 20 milhões anuais. Usando essas mesmas quantidades, mas para o rendimento da pesca de 4,0 kg por pescador⁻¹.dia⁻¹ verificado em 1999, tem-se que a renda caiu para R\$ 7 milhões anuais. Não se pode descartar que a queda real tenha sido ainda maior, já que o baixo rendimento desestimula a atividade, por ela não mais ser capaz de cobrir as despesas ou prover um retorno mínimo.

A pesca predatória pode também produzir forte impacto negativo nos estoques pesqueiros. Equipamentos e métodos inadequados ou ilegais são tradicionalmente utilizados por parte dos pescadores. As limitações legais impostas à época, ao tamanho e à quantidade do pescado capturado também não são respeitadas por todos. Por outro lado, a carência de informações essenciais sobre a pesca e sobre os peixes impede o estabelecimento de normas de pesca mais adequadas. Dentre as técnicas disponíveis para normalização da pesca estão: época de defeso, tamanho mínimo de captura, santuários, limite de captura, restrições do esforço e de petrechos de pesca. Por último, mas não menos importante, o avanço das fronteiras agroindustriais e dos aglomerados urbano-industriais produz impactos que se somam aos anteriormente discutidos.

Locais, artes, espécies e a sazonalidade

As principais artes de pesca utilizadas na pesca no rio São Francisco são caceia, tarrafa, espinel, arrastão tarrafa, rodada, subaquática, etc. No entanto, observa-se uma alternância da frequência de diferentes apetrechos de pesca em função da dinâmica do rio, conforme pode ser observado na figura 5.

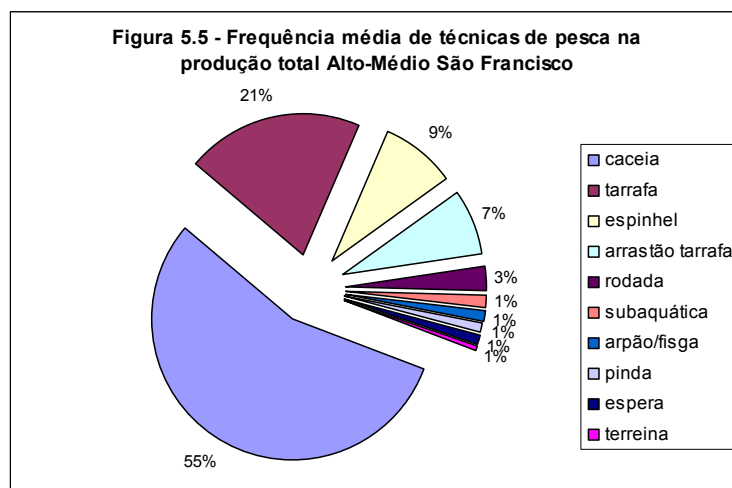


Figura 5.

Quanto as espécies, as principais são: mandim (10%), surubim (8%), peixes brancos (20%), dourado (11%) e Curimatá (51%). Porém, observa-se que a curimatã é a espécie que sustenta a pesca profissional no São Francisco (Fig. 6).

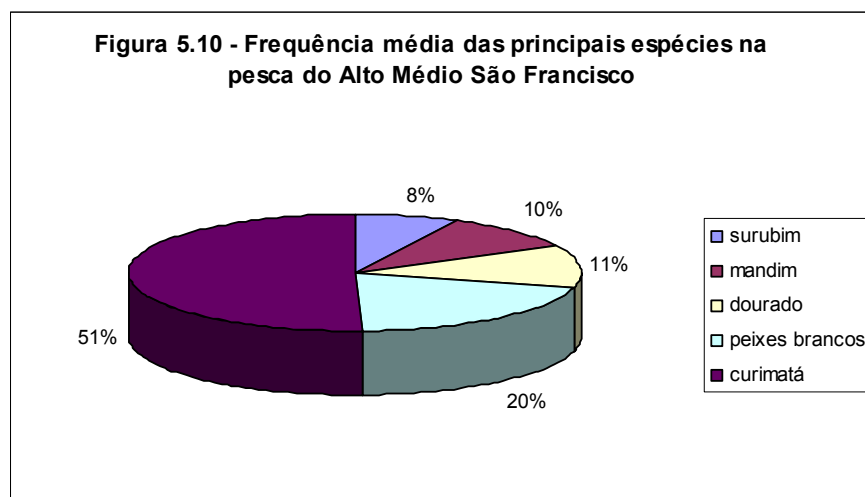


Figura 6.

O tempo médio de duração dos eventos de pesca no rio São Francisco varia de 50 a 250 min, porém a média é de . Este tempo é proporcional à disponibilidade do equipamento, técnica utilizada e a dinâmica do local de pesca (Fig. 7).

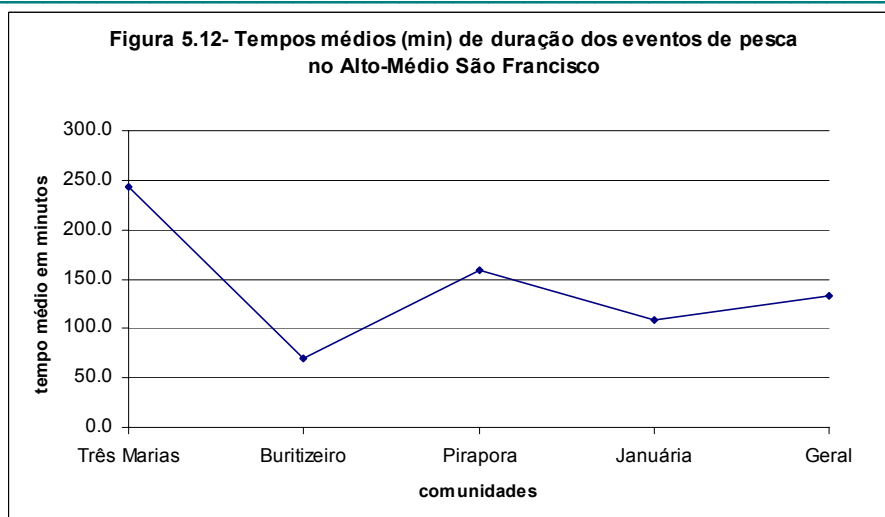


Figura 7.

A maioria dos pescadores acampa, porém há também o retorno diário ou ainda pesca em propriedade comum (Fig. 8).

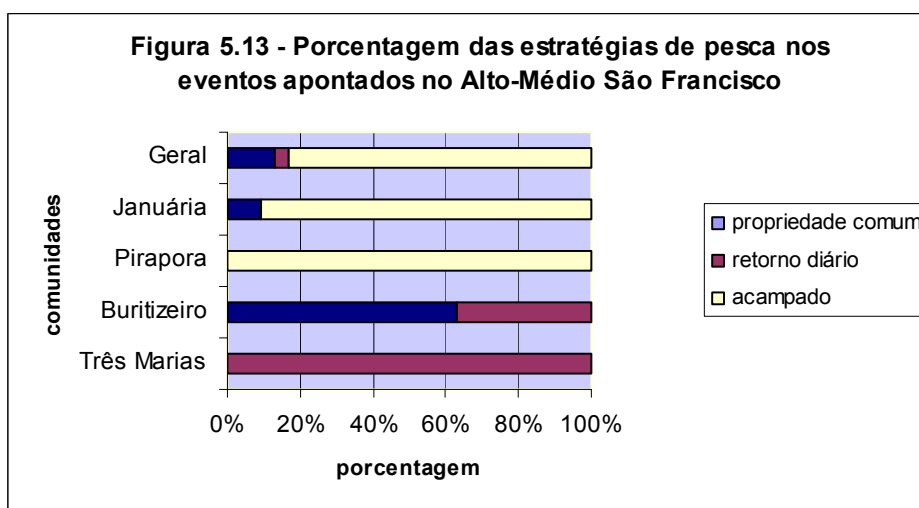


Figura 8.

- Considerando-se todo o conjunto de pescadores estudados, é possível caracterizá-los, preferencialmente, como pescadores de curimatá, que acampam nas margens do rio e utilizam a rede de caceia.
- O barco a remo ainda prevalece como um dos principais equipamentos da pesca no trecho de rio estudado.

5.1. Conhecimento sobre o ciclo hidrológico do Alto- Médio São Francisco.

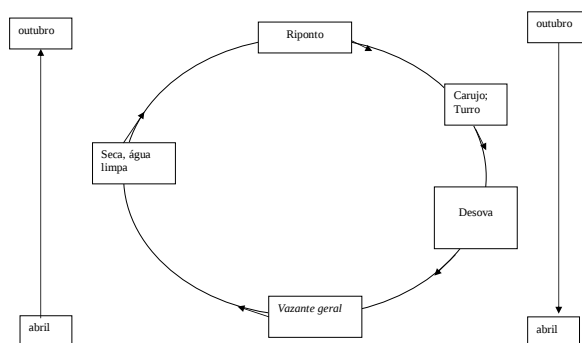


Fig. 2.1 - Ciclo do rio segundo conhecimento ecológico local.

Sistemas de propriedade comum

- 1) Na Cachoeira de Buritizeiro – há quatro pontos onde os pescadores fazem o rodízio (Fig. 9). O direito de pesca nestes pontos varia muito: arrendamento, empréstimo, direito hereditário, etc. As regras operacionais de acesso e uso estabelecidas dos pontos envolvem: *i*) horários (09h, 12h, 15h, 18h, 24h, 03h, 06h); *ii*) pesca “na aguarda”; e *iii*) as técnicas de pesca são tarrafa e o colfo.



Figura 9.

Condições de uso com base nas relações comportamentais sancionadas pelos pescadores de Buritizeiro-MG.

DIREITOS	OBRIGAÇÕES	PRIVILÉGIOS	MUTUALIDADES
*Direitos por herança	Cumprir horário dos rodízios:		*Substituição na pesca/direito por empréstimo.
*Direitos por compra	Manhã – Tarde 9 – 12 – 15h	Vantagem para algumas duplas que pescam várias vezes por semana e em mais de um ponto	*Inclusão de novos usuários em potencial no sistema de propriedade comum, decido pelo grupo de pescadores proprietários
*Direitos adquiridos	Noite 18 – 24 – 03 – 06h		

- 2) Na Cachoeira de Pirapora – há três pontos de pesca e rodízio e mantém as regras do horário (Fig. 10).



Figura 10.

- 3) Na Praia de Januária (Fig. 11) – há um sistema de rodízio que funciona com a limpeza do lanço e quem participa desse mutirão passa a ter o direito de pesca de dia e de noite. Os únicos que não precisam fazer a limpeza e têm direito de pescar são os mais velhos que não tem mais condições de mergulhar.



O sistema de propriedade comum na “praia” de Januária.



Figura 11.

Acampamento

O pessoal que passa a semana constrói uma estrutura de barraco simples para armazenar mantimento, caixa de gelo e a maioria praticam agricultura de subsistência, principalmente hortaliças (Fig. 12). Esses acampamentos se dão na beira do rio, e em muitos casos em propriedades de fazendeiros; ou em ilhas que se formaram após a criação da represa de Três Marias.



Acampamentos



Figura 12.

O uso dos apetrechos de pesca está diretamente relacionado à época do ano, em função da turbidez da água e comportamento migratório dos peixes, e ainda a influência da lua pela luminosidade conforme tabela 1.

Tabela 1. Etnocalendário de pesca para o trecho de rio do Alto-Médio São Francisco, MG. (Cinza escuro: grande frequência de uso; cinza claro: baixa frequência de uso).

Meses Fenômenos/técnicas	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
Água suja, cheias ou época das águas												
Água limpa, época da seca.												
Riponto												
Vazante geral												
Época do carujo, do turro												
Piracema												
Tarrafa												
Grozeira												
Linha e Anzol ou linhada												
Caceia												
Terreina												
Rede de Espera												
Anzol de Galho ou pinda												
João Bobo												
Tarrafão												
Arrastão												
Anzol de colher												

Rodada												
Arpão ou Fisga (TM)												

Tabela 2. Cognição comparada baseada em aspectos comportamentais da reprodução do tucunaré (*Cichla monoculus*).

Compreensão dos pescadores	Informações científicas
<i>O tucunaré desova de setembro a janeiro.</i> <i>Toda a passagem de lua nova ele desova.</i> <i>O tucunaré... sempre tem com ova.</i> <i>Gosta de água parada, grota pequena, rio pequeno.</i>	“ O tucunaré (<i>Cichla monoculus</i>) vive em ambientes lênticos, onde se reproduz principalmente na época das chuvas”. “... a frequência relativa dos estádios do ciclo reprodutivo de fêmeas e machos indicaram peixes em maturação durante todo o ano, com maior frequência de fêmeas desovadas em janeiro, quando a precipitação na região de Três Marias é mais alta”. (MAGALHÃES et alii, 1996)
<i>O macho tem o cupim, a fêmea não tem.</i> <i>O macho fica com uma cristona na cabeça, só quando desova. Vigia por perto, limpa o lugar da desova. Choca que nem jacaré. Dentro dos córregos, nas grotas, nos tocos ele solta as ovas. Enquanto tá pequeno, fica a fêmea em cima da desova e o macho na frente, vigiando.</i>	“ A espécie apresenta dimorfismo sexual na época da reprodução, quando surge no macho uma protuberância pós occipital... executa cuidado parental à prole, presença de órgãos adesivos nas larvas evitando que sejam carregadas”. (MAGALHÃES et alii, 1996)

UNIDADE 3: Organização Comunitária

Importância da Comunicação

Durante o desenvolvimento do trabalho comunitário se usa o diálogo e a problematização. Partindo do conhecimento do público e do entendimento do facilitador, para formar um único conceito. A experiência é transformada em um dos recursos no auxílio da aprendizagem.

Interlocução é a mediação entre pessoas que, sem ela não conversam, ou conversam inadequadamente. Quando falamos em nome de outras pessoas, representando a vontade de uma maioria, estamos fazendo o papel de interlocutor daquele público. Para que haja interlocução e possamos agir com legitimidade é necessário ter conhecimento, informação e competência como porta voz.

A interlocução está baseada na comunicação. Comunicar é trocar mensagens através da fala, da escrita ou até através do corpo.

Na realização dos trabalhos em grupo as lideranças procuram incentivar atitudes positivas nos comunitários quanto à sua capacidade de aprender, ser ativo, buscar e utilizar os recursos disponíveis. Também é dar ênfase à importância de buscar metas e realizar progressos individuais e coletivos.

Para que haja comunicação é necessário:

- Um emissor – quem fala;
- Um receptor – quem recebe a fala;
- Uma mensagem – o conteúdo, o que se fala;
- Um canal – o meio pelo qual a mensagem chega ao seu destino;
- Um código – o conjunto de sinais e símbolos usados para transmitir a mensagem;
- A retro-alimentação – resposta de interlocutor;
- Não pode haver ruídos – qualquer obstáculo que interfira em qualquer fase do processo de comunicação, dificultando a corrente.

Esses recursos seguem um roteiro natural e normal de que nós não nos apercebemos, mas ele existe.

Para se comunicar é necessário ter algo para ser dito, ter alguém para ouvir e então, entre uma pessoa e outra, circulam as informações, são feitos os comentários, e as decisões são tomadas.

A comunicação é algo difícil em qualquer relacionamento humano. Porém é a forma fundamental para o relacionamento. Uma boa comunicação forma a base sólida que mantém unida um grupo. Cabe a cada um de nós avaliar a profundidade de aceitação que o grupo tem sobre a pessoa que está comunicando-se. Quanto mais o grupo a aceita e esta aceita o grupo, melhor será a comunicação.

1. **Comunicação Oral** - é feita através de conversas, pedidos, ordens, discussões, bate papo, rádio, telefone, televisão, etc.
 - Ações positivas:

- o **ser objetivo** - para isto planeje cuidadosamente sua comunicação. Evite falar demais. Ter clareza e confiança nos ajuda a ser objetivo;
 - o **boa dicção** - fale de maneira clara e pausadamente, não deixando margem para interpretações erradas ou dúvidas
 - o **fale um assunto de cada vez** - tenha certeza de que o grupo ouviu e entendeu antes de mudar de assunto, se for preciso use exemplos para melhor esclarecer. Verifique se foi compreendido fazendo perguntas ao grupo.
 - o **ouça o que os outros tem a dizer** - não menospreze qualquer opinião ou sugestão.
 - o **evite recados** - se possível fale pessoalmente o que deseja de determinada pessoa.
 - Ações negativas:
 - o **opiniões e atitudes do receptor** (membro do grupo) - fazem com que a pessoa ouça só o que lhe interessa.
 - o **egocentrismo** - impede de enxergar o ponto de vista do outro. Por mais que o outro fale, não será ouvido e muito menos entendido.
 - o **preconceito** - de raça, nacionalidade, condição social, religiosa, impedem de ouvir o que o outro tem a dizer.
 - o **competição** - cortar palavra um do outro sem ouvir o que é dito. É conhecido como o "monólogo coletivo" ou "diálogo de surdos".
 - o **transferência** - sentimentos inconsciente que se tem em relação a alguém parecido com o emissor pode demonstrar atitude favorável ou desfavorável.
 - o **projeção** - leva a pessoa a emprestar ao outro intenções que ele nunca teve, mas que teria se estivesse no lugar dele
2. **Comunicação Escrita** – É feita através de bilhetes, cartas, documentos, telegramas, cartazes, livros, jornais, revista, boletins, etc. Quando utilizamos a comunicação escrita precisamos:
- Ações positivas:
 - o **utilizar a mesma linguagem** - você tem que ter informações sobre o receptor para saber qual o melhor tipo de linguagem a ser usada.
 - o **formulação clara das frases** - a má formulação das frases podem trazer resultados negativos na interpretação do que foi lido.
 - o **forma legível** - para que não haja interpretações erradas do que foi escrito.
 - Ações negativas:
 - o **utilização de palavras que não conhece o significado** - ao escrever palavras difíceis, para enfeitar, você pode estar desviando do objetivo do documento.

- o **documento sujo/borrado** - a apresentação de um documento pode fazer com que o receptor se interesse mais ou menos pelo seu conteúdo.
3. **Comunicação Postural** – (consciente e inconsciente) – este tipo de comunicação é muito importante na ação do interlocutor, pois ao falar alguma coisa a sua postura (o seu corpo) pode estar denunciando que é outra coisa que você quer dizer:
- o **Corpo curvado** dando a impressão de cansaço ou depressão.
 - o Movimento de fricção com as mãos demonstram nervosismo, ansiedade, insegurança.
 - o A postura adotada perante a pessoa com quem se está comunicando pode contagiar de alegria e segurança, assim como de desânimo – facilitando ou dificultando.

Comunicar

- o Requer a vontade de fazer os outros saberem;
- o A vontade de tornar comum algum conhecimento que temos, as nossas idéias, ou ainda o que objetivamos com esta ou aquela atitude.

O interlocutor, quando vai representar um grupo de pessoas, quando vai falar em nome de outros, precisa estar muito consciente do compromisso com aqueles que lhe delegaram poderes.

O que esperamos de um interlocutor?

- Que saiba ouvir. Ouvir bem e a todos.
- Que tenha a coragem de expor suas dúvidas e busque argumentos com o grupo.
- Que tenha segurança para fazer de suas palavras o ECO dos que ficaram na comunidade, refletindo seus anseios.
- Que tenha calma para recuar quando for necessário. E ânimo para mobilizar internamente e se fazer ouvir lá fora.
- E que volte. Que retorne sempre, que conte tudo a todos e se avalie para poder recomeçar sempre melhor.

Mobilização da Comunidade

Dê motivos para que os comunitários participem das reuniões.

Para que todos participem das atividades, eles devem estar motivados para isso. De que forma?

Uma das formas de fazer com que o comunitário se sinta motivado pode ser através do convite, o qual é bastante usado nas comunidades e influencia muito na participação deste em determinada ação. A motivação de alguém para determinada

ação não se dá apenas no ato de convidar, mas também na forma como esse convite é feito. Dependendo como isso é feito, pode-se motivar ou não.

É bom atentar para os seguintes itens:

- Um convite deve ser sempre ser feito com antecedência à data do evento, possibilitando ao comunitário programar-se para aquele dia;
- O horário do evento, deve ser marcado com início e fim;
- Objetivo, motivo da reunião deve ser claro. “*Para que será feita a reunião?*”
- O convite deve ser contínuo, ou seja, deve ser confirmado em todas as oportunidades, inclusive no dia da reunião;
- Cartazes, anúncios pela rádio, avisos através de alunos, no culto, no jogo de futebol, todas essas formas de comunicação servem para reconfirmar o convite. O convite verbal deve fazer com que o convidado sinta-se valorizado e estimulado para participar da reunião.

É preferível que quem faça o convite tire um pouco mais de tempo tentando convencer o convidado para participar da reunião das seguintes formas:

- o Tente convencê-lo de que é muito importante que ele venha expor suas idéias, questionar o que é apresentado, perguntar, responder. Afinal ele também é morador da comunidade, e sua contribuição nas discussões é de fundamental importância para o desenvolvimento da comunidade.
- o Diga ao convidado que os outros sentem falta da presença dele na reunião e ninguém pode decidir por ele.

Outra forma de motivar os moradores é atraí-los para a reunião apresentando durante esta alguma atração tipo teatro, filme, danças, música, concurso, alguém de forma para falar, etc.

As Reuniões

Desenvolvimento da reunião: uma reunião deve ter um facilitador ou responsável que conduza o processo de discussão e a tomada de decisões. O facilitador poderá introduzir a reunião a partir de dinâmicas (músicas, poesias, danças) que ajudem o grupo a ficar mais descontraído.

Definição da pauta: a pauta é a colocação do que se vai discutir na reunião. É apresentada no início desta. A pauta é preparada com antecedência e pode ser alterada a partir das sugestões dos participantes.

A pós a aprovação da pauta, os participantes deverão ser lembrados das regras básicas a serem observadas durante a reunião:

- o Participar, expondo suas idéias para todo o grupo e não só para o vizinho;
- o Cooperar e não criar tumultos durante a reunião;
- o Não fugir do assunto discutido;
- o Fazer críticas e dar opiniões quando perceber que as coisas não vão bem;
- o Ouvir com atenção a opinião dos demais;

- o Não interromper quando o outro estiver falando;
- o Levantar o braço para pedir palavra;
- o Lembrar que falar depois da reunião é “dar remédio pra defunto”

Conclusão: toda reunião deverá chegar a conclusões a partir das discussões. Além disso, durante a reunião deve-se planejar o encaminhamento das ações que deverão ser desenvolvidas. Nesta parte devem sair as comissões para cada tarefa, se possível envolvendo o maior número de pessoas para equilibrar as forças e a participação dos elementos do grupo.

Avaliação: avaliar é fazer com que os participantes façam um julgamento da reunião:

- o A pauta foi cumprida?
- o O objetivo da reunião foi atingido?
- o As regras de participação foram observadas?
- o O que faltou? O que foi demais?

Estas são algumas perguntas que podem ser respondidas na avaliação da reunião.

Se for constatada a necessidade de outras reuniões, a data deverá ser marcada e suas pautas definidas. Após o término da reunião, convém registrar e organizar as anotações (atas, relatórios, listas, cartazes, etc).

Dicas para melhor facilitar uma reunião

- Escute com atenção as idéias de cada participante;
- Reforce a compreensão das idéias expostas com frases do tipo: “acho que você quer dizer...”, “Como eu pude entender, você...”;
- Tente fazer a conexão entre as diversas idéias com intervenções do tipo: “Parece que temos diversas idéias... Deixem eu tentar resumir o que vocês acabam de expor...”;
- Transmita aceitação às idéias expostas através de palavras, atitudes e comportamentos;
- Saiba avaliar as forças, as limitações e os potenciais dos participantes;
- Preste atenção nas pessoas para conhecê-las melhor.

O poder de mudar a nossa realidade – Organização

A participação da comunidade na resolução de sua vida é uma questão de respeito humano e justiça social. Este é um dos preceitos constitucionais a partir de 1988. O ser humano não é um instrumento manipulado por interesses externos e executor passivo da vontade alheia. Todo ser humano é um ser livre e criativo. Ele tem que pensar, planejar, decidir, executar, avaliar e analisar sua vida junto com os outros.

A auto-suficiência começa dentro da gente, passa para a família, para o grupo e tem a ver com aquele sentimento de contribuir com seu trabalho, para o trabalho da família ou do grupo: cada um ajuda como sabe e como pode; cada um contribui como sabe e como pode.

Organização comunitária

A organização comunitária significa a organização da vontade coletiva - a união da vontade de cada um - e esta é a sua força. A organização dos comunitários fortalece os interesses frente aos interesses externos e seus representantes.

Os objetivos da Organização Comunitária são:

- Aumentar a capacidade do grupo de receber a renda do próprio trabalho;
- Ter maior controle sobre a sua produção;
- Fortalecer o poder do grupo para exigir do Estado, políticas que atendam a seus interesses

Princípios básicos da Organização

- o **Liberdade:** a organização comunitária deve ser criada pela vontade livre e espontânea das pessoas. Ninguém deve ser obrigado a participar ou a permanecer na entidade.
- o **Legitimidade:** os participantes devem apresentar os requisitos necessários para participar da entidade. Por exemplo, só deve participar de uma determinada Associação de Moradores a pessoa que mora naquela comunidade. De igual forma, numa Colônia de Pescadores só os pescadores estão habilitados a participar.
- o **Representatividade:** a organização comunitária deve reunir um número significativo de pessoas que possa representar, se possível, a maioria das pessoas da comunidade ou dos profissionais.
- o **Democracia:** a organização deve garantir a participação de todos os membros associados e permitir que todos eles gozem dos mesmos direitos e cumpram os mesmos deveres como associados. É também importante garantir que as decisões sejam tomadas com a participação de todos ou das pessoas diretamente envolvidas.
- o **Pluralidade:** a organização não deve admitir nenhum tipo de discriminação contra seus associados. Ela deve estar aberta a participação de todos sem distinção de raça, sexo, cor, religião ou motivos políticos. Somente aqueles que não cumprem as regras estabelecidas em conjunto é que podem ser excluídos.
- o **Legalidade:** a organização deve organizar os seus registros e se constituir, legalmente, como pessoa jurídica.
- o **Funcionalidade:** a existência de uma organização comunitária só vale a pena se as pessoas trabalham em função dos objetivos estabelecidos. A organização deve ser arrumada para funcionar. Então deve ter uma estrutura simples e que funcione.

UNIDADE 4: Manejo e Políticas Públicas

Abordagem de Meios de Vida Sustentáveis*

A abordagem de Meios de Vida Sustentáveis (MVS) é um meio de desenvolver a compreensão das múltiplas dimensões das comunidades rurais e da pobreza, com o objetivo de apoiar iniciativas voltadas para a redução da pobreza, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Assim, a abordagem MVS pode ser utilizada nas diversas etapas do ciclo de projetos ou programas, desde o diagnóstico até as fases de planejamento, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação, seja no nível da comunidade, microrregional ou para orientar a formulação de políticas mais amplas. A abordagem busca desenvolver estratégias que permitam às pessoas superar ou diminuir suas vulnerabilidades e aproveitar oportunidades e potenciais existentes.

MVS baseia-se em alguns princípios que devem orientar nossas ações em todas as etapas de projetos. A estrutura analítica contida no Retrato Geral nos permite identificar “pontos de entrada” para iniciativas, avaliar impactos ou analisar mudanças observadas no decorrer do projeto. É enfatizada a necessidade de valorizar e aproveitar recursos existentes, assim como o objetivo de lograr impactos locais, ao mesmo tempo em que se deve levar em conta – e buscar influenciar – políticas, organizações, convenções sociais e instituições que medeiam o acesso aos recursos.

Definição

Meios de vida sustentáveis consistem de capacidades, atividades e recursos necessários para assegurar o bem-estar do cidadão, sem degradar a base de recursos.

Histórico

Ao longo dos últimos 30 anos, tem-se reconhecido cada vez mais, nos debates internacionais, que o enfoque na renda não reflete devidamente toda a complexidade da pobreza. Para isso, seria necessário analisar e retratar as múltiplas dimensões da pobreza, mediante análise das estratégias de meios de vidas das pessoas. Desde 1992, diversos órgãos internacionais vêm desenvolvendo abordagens MVS em países em desenvolvimento, principalmente na África e Ásia. A partir de 2001, a abordagem MVS foi introduzida e adaptada à realidade brasileira em oficinas e projetos apoiados pelo DFID (Ministério para o Desenvolvimento Internacional, Reino Unido) por uma equipe de consultores e assessores do DFID3 com organizações da sociedade civil e instituições do Governo em níveis federal, estadual e municipal nos estados do Amapá, Pará, Tocantins, Mato Grosso e Goiás.

Princípios

A abordagem baseia-se num conjunto de princípios que devem orientar nossas ações em todas as etapas de projetos ou programas.

Centrada nas pessoas

Estudos sobre meios de vida devem ser conduzidos sob a ótica das pessoas, respeitando seus pontos de vista. As pessoas devem ser apoiadas para alcançar seus objetivos e suas aspirações, ao mesmo tempo em que deve ser reconhecida a diversidade de interesses às vezes conflitantes.

Questões fundamentais

Que querem de fato as pessoas (grupos de interesse primários), quais são suas aspirações?

Valoriza os recursos e potenciais das pessoas

O enfoque não é nas necessidades, nem naquilo que falta e, sim, na valorização dos potenciais existentes (o que as pessoas têm, sabem e suas habilidades). Alguns potenciais humanos, como habilidades remuneráveis, por exemplo, são relativamente mais fáceis de serem identificadas – embora não sejam necessariamente mais importantes – do que outros potenciais, como habilidades de liderança, comunicação, empreendedorismo ou solidariedade. Além desses potenciais inerentes ao indivíduo, outros recursos podem ser, por natureza, sociais/políticos, físicos, financeiros ou naturais. (veja Seção 4.1).

Questões fundamentais

Que recursos existentes neste momento poderiam ser mais bem aproveitados? Isso poderá ser feito na prática? Quais são os diferentes direitos de acesso, utilização e propriedade de que gozam diferentes setores sociais?

Participativa

Os processos participativos devem assegurar que as pessoas exerçam influência em todos os passos de projetos ou programas, o que permite aos diferentes grupos de interesse se envolver efetivamente nesses processos e influenciar a formulação de políticas públicas.

Questões fundamentais

Até que ponto os grupos de interesse primários estão representados e efetivamente engajados nos processos de tomada de decisão? As pessoas foram meramente “consultadas” ou desempenharam papel central na definição dos rumos do projeto/programa? Como foi conduzido o processo participativo? O grau de participação e representação por parte de diferentes grupos de interesse pode ser avaliado por meio de indicadores de processo (não só quantidade, como também qualidade da participação desses grupos).

Holística

As iniciativas voltadas para MVS devem levar em conta as múltiplas influências exercidas pelos mais diversos grupos de interesse, assim como as múltiplas estratégias de meios de vida adotadas por pessoas em situação de pobreza. Embora a análise deva ser holística, as intervenções devem ser focalizadas, uma vez que específicos pontos de entrada podem abrir janelas de oportunidade para alcançar impactos mais amplos.

Questões fundamentais

Como estabelecer um equilíbrio entre análise holística e pontos de entrada mais específicos? Como conciliar intervenções focalizadas com iniciativas mais amplas, todavia mais pulverizadas (ou seja, como alocar recursos escassos, dando mais benefícios a menos pessoas ou menos benefícios a mais pessoas)? Como conciliar diferentes influências e interesses?

Vincula níveis micro e macro

Deve levar em conta os impactos de mudanças globais e políticas amplas no cenário local, ao mesmo tempo em que se busca influenciar mais amplamente com base em experiências locais.

Questões fundamentais

De que maneira os grupos de interesse podem influenciar políticas mais amplas? Quais são os impactos das instituições e políticas nas estratégias de meios de vida das pessoas? Quais parcerias podem ser construídas como ponte entre esses dois níveis?

Dinâmica e flexível

Algumas estratégias de meios de vida mudam no decorrer do tempo; as iniciativas de MVS devem ser, portanto, também flexíveis e adaptáveis, de maneira que levem em conta essas mudanças e aproveitem oportunidades emergentes.

Questões fundamentais

Quais foram as principais mudanças nas estratégias de meios de vidas das pessoas? De que maneira essas mudanças têm afetado (positiva e negativamente) as vulnerabilidades a que as pessoas estão expostas? Quais oportunidades surgiram como resultado dessas mudanças?

Voltada para impactos e sustentabilidade

As iniciativas de MVS devem ter impacto duradouro nas vidas das pessoas e não apenas resultados de curto prazo. A sustentabilidade significa que a base de recursos deve ser mantida ou aumentada de tal forma que as escolhas e trocas feitas não resultem em maior vulnerabilidade. É possível ter estratégias de meios de vida seguras e duradouras sem necessariamente ter acesso a todos os tipos de recursos.

Questões fundamentais

Qual é o impacto esperado dessa iniciativa na vida das pessoas? Que medidas podem ser tomadas para assegurar que os impactos sejam mantidos ou ampliados com o passar do tempo? Será que benefício para alguns implica vulnerabilidade para outros? Que recursos estão sendo aumentados e quais diminuídos como resultado dessa iniciativa? Que grupos de interesse estão sendo beneficiados ou prejudicados pelas mudanças na base de recursos e como? Os princípios abaixo foram incorporados à versão brasileira da abordagem MVS, dado o amplo reconhecimento de que certos setores da sociedade brasileira têm sido sistematicamente marginalizados e não tiveram acesso aos mesmos direitos e oportunidades. Embora haja muita sobreposição no caso desses princípios, cabe destacar as questões de gênero e outras formas de diferença social (raça, etnia, idade, etc.), que desempenham papel decisivo no quadro das desigualdades no Brasil.

Busca a inclusão social

Para que ocorra a efetiva inclusão social, é preciso introduzir melhorias na qualidade de vida daqueles que normalmente são marginalizados dos processos de desenvolvimento; reduzir as desigualdades sociais e proporcionar a esses segmentos da população acesso à informação, educação, processos de tomada de decisão, emprego, direitos e cidadania.

Questões fundamentais

Que grupos de interesse têm/não têm acesso à informação, educação, empregos, mercados, direitos, etc. e por que razão?

Reconhece questões de gênero, outras formas de diferença social e relações de poder

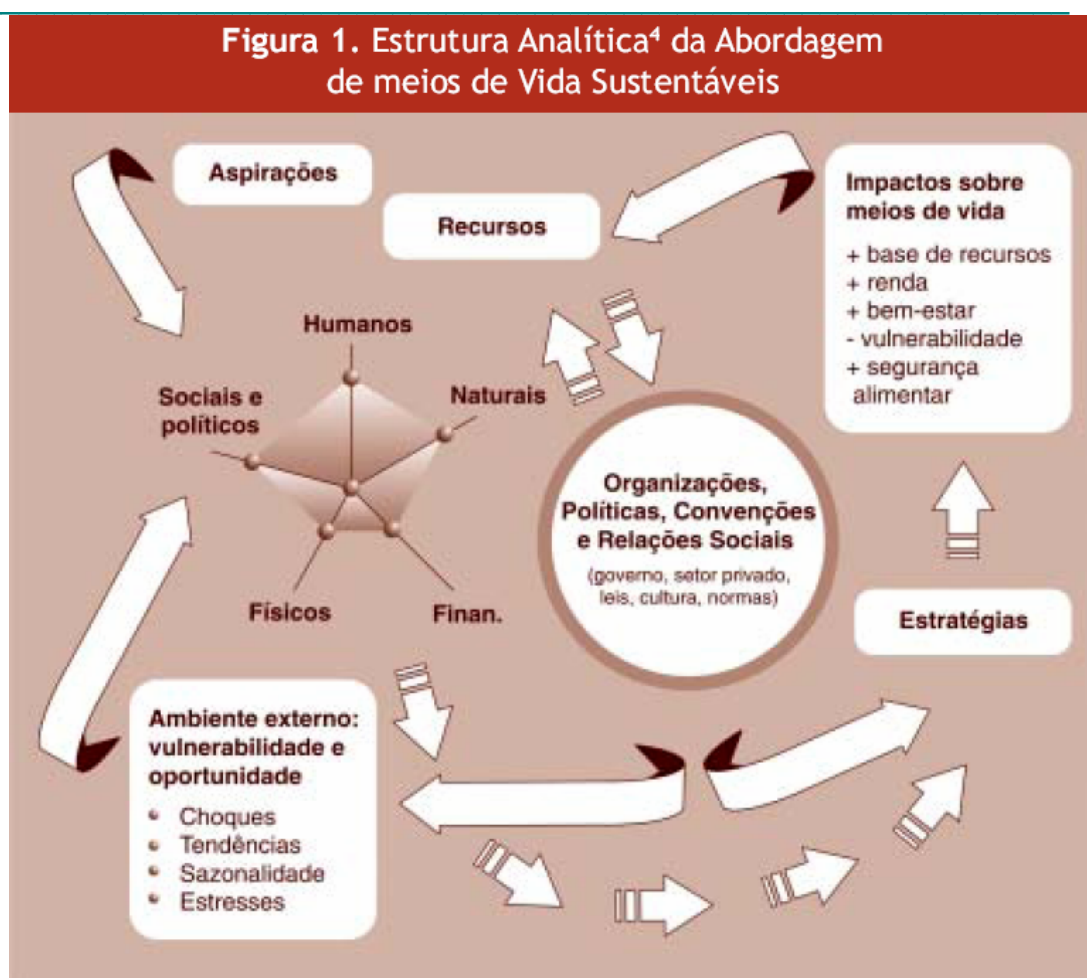
Reconhecer e analisar a dinâmica das diferenças sociais (gênero, raça, etnia, classe, idade, orientação sexual, religião, localização geográfica, entre outras) constitui o primeiro passo rumo ao estabelecimento de relações sociais mais equitativas e à promoção da cidadania e dos direitos.

Questões fundamentais

Divisão de trabalho, acesso à informação e outros recursos, discriminação, diversos graus de participação e processos de tomada de decisão. Quais são as atitudes e práticas profundamente arraigadas que impedem as pessoas de exercer sua cidadania e ter igualdade de oportunidades? Que direitos as pessoas pensam que têm? Que direitos elas têm de fato?

Estrutura Analítica

Os elementos da estrutura analítica nos ajudam a desenhar coletivamente um quadro geral das estratégias de meios de vida das pessoas. Primeiramente, pergunta-se o que elas querem (aspirações), o que têm /quem são (recursos) e o que fazem para conseguir o que querem, para realizar suas aspirações (estratégias). Esse quadro ganha mais uma dimensão quando identificamos e avaliamos organizações, políticas e convenções sociais, que têm diferentes tipos de impacto nas vidas e estratégias de meios de vida das pessoas. Por meio de metodologias participativas, podemos construir esse quadro junto aos grupos de interesse, de maneira que identifique pontos de entrada para iniciativas de desenvolvimento sustentável. Quando efetivamente utilizada, a abordagem deve identificar não só os aspectos mais evidentes de cada componente do quadro geral, mas também os aspectos informais ou ocultos que muitas vezes exercem impacto decisivo no sucesso ou fracasso dessas iniciativas. Uma análise dos recursos humanos examina também recursos menos óbvios como conhecimento e habilidades tradicionais, fé e solidariedade, por exemplo, que podem representar enormes potenciais. Por outro lado, instituições que desempenham papel formal e fundamental na vida das pessoas estão sujeitas a normas e convenções não escritas ou informais, por exemplo, o clientelismo e a corrupção. A abordagem MVS permite às comunidades sentirem-se mais à vontade para identificar esses aspectos informais - e muitas vezes delicados e sutis - de maneira coletiva e lúdica, o que permite retratar os pontos de vista e interesses divergentes.



Uma análise aprofundada aponta para estratégias de meios de vida que ajudem as pessoas a lidar com estresses e choques utilizando recursos latentes, que poderiam ser mais bem aproveitados. Por exemplo, as pessoas podem chegar à conclusão de que a diversificação das práticas agrícolas, que significa mudanças na utilização dos recursos naturais, pode resultar em meios de vida mais seguros e sustentáveis, embora isso às vezes implique abrir mão de atividades mais arriscadas, potencialmente, porém, mais lucrativas a curto prazo. Por outro lado, esforços de fortalecimento dos recursos sociais, por exemplo, organizações da sociedade civil, podem resultar não apenas na agregação de valor a produtos locais, como também em maior acesso a mercados e a processos de formulação de políticas, aumentando, provavelmente, o acesso a mecanismos de segurança, crédito rural ou outros serviços públicos.

Recursos

O pentágono de recursos serve como ferramenta de visualização para ajudar as pessoas e formuladores de políticas a perceberem os pontos fortes e fracos de uma determinada comunidade ou situação, permitindo ao mesmo tempo o acompanhamento de mudanças na base de recursos ao longo do tempo.

Definidos de maneira simples, os recursos são o que as pessoas têm/ quem elas são; são utilizados para obter ou alcançar algo (as aspirações) e podem ser individuais ou coletivos. Alguns recursos existem, mas não estão acessíveis para todas as

pessoas. Os recursos naturais num parque, por exemplo, podem ser abundantes, mas sua exploração pelas comunidades locais é restrita.

O primeiro passo na utilização dessa ferramenta é o de informar as pessoas sobre os diferentes tipos de recursos, resumidos a seguir:

- humanos – habilidades, conhecimento, educação, saúde, autoestima, integridade, ética, fé, esperança, espiritualidade, etc.;
- sociais e políticos – família, amigos, colegas, associações formais e informais, sindicatos, contatos e redes, sistemas de clientelismo ou favoritismo, capacidade de influenciar, participação, mobilização, etc.;
- físicos – características da moradia, água encanada, eletricidade, acesso a serviços como escolas, centros de saúde, transporte (público ou privado), meios de comunicação, terra, etc.;
- financeiros – dinheiro, salários, crédito, poupança, bens de troca, bens que podem ser comercializados imediatamente;
- naturais – flora, fauna, ar, água, solos, ciclos naturais, biodiversidade, etc.

Uma vez elaborada uma lista exaustiva de cada uma dessas cinco categorias, os diferentes recursos podem ser colocados numa escala, o que permite retratar a situação atual, analisar momentos no passado ou acompanhar mudanças ao longo do tempo. Deficiências em determinados recursos podem indicar pontos de partida para iniciativas de desenvolvimento. Por exemplo, a análise de recursos de uma determinada comunidade demonstrou que há poucos recursos financeiros, sociais e políticos, o que aponta para a necessidade de fortalecer as organizações da sociedade civil e de que os cidadãos se conscientizem de seus direitos, de maneira que possam reivindicar seus direitos e ter maior acesso a serviços financeiros (como microcrédito ou crédito rural). Por outro lado, se constatados aumento nos recursos financeiros e físicos e drástica redução nos recursos naturais, isso apontaria, por exemplo, para a necessidade de elaborar estratégias e práticas de uso sustentável dos recursos naturais.

Portanto, é fundamental examinar, de maneira explícita, a relação entre os diferentes recursos, de forma que os grupos de interesse possam estabelecer prioridades e tomar decisões mais informadas quanto à sua utilização e quanto aos investimentos em cada área.

Estratégias

Estratégias são o que as pessoas fazem, por meio dos recursos, para conseguir o que querem, para realizar suas aspirações. A maioria das comunidades, dos domicílios e dos indivíduos no meio rural adota múltiplas estratégias de meios de vida que mudam com o passar do tempo de acordo com o contexto externo de vulnerabilidades e oportunidades.

QUESTÕES FUNDAMENTAIS

Que estratégias estão ajudando as pessoas a realizar suas aspirações e lidar com estresses e choques externos, de forma que atenuem os riscos e reduza sua vulnerabilidade? Que estratégias podem ser adotadas para fazê-lo sem depender principalmente de insumos e recursos externos?

Contexto Externo: Vulnerabilidades e Oportunidades

Vulnerabilidades são fatores externos que apresentam riscos ou ameaças e que, portanto, têm impactos na vida das pessoas. Embora algumas dessas ameaças estejam fora do nosso controle direto, outras podem ser monitoradas e possivelmente influenciadas. As pessoas estão sujeitas ou são vulneráveis a estresses, como no período de seca ou de flutuações sazonais nos preços de produtos – que, de um modo geral, são fenômenos relativamente previsíveis e cíclicos – ou a choques, como desastres naturais, mortes, doenças ou mudanças drásticas em políticas públicas, que tendem a ser eventos mais bruscos e inesperados. Podemos também estar vulneráveis a tendências, processos mais graduais e constantes, como o aumento da inflação, do crime ou o aquecimento global. Todos esses fatores apresentam riscos para os meios de vida das pessoas e mudam ao longo do tempo. Por isso, devem ser analisados de maneira que desenvolvam estratégias de meios de vida e iniciativas que aumentem a capacidade das pessoas de superar essas ameaças.

Por outro lado, essas mudanças cíclicas ou repentinas no contexto externo podem também propiciar oportunidades. Mudanças climáticas podem trazer impactos positivos para alguns agricultores, por exemplo, trazendo mais chuva para regiões muito secas num determinado ano ou aumentando a época de plantio em regiões muito frias devido ao aumento da temperatura. Mudanças acentuadas em políticas públicas, na área social, de crédito rural, educação ou titulação de terras muitas vezes causam enormes impactos e propiciam oportunidades ou representam ameaças para as estratégias de meios de vida das populações rurais.

Políticas, organizações e convenções sociais

Para desenvolvermos um quadro mais complexo de qualquer situação, precisamos ter compreensão muita clara das políticas, instituições e convenções que afetam a vida das pessoas. Para tal, perguntamos primeiramente que políticas, organizações e convenções sociais têm impacto nos recursos e nas estratégias de meios de vida dos beneficiários. Em seguida, podemos caracterizar esse impacto, fazendo uma ligação com cada estratégia identificada. Por exemplo, as leis ambientais pressionam os agricultores a mudar suas práticas agrícolas, pois são forçados a produzir mais em espaços menores, enquanto políticas públicas, como crédito rural adequado à realidade dos agricultores familiares ou programas de capacitação, oferecem muitas vezes promissoras oportunidades para a adoção de estratégias de meios de vida mais eficazes.

A avaliação das organizações que implementam políticas públicas, prestadoras de serviços, deve ser feita de acordo com critérios estabelecidos juntamente com grupos de interesse primários (beneficiários). Essas organizações funcionam de acordo com normas, convenções e padrões de comportamento que determinam como as pessoas e instituições se relacionam. Embora as instituições e convenções formais, como igreja, casamento ou a lei, sejam de fundamental importância, uma análise MVS deve também levar em conta normas, atitudes e práticas informais, não escritas e muitas vezes não ditas, como a corrupção, o nepotismo, o favoritismo, assim como redes de apoio, solidariedade e trabalhos em mutirão, entre outras práticas costumeiras ou tradicionais.



O Desenvolvimento Pesqueiro no Brasil

No desenvolvimento da atividade pesqueira na Amazônia e das ações do Estado para incentivá-la distinguem-se claramente três períodos: antes da década de 1960, os anos entre 1960 a 1980 e o período posterior a 1980.

Período anterior à década de 1960

Até 1912, as leis eram promulgadas pelas municipalidades. A partir daquele ano, o governo federal criou a Inspetoria Federal de Pesca, subordinada ao Ministério da Agricultura, que passou a centralizar esta atividade.

O período entre 1933 e 1961 caracterizou-se pelo início da tecnificação do setor pesqueiro. Este passou a ser controlado pela Inspetoria de Caça e Pesca, do Ministério

da Agricultura, que foi depois denominada Divisão de Caça e Pesca e subordinada ao Departamento de Produção Animal.

Nesse período firmaram-se convênios com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO, e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, com a implementação dos primeiros estudos científicos sobre a pesca e o potencial das espécies mais capturadas.

Período entre as décadas de 1960 e 1980

Nessa época (1962) é criada a SUDEPE, que institucionaliza a atividade pesqueira em todo o país. Esta instituição ficou encarregada de executar e coordenar as ações de pesquisa e ordenamento da exploração pesqueira na plataforma submarina, nas águas do mar territorial e nas águas interiores do Brasil. Sua atuação permitiu consolidar as bases do até então incipiente segmento industrial da pesca.

Surge pela primeira vez a figura do pescador profissional itinerante, que pesca de forma permanente em lugares distantes da sua moradia e vende o seu peixe em frigoríficos e mercados dos centros urbanos. Enquanto as inovações tecnológicas aumentaram a produtividade da pesca, o crescimento do mercado urbano e a expansão dos frigoríficos permitiram absorver o excedente de produção assim gerado. O modelo de crescimento econômico adotado pelo governo militar acarretou grandes custos ao país, tanto em termos de agravamento dos conflitos sociais entre grupos com diferentes capacidades de exploração (ex: pescador artesanal x pescador industrial), como do ponto de vista ambiental, com o rápido esgotamento dos recursos naturais.

Após a década de 1980

O ano de 1989 representou um marco no desenvolvimento da atividade pesqueira no país. Com a extinção da Sudepe e a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, o governo demonstra uma nova filosofia na gestão e no manejo dos recursos pesqueiros.

A criação do IBAMA traduziu o anseio do Estado em tratar de forma unificada a proteção do meio ambiente e o uso dos seus recursos naturais. Em relação à pesca, isto representou a incorporação do conceito de que para evitar o colapso dos recursos pesqueiros faz-se necessária uma visão integrada do meio ambiente que seja norteada para:

- o uso sustentado dos recursos,
- a economicidade dos empreendimentos e
- a justiça social

Com a criação do IBAMA surgiram modelos de gerenciamento que buscam gerir de forma integrada as várias atividades atuantes sobre determinado ecossistema. Neste contexto se insere o Programa de Pesca Continental / Gerenciamento por Bacias Hidrográficas.

Nesse sentido, a partir de 1993, foram desenvolvidos mecanismos gerenciais (fóruns de discussão, incentivo à participação, integração intrainstitucional, contextualização intersetorial da pesca), que possibilitaram iniciar a gestão integrada. Tal estratégia fortaleceu-se a partir de 1995 com o estabelecimento, pelo governo federal, de diretrizes claras sobre gestão integrada e da reorganização institucional desenvolvida pelo Ibama.

Ao lado disso, uma série de iniciativas, como o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - Proecotur, o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora - PNDPA, e o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, especialmente por meio do ProVárzea, constituem reforços à iniciativa de trazer sustentabilidade para a pesca na região, por meio de incentivo a ações e à participação da sociedade civil neste processo.

Questões sobre manejo comunitário

Iniciativas de manejo comunitário são uma resposta à falta de participação no processo formal. Por meio dos acordos de pesca, a sociedade civil desenvolve uma alternativa ao modelo de manejo convencional e, ao mesmo tempo, regula a atividade pesqueira direcionada aos objetivos do manejo comunitário. Mas, apesar de consideravelmente promissor, o regime de manejo proposto pelas comunidades ribeirinhas ainda se defronta com alguns aspectos críticos de natureza prática e conceitual.

Com relação aos aspectos práticos, surgem questões como:

- restrições quanto a artes de pesca, área e época do ano são suficientes para garantir o manejo eficaz dos recursos pesqueiros?
- é necessário restringir o esforço de pesca, limitando os direitos de uso a um número restrito de pescadores? Neste caso, o que fazer com o “resto” dos pescadores?
- como avaliar o sucesso dos sistemas de manejo dos lagos?
- como predizer os efeitos das medidas regulatórias do ponto de vista do ambiente natural e social?

Um estudo comparou a produtividade pesqueira de dois lagos próximos a Santarém (PA). Em um deles adotou-se o sistema de manejo comunitário e em outro este não ocorreu. O resultado demonstrou que o lago manejado foi duas vezes mais produtivo que o lago não manejado para todos os tipos de artes de pesca. Mas a captura total por pescador no lago manejado foi quase a metade da verificada no lago não manejado.

Muitos estudos ainda serão necessários antes de se avaliar que tipo de manejo pode ser satisfatoriamente empregado. Novas metodologias, usando estatística multivariada, estão sendo empregadas nas análises da pesca artesanal ao redor do mundo com o objetivo de obter indicadores de sucesso.

Quanto ao monitoramento e à avaliação dos sistemas de manejo comunitário, com raras exceções, o que se observa é a inexistência de coleta de dados no âmbito das comunidades amazônicas. Embora esta seja tradicionalmente uma responsabilidade do governo federal, a participação da comunidade torna-se fundamental para assegurar o envolvimento dos grupos de usuários em todos os estágios do manejo.

Mediação entre atores sociais

É importante ainda ressaltar que a gestão de uso dos recursos naturais – e também dos recursos pesqueiros – representa a mediação de interesses e de conflitos entre atores sociais que agem sobre o meio físico. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais alteram, com suas

práticas, a qualidade do recurso e do meio ambiente. Da mesma forma, define como se distribuem os custos e os benefícios decorrentes dessas práticas.

O estabelecimento de regras de uso dos recursos pesqueiros não é, portanto, meramente uma questão de aplicação dos conhecimentos científicos obtidos. Representa a mediação de interesses econômicos, políticos e culturais, e ocorre em determinado contexto social, político, espacial e temporal.

Ordenamento Pesqueiro

Entende-se por ordenamento pesqueiro um conjunto de ações empreendidas pelo Poder Público mediante solicitação ou não da sociedade, visando ao uso sustentado dos recursos pesqueiros. Nesse sentido, o ordenamento tem como objetivo desenvolver mecanismos para o uso sustentável dos recursos pesqueiros, adequados à realidade regional, de forma a equacionar os conflitos causados pela apropriação destes recursos.

A competência e a responsabilidade pelo ordenamento são do Poder Público. Por meio de leis, decretos, portarias, instrumentos normativos e ações, induz a sociedade como um todo a conservar os estoques pesqueiros, explorando-os dentro de critérios de racionalidade econômica, social e ecológica.

No entanto, a própria sociedade também é co-responsável pelo ordenamento pesqueiro. Afinal, é ela que em ações diárias (pesca, poluição, degradação ambiental) pode ameaçar ou zelar pelo equilíbrio dos estoques pesqueiros.

As leis que regulamentam toda a atividade pesqueira no Brasil são, em linhas gerais, o Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e a Lei nº 7679, de 23 de novembro de 1988. (Conheça estas leis em detalhe no capítulo específico sobre legislação).

Para regulamentar o uso sustentável dos recursos pesqueiros, os administradores adotam medidas baseadas nos resultados das pesquisas, bem como na atuação dos grupos de interessados, sejam dos poderes público ou privado.

Linhas de ação para o ordenamento

Historicamente, inexistia um modelo de ordenamento voltado para a pesca continental. Na realidade, o que se praticava até 1989 eram ações isoladas, buscando-se, tão somente, a solução de problemas pontuais decorrentes, na maioria dos casos, de pressões político-ecológicas locais.

No sentido de corrigir as distorções decorrentes da ausência de uma política de ordenamento direcionada para esse setor, o ex-Departamento de Pesca e Aquicultura – DEPAQ, e atual Coordenação Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros – CGREP, do IBAMA, lançou em 1990 as bases do Programa de Pesca Continental/Gerenciamento por Bacias Hidrográficas. Segundo este programa, as principais linhas de ação a serem executadas em cada bacia eram:

- **Regulamentação** - adequar a regulamentação existente em cada bacia compatibilizando-as com as necessidades técnicas de ordenamento. Estas deveriam ser coerentes com as diferentes realidades regionais;
- **Pesquisa** - identificar e apoiar as linhas de pesquisa prioritárias, com vistas a subsidiar o processo de ordenamento;

- **Zoneamento** - desenvolver instrumentos de administração que possibilitassem estabelecer o zoneamento da atividade pesqueira;
- **Fóruns** - participar de diferentes fóruns com vistas a integrar a atividade pesqueira às demais atividades usuárias de recursos ambientais (florestais, agropecuárias, minerais).

Diretrizes estratégicas

Objetivando orientar o ordenamento do uso dos recursos pesqueiros para um trabalho conjunto, participativo e co-responsável, envolvendo os diversos segmentos usuários desses recursos, o IBAMA estabeleceu, em 1997, algumas diretrizes estratégicas para nortear o processo.

Segundo essas diretrizes, o ordenamento pesqueiro deve ser realizado:

- utilizando-se como paradigma a busca pelo desenvolvimento sustentável;
- tendo a bacia hidrográfica como marco referencial e unidade básica de planejamento;
- buscando integrar a atividade pesqueira às demais atividades usuárias de recursos ambientais que impactam direta e/ou indiretamente a pesca;
- impedindo-se que os estoques sejam comprometidos ao longo do tempo;
- embasando o processo de gestão no conhecimento técnicocientífico e na participação dos usuários dos recursos pesqueiros;
- apoiando projetos de pesquisa de forma a garantir o aporte de conhecimentos necessários ao ordenamento da pesca;
- desenvolvendo parcerias que viabilizem a descentralização do ordenamento da pesca e o fortalecimento da comunicação e do diálogo entre os diferentes grupos de usuários dos recursos pesqueiros, entre estes e os usuários de outros recursos naturais, e entre os usuários e as instituições responsáveis;
- apoiando o fortalecimento das estruturas organizacionais dos vários usuários dos recursos pesqueiros, de modo a possibilitar uma interlocução formal com legitimidade de representar os interesses comuns;
- viabilizando mecanismos que tornem os fóruns de negociação equilibrados politicamente;
- apoiando o desenvolvimento da aquicultura, com vistas ao aumento da produção nacional de pescado e ao oferecimento de outras opções econômicas à sociedade.

Como se faz ordenamento pesqueiro?

Os problemas da pesca não são resolvidos apenas com soluções técnicas. Vale ressaltar também que para se garantir uma pesca sustentável é preciso integrar as diferentes administrações setoriais em uma única gestão sistêmica, independentemente de ser a abordagem mono ou multissetorial, ou seja, de se trabalhar apenas os aspectos inerentes à pesca ou abordar os demais fatores que influem sobre esta.

Possíveis soluções monosssetoriais são:

- adequar o ordenamento pesqueiro às peculiaridades locais,
- definir tamanho mínimo de captura de algumas espécies, assim como o tamanho de malha das redes,
- proibir petrechos e métodos de pesca,
- estabelecer épocas de defeso,
- experimentar formas de proteção (fechamento de áreas),
- melhorar o aproveitamento e o processamento da captura (diversificar produtos, melhorar condições de higiene, de transporte e conservação).

Possíveis soluções multissetoriais incluem:

- reduzir atividades de impacto negativo (pecuária, agricultura intensiva),
- recuperar áreas degradadas (reflorestamento da mata ciliar com frutíferas, culturas com sistemas agroflorestais etc.),
- incentivar o aumento da diversificação econômica (criação de animais silvestres, uso e comercialização de plantas medicinais etc.).

Diferentes combinações dessas medidas técnicas podem solucionar vários tipos de problemas. Mas verifica-se junto a várias instâncias (comunidades ribeirinhas, organizações de pescadores, Poder Público) que existe um leque de problemas fundamentais. Estes se referem à história ocupacional da várzea amazônica e às estruturas políticas e econômicas dominantes durante séculos na região. Trata-se basicamente de uma insuficiente organização sócio-política em todos os níveis da sociedade local (rural e urbana) e de grandes deficiências nos sistemas de comunicação social (formal e informal).

A ausência ou o mau funcionamento de instrumentos democráticos que garantam a representatividade de todos os interessados na busca de soluções para a administração sustentável dos recursos naturais, tais como fóruns setoriais e/ou intersetoriais, organizações profissionais, associações comunitárias, leva a uma situação na qual o bem comum torna-se bem de ninguém e, portanto, bem do mais forte.

A sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros somente poderá ser perseguida de forma conseqüente se apoiada no embasamento técnico/científico, na participação dos usuários do recurso no processo de gestão e, principalmente, no desenvolvimento de processos integrados de gestão que extrapolem a atividade pesqueira e o simples processo de ordenamento desta.

Parcerias para um ordenamento eficaz

O Ibama, além de responsável pela condução do processo de ordenamento das pescarias, tradicionalmente patrocina e executa as pesquisas voltadas à geração de subsídios para o estabelecimento de medidas de regulamentação das mesmas. Porém, reconhece sua incapacidade de, sozinho, conduzir todo o processo, passando a buscar parcerias com produtores, órgãos governamentais estaduais e municipais, instituições de ensino e pesquisa, setor não-governamental etc.

Este movimento busca promover e catalisar ações estratégicas locais que levem a uma ampla discussão com todos os setores direta e indiretamente relacionados à

atividade pesqueira. O objetivo é buscar ações integradas e participativas que visem ordenar a atividade pesqueira.

Por meio de Fóruns de Pesca é possível identificar os principais problemas, possíveis soluções, e implementar mecanismos que coloquem em prática as ações recomendadas de maneira compartilhada entre os diferentes atores/setores envolvidos. A realização desses fóruns materializa o ordenamento em âmbito local.

As experiências relacionadas à administração participativa dos recursos pesqueiros revelam, no entanto, uma série de dificuldades do Ibama no exercício democrático de formação e funcionamento dos fóruns de gestão. Entre as dificuldades estão aquelas ditadas pelo crescente esforço de captura, em razão das pressões do mercado, e pelos limites impostos pela biologia das espécies.

Mas existem dificuldades inerentes à composição dos atores envolvidos e às relações entre estes. Ressalte-se que grande parte das dificuldades deve-se à dispersão orgânica de alguns setores, em particular daqueles relacionados à organização dos pescadores e dos consumidores. Por outro lado, as organizações do setor patronal, como por exemplo àquelas relacionadas à indústria e ao beneficiamento da pesca, detêm um poder de barganha muito superior ao dos demais setores.

Alguns pescadores têm transgredido os acordos firmados, o que constitui um dos principais entraves para que o atual ordenamento pesqueiro se torne um instrumento eficaz. Obviamente, entende-se que tais situações são movidas também por pressões econômicas exercidas sobre a atividade pesqueira, devendo sua superação ser mediada tanto pelo uso da legislação em vigor quanto por instrumentos de mercado. Existem também dificuldades relacionadas à histórica tradição paternalista do governo brasileiro. Há um grande despreparo dos quadros técnicos do Ibama para a facilitação de processos participativos de gestão. No entanto, não se pode deixar de reconhecer que esses fóruns são hoje um desejo e uma vontade, patrocinados e defendidos pelo Ibama. Assim sendo, apesar das dificuldades, está fora de cogitação qualquer movimento de retrocesso em relação à sua existência.

O desafio consiste, portanto, em aperfeiçoá-los: compensar os setores sub-representados; qualificar a participação dos setores com maiores debilidades orgânicas; flexibilizar o poder das organizações mais fortes; envolver e delegar competência aos estados da Federação. Os fóruns devem constituir verdadeiros espaços de negociação política e dos interesses dos diversos segmentos organizados, envolvidos com a atividade pesqueira, tendo como finalidade primordial o aperfeiçoamento das políticas do setor.

Organização social e Ordenamento

Tendo em vista a natureza e a magnitude dos problemas relacionados à pesca, é fundamental viabilizar a participação dos usuários dos recursos pesqueiros no processo de gestão. No entanto, torna-se inviável, para o Poder Público, estabelecer interlocução com indivíduos ou pequenos grupos isolados.

Para fortalecer e viabilizar a participação das comunidades, na condição de usuárias dos recursos pesqueiros na gestão participativa, faz-se necessário capacitar representantes de associações e colônias. Suas lideranças devem ser treinadas para atuar como elementos de estímulo, mobilização, coordenação e representação dos usuários, bem como para agirem como interlocutores.

Atualmente o Ibama, além das dificuldades regionais no relacionamento com as organizações de representação dos agentes de pesca, não tem interlocução com a representação organizada dos segmentos envolvidos no consumo de pescados, principalmente considerando-se o consumidor de baixa renda; o que constitui uma verdadeira falha no exercício de um Estado de Direito.

Muitas das organizações de base, apesar de “oficialmente” exercerem uma representação local ou até estadual, na prática desempenham um papel que extrapola os limites da região, sobrepondo-se às organizações nacionais.

Institucionalmente, os pescadores estão organizados nas chamadas Colônias de Pescadores. Desde os tempos coloniais, o governo tem feito tentativas esporádicas de controlar essa categoria profissional. As primeiras Colônias foram fundadas em 1919 pelos militares com o objetivo de organizar os pescadores para que contribuíssem no sistema de defesa costeiro, mais do que para defenderem seus próprios interesses econômico/ou sociais.

Assim como os estados brasileiros, as Colônias têm sido tradicionalmente controladas pelas agências do governo federal e os seus presidentes até pouco tempo atrás eram indicados pelos políticos municipais ou oficiais do governo federal

No início da década de 1980, o movimento de oposição à ditadura militar fez surgir uma série de organizações ligadas à igreja católica. A mais conhecida na Amazônia rural é a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Mas existem outras organizações vinculadas à Igreja, como a Comissão Pastoral da Pesca – CPP, o Movimento de Educação de Base – MEB, e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase. Essas organizações desempenharam e ainda desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de lideranças locais e na organização de pescadores e ribeirinhos. Em 1985, surgiu um movimento nacional chamado “Constituição dos Pescadores”, que trabalhou sobre o direito de organização e pela busca de autonomia política para as Colônias de Pescadores. A transição para um sistema democrático impulsionou as Colônias de Pescadores a se tornarem mais representativas. Embora a fidelidade política dos líderes locais ainda influencie na escolha dos candidatos, a representação das comunidades ganhou bastante espaço. Por outro lado, a participação e a representação formal dos pescadores em suas respectivas Colônias ainda permanecem baixas. No Estado do Pará, aproximadamente 1,2 milhão de pessoas depende da pesca. Cerca de 20% a 30% são formalmente registradas como integrantes das Colônias.

Há cerca de sete anos, alguns benefícios sociais oferecidos pelo governo foram estendidos ao pescador, tais como o seguro-desemprego durante os períodos de defeso, os benefícios de saúde e a aposentadoria.

A intermediação das Colônias facilitou o acesso a esses benefícios. Houve um estímulo ao registro profissional dos pescadores, embora isto represente uma mudança essencialmente burocrática, de pouca relevância para o manejo.

Considerando-se o manejo baseado nas comunidades, um diferencial é o resultado da ampla colaboração entre instituições formais e informais de âmbito local. O desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Pesca na região do Baixo Amazonas, conselhos intercomunitários responsáveis pelo manejo individual de sistemas de lagos, tornou-se o elemento básico do modelo de manejo participativo emergente para as pescarias regionais.

Atores do ordenamento

A tarefa de aplicar os instrumentos necessários ao ordenamento da pesca é competência do Estado. Existem, porém, outros atores que detêm papel-chave no sucesso ou no fracasso dessas medidas. Trabalhar em conjunto com eles é condição fundamental para a eficácia de um modelo de gestão dos recursos pesqueiros e de um ordenamento compatíveis com as exigências sócio-culturais e ambientais da região amazônica.

Organizações de base

Podem-se citar as seguintes organizações de base ou locais, com atuação direta na pesca ou junto aos pescadores:

- Associação de Armadores de Pesca,
- Federação e colônias de pescadores,
- Associação e Federação das Indústrias de Pesca,
- Sindicato dos Pescadores,
- Sindicato das Indústrias de Pesca,
- Cooperativas de pesca,
- Movimentos estaduais dos pescadores,
- Comissão Pastoral dos Pescadores,
- Associações de pescadores,
- Conselhos regionais de pesca.

Essas organizações ocupam espaço na atividade pesqueira ou junto aos pescadores, sem, no entanto, integrar-se de forma organizada na gestão pesqueira. Como características comuns:

- possuem intervenção no exercício da pesca;
- trabalham numa visão quase que exclusivamente corporativa;
- são organizações legítimas, com todo o direito de se fazer representar em qualquer fórum de discussão ou de decisão que envolva a atividade pesqueira. Não devem ser tratadas como simples observadoras, mas ter poder de deliberação e paridade, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento da gestão da atividade pesqueira;
- não há qualquer restrição sobre seu papel ou desempenho, embora apresentem diferenças entre si quanto ao grau de representatividade, até por estarem vinculadas a interesses imediatos diversos.

Entidades de pesca

Devem ser incluídas também as entidades de representação da atividade pesqueira nos fóruns de gestão. Estas devem representar os interesses do setor e podem tornar-se importantes organismos na administração dos recursos pesqueiros. São elas:

- Confederação Nacional dos Pescadores – CNP,

- Conselho Nacional de Entidades de Pesca – Conepe,
- Movimento Nacional dos Pescadores – Monape.

Na administração dos recursos pesqueiros é imperiosa a participação das entidades nacionais e locais. Não há dúvida que esses são os organismos que têm representação e autoridade para participarem de fóruns da pesca. Há que se adequar essa participação, considerando:

- o “peso” e a dimensão que cada uma dessas organizações possui;
- se os interesses representados são ou não os legítimos e intrínsecos ao setor;
- até que ponto a organização reflete os interesses do grupo que representa;
- até que ponto a organização funciona como correia de transmissão de interesses hegemônicos antagônicos à essência de seus próprios interesses.

As atuais entidades nacionais têm dificuldade em representar o universo de interesses de uma atividade tão cheia de conflitos como a atividade pesqueira. Englobam uma série de diferenças entre tipos de pesca, estoques pesqueiros e interesses de grupos econômicos. Por mais que se empenhe, a Confederação Nacional dos Pescadores, por exemplo, tem dificuldade em representar o conjunto de interesses das entidades de base, apesar de ser esta a sua função.

Sem levar em conta os interesses pessoais, que normalmente permeiam a vivência dos dirigentes de entidades de representação, constata-se que as entidades de base (colônias, pastorais, sindicatos, cooperativas, associações e federações) muitas vezes não se sentem representadas pela sua entidade nacional, pois esta nem sempre incorpora seus valores, posições e reivindicações.

Não é possível adotar um comportamento linear ou generalista. Para cada tipo de pesca ou para cada região, a interlocução tem que levar em consideração a história, a herança, a tradição e, principalmente, a dimensão orgânica e a importância política de cada entidade ou organismo de representação.

Entidades envolvidas com o turismo e a pesca amadora

Estas envolvem grande diversidade de atores vivamente interessados na manutenção dos recursos pesqueiros e na integridade dos ecossistemas para que os seus negócios prosperem. Trata-se, portanto, de potenciais aliados das medidas de ordenamento. São eles:

- Agentes de viagem,
- Representantes do setor hoteleiro,
- Clubes de pesca,
- Associação dos Pescadores Esportivos nos estados,
- Segmentos da mídia especializada.

Estado e consumidor

O elemento tido como “de fora” no modelo de gestão de recursos pesqueiros é o consumidor, ou melhor, sua entidade representativa, que tanto pode ser uma associação, um conselho ou até a representação do Poder Legislativo.

Sua presença é necessária para que se minimize a vocação corporativa do setor e pela necessidade de que haja um entendimento global de tratar-se de um bem pertencente ao conjunto da sociedade.

Também não se pode deixar de reconhecer o fato de que quanto mais abrangente for uma organização de classe ou de representação de um setor da sociedade, menor será sua vocação corporativa, uma vez que incorpora maior e mais complexos interesses.

Legislação pesqueira

Do ponto de vista legal, o ordenamento consiste em um conjunto de preceitos ou métodos para o tratamento e a exploração de determinado assunto ou área de atuação. Pode-se falar de ordenamento florestal, em se tratando de matas e florestas, e de ordenamento pesqueiro, quando o assunto está ligado à área da pesca.

Sendo o ordenamento um “conjunto de preceitos”, vale dizer que o ordenamento pesqueiro é um conjunto de regras de procedimentos e normas legais que regem a atividade da pesca.

A Constituição Federal ocupa o topo da escala hierárquica no ordenamento jurídico. Não se subordina a qualquer outro parâmetro normativo supostamente anterior ou superior. Todas as demais normas devem se conformar a ela. Logo, a Constituição é a referência obrigatória de todo o sistema jurídico, inclusive dela própria, uma vez que estabelece no seu próprio corpo as formas pelas quais poderá ser reformada, ou seja, por intermédio do processo de emenda ou de revisão.

Competências para legislar

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 24, introduziu em favor dos Estados-Membros e do Distrito Federal a competência concorrente com a União para legislar sobre diversas matérias. No âmbito desta concorrência é competência da União estabelecer normas gerais sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo, e dos recursos naturais, poluição do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, VI). Legislar concorrentemente significa que a União, os Estados e o Distrito Federal podem juntar-se para uma ação ou fim comum, no sentido de contribuir e cooperar. Ou seja, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados que, ao exercerem a sua competência para legislar, ampliam, acrescentam, preenchem e completam a normatização federal. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades. Legislar plenamente é dar aos Estados a competência total, completa, absoluta para o trato de assuntos que lhes sejam peculiares.

Legislando sobre bacias hidrográficas

A Constituição determina que os rios contínuos e/ou contíguos a dois ou mais estados, que sirvam de fronteira com outros países, ou que se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, assim como o mar territorial, tenham seu gerenciamento considerado responsabilidade exclusiva da União.

Para que esse gerenciamento possa ocorrer de forma eficiente e eficaz, é imprescindível que a gestão ambiental sobre recursos compartilhados, como é o caso

dos recursos pesqueiros continentais, se desenvolva de maneira integrada e participativa. Para tanto, a unidade básica ideal de planejamento e gestão desses recursos é a bacia hidrográfica. Isso pressupõe, por parte da União, a utilização de instrumentos de gestão que possibilitem conciliar os interesses dos vários estados envolvidos em uma mesma bacia.

Conflito de competências

O último parágrafo do art. 24 da Constituição Federal estabelece que “a superveniência da lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.” As normas gerais estabelecem princípios fundamentais. No âmbito da legislação concorrente, portanto, compete à União estabelecer as normas gerais. No que tange à pesca, o Decreto-Lei nº 221/67 é considerado a norma geral que rege a matéria.

Contudo, conforme o disposto na própria Constituição, de forma harmônica e observada a superveniência da lei federal, os estados poderão legislar sobre a pesca, procedimento já adotado por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Amapá, Amazonas e Pará, que promulgaram leis próprias e nas quais tratam de suas especificidades. O essencial é que o legislador estadual observe sempre a legislação federal (normatizadora) e, na ausência desta, utilize plenamente a competência para legislar. As leis estaduais regulamentam e proíbem tão somente no que diz respeito às suas peculiaridades ou, ainda, de forma suplementar, enriquecendo, ampliando os atos normatizadores federais existentes, cuidando para não lhes ser contrários, sob pena de perderem a sua validade.

A iniciativa de criar leis

A Constituição Federal, em seu Art. 59, estabelece que o processo legislativo compreende a elaboração de:

- **Emendas à Constituição**, que poderão ser propostas por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; pelo Presidente da República; por mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;
- **Leis**, normas elaboradas e votadas pelo Congresso Nacional que podem ser propostas por qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, pelo Presidente da República, pelo Supremo Tribunal Federal, pelos Tribunais Superiores, pelo Procurador-Geral da República e pelos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição;
- **Medidas provisórias**, adotadas pelo Presidente da República, com força de lei, em caso de relevância e urgência. Este deverá submetê-las, de imediato ao Congresso Nacional, pois perderão eficácia se não forem convertidas em lei em trinta dias a partir de sua publicação.
- **Portarias**, são documentos de ato administrativo de qualquer autoridade pública, que contêm instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de caráter geral ou normas de execução de serviço.

Instrumentos legais que regem o ordenamento pesqueiro

No caso da pesca, sua administração se apóia no Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, na Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988 (normas gerais estabelecidas pela União), e na Lei nº 9605/98, as quais regulamentam a atividade pesqueira e delegam competência ao IBAMA para estabelecer as normas específicas (portarias) de ordenamento.

Decreto-Lei nº 221/67

Todos aqueles que lidam com o setor pesqueiro precisam conhecer o Decreto-Lei nº 221/67, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, dentre outras providências.

Neste decreto-lei, a pesca é definida como “todo ato tendente a capturar ou extrair animais ou vegetais que tenham na água o seu meio normal ou mais freqüente de vida”. O meio aquático, como por exemplo enseadas, portos, canais, lagoas, fontes, rios, igapós, assim como os organismos que nele habitam, são considerados de domínio público. Ou seja, são patrimônio de todos os cidadãos brasileiros, os quais podem utilizar o recurso desde que mediante licença do órgão público competente.

Este decreto define os tipos de pesca existentes em:

- **Pesca comercial** – é a que tem por finalidade realizar pesca para comércio, na forma da legislação em vigor;
- **Pesca esportiva** – a que é praticada com linha de mão, por meio de aparelhos de mergulho ou com quaisquer outros métodos permitidos. O produto desse tipo de pesca em nenhuma hipótese pode ser comercializado.
- **Pesca científica** – é a exercida unicamente com fins de pesquisa por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para este fim. A pesca é garantida em todo o território nacional, para todas as pessoas devidamente registradas nessas categorias, desde que respeitem as normas de proteção vigentes.

Lei nº 7679/88

Esta lei regulamenta a proibição da pesca de espécies em períodos de defeso/reprodução, e penaliza a utilização de petrechos proibidos, de substâncias tóxicas e explosivas, bem como os pescadores e embarcações sem inscrição, autorização, licença, permissão ou concessão do órgão competente.

O Art. 2º da Lei nº 7679/88 institui a portaria como recurso de regulamentação. A portaria é um ato normativo, a ser implementado pelo Ibama, que é o órgão competente para legislar sobre a proteção e preservação do meio ambiente, de forma a alcançar os meios necessários ao pleno ordenamento pesqueiro. Diz a lei: “O Poder Executivo fixará, por meio de atos normativos do órgão competente, os períodos de proibição da pesca, atendendo às peculiaridades regionais e para a proteção da fauna e flora aquática, incluindo a relação de espécies, bem como as demais medidas necessárias ao ordenamento pesqueiro.” Logo, as portarias do Ibama têm caráter normatizador e são dotadas de força de lei, por competência dada pelo Poder Executivo, por meio de um ato formal. Por isso, estas não devem ser vistas como meras recomendações.

Como é possível penalizar com base nas portarias, estas devem estar, portanto, em perfeita consonância com as sanções estabelecidas pelas Leis e Decretos Federais que dispõem sobre a matéria.

Lei 9605/98

A Lei de Crimes Ambientais estabelece sanções penais e administrativas derivadas das condutas e atividades prejudiciais ao meio ambiente. É importante salientar o Capítulo V- Dos Crimes Contra o Meio Ambiente, na Seção I - Dos Crimes contra a Fauna. Encontram-se nesta seção as penalidades que devem ser aplicadas àqueles que matam, perseguem, caçam, apanham ou utilizam espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. A Lei estabelece, ainda, sanções àqueles que impedem a procriação da fauna, modificam, danificam ou destroem ninhos, abrigos ou criadouros naturais; quem vende, exporta, expõe à venda, adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécies da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, sem licença ou autorização expedida pelo órgão competente.

Os artigos 34 a 37, com respectivos itens, tratam exclusivamente da pesca, estabelecendo sanções a quem pesca em períodos de defeso/reprodução de espécies protegidas, ou por meio da utilização de petrechos proibidos, de substâncias tóxicas e explosivas, bem como sem inscrição, autorização, licença, permissão ou concessão do órgão competente. Estão sujeitos a penalidades também aqueles que causarem degradação em viveiros, açudes ou estações de aquicultura (locais para criação de animais aquáticos de domínio público).

A pena prevista é detenção de um a três anos, multa ou ambas. No caso de uso de substâncias explosivas ou tóxicas, a pena prevista é de reclusão de um a cinco anos.

Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999

Este decreto regulamenta a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/99) e dispõe sobre as penalidades aplicáveis a condutas e atividades que causem prejuízo ao meio ambiente. Alguns exemplos:

- Multa de R\$ 5 mil a R\$ 1 milhão para quem provocar a morte de animais existentes nos rios, açudes, baías, lagoas ou jurisdicionais brasileiras, por meio da emissão de substâncias tóxicas.
- Multa de R\$ 700,00 a R\$ 100 mil com acréscimo de R\$ 10,00 por quilo pescado, para quem:
 - o pescar em períodos proibidos ou em lugares interditados pelo órgão competente;
 - o para quem pescar espécies que devam ser preservadas ou que estejam com tamanhos inferiores aos permitidos;
 - o pescar quantidades superiores às permitidas ou utilizando aparelhos, técnicas e métodos impróprios;
 - o transportar, comercializar, beneficiar ou industrializar pescado proveniente de coleta, apanha ou pesca proibida;

- o utilizar na pescaria explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante, substâncias tóxicas ou outro meio proibido.
- Multa de R\$ 500,00 a R\$ 2 mil para quem exercer a pesca sem autorização do órgão ambiental competente.

Decreto nº 4.118, de 7 de fevereiro de 2002

Define como competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da pesca comercial e artesanal e da aquicultura nas áreas de pesca de todo o território nacional. Caberá também a este ministério autorizar a operação de embarcações estrangeiras de pesca nas condições e limites estabelecidos pelos acordos internacionais firmados pelo Brasil, bem como estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e que estejam subexplorados ou inexplorados. O ministério fica encarregado de manter o Registro Geral de Pesca e fornecer os dados relativos a licenças, permissões e autorizações ao Ministério do Meio Ambiente para registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Na Seção XVIII, art. 61, dá ao IBAMA competência para fixar normas, critérios e padrões de uso para as espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração, baseando-se para isso nos critérios científicos existentes.

Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos defeso. Esta lei determina que o pescador profissional que exerça a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, faz jus a este benefício. O valor do benefício será de um salário-mínimo durante o período de proibição da atividade pesqueira fixado pelo IBAMA.

Para receber o benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e da Previdência Social:

- certidão de registro de pescador profissional emitida pelo IBAMA há, no mínimo, três anos;
- comprovante de renda e de pagamento de contribuição previdenciária.

O Manejo Comunitário de Pesca

Paralelo ao movimento dos seringueiros para proteger as florestas e seu modo de vida, comunidades ribeirinhas da várzea do Rio Amazonas têm se organizado para proteger seus lagos da pressão da pesca comercial. No processo, as comunidades estão desenvolvendo uma nova forma de manejar seus recursos pesqueiros que representa uma adaptação às novas condições, resultando do desenvolvimento da pesca comercial. O elemento central dessa nova estratégia é o acordo de pesca, em que uma ou mais comunidades delimita um conjunto de lagos de várzea e define regras de pesca. Tais documentos incluem um abaixo-assinado dos membros da comunidade, cujo principal objetivo é diminuir o esforço de pesca através do limite de acesso e formas de uso, para assim assegurar a manutenção da produtividade do lago.

Nos últimos 15 a 20 anos os acordos de pesca têm-se proliferado em toda a região amazônica na medida em que as comunidades ribeirinhas buscam proteger seus lagos da pressão da pesca comercial. Hoje em dia é difícil encontrar um pescador artesanal que não tenha estado, de alguma forma, envolvido em um conflito de pesca por causa de um acordo.

Reconhecendo a sua incapacidade de mediar esses conflitos e gerenciar os recursos pesqueiros da região, o Ibama está mudando a sua filosofia de gestão, definindo critérios e mecanismos para legalizar os acordos e integrá-los no sistema formal de gerenciamento pesqueiro.

O desenvolvimento desse novo sistema de gestão participativa envolve um conjunto de atores incluindo, além do Ibama, e as comunidades ribeirinhas, ONG's como I.A.R.A. e Ipam no Baixo Amazonas e Mamirauá em Tefé, e organizações de base como algumas colônias de Pescadores, o GPD de Tefé, Aspac de Silves e diversas associações regionais e comunitárias. Recentemente, com a criação do Programa de Manejo dos Recursos Pesqueiros (PróVarzea) pelo PPG-7, essas iniciativas locais estão sendo integradas numa estrutura institucional regional para a gestão participativa dos recursos pesqueiros.

Apesar do apoio para esse modelo, a experiência dos acordos de pesca é muito limitada ainda para avaliar seu potencial como base desse novo sistema de gestão e vários pesquisadores têm expressado a sua desconfiança na capacidade de comunidades ribeirinhas de conservar os recursos naturais da várzea.

MANEJO COMUNITÁRIO DE PESCA NA AMAZÔNIA

A partir da década de 1960, uma conjunção de fatores, incluindo o aumento do mercado de pescado, a introdução de novas tecnologias de pesca, políticas de fomento do setor pesqueiro e a decadência da juta, a principal atividade econômica da várzea, levou à intensificação da pesca na Amazônia. O aumento na eficiência da pesca, devido ao incentivo do governo às empresas de pesca, combinado às inovações tecnológicas de captura (fio sintético), de transporte (barcos a motor), e de armazenamento (fábricas de gelo e caixas de isopor) do pescado, abriram espaço para a pesca comercial como atividade econômica principal na várzea entre os ribeirinhos e o pescador comercial profissional.

Com a expansão da pesca comercial, proliferaram-se os conflitos de pesca com pescadores comerciais invadindo os lagos de várzea e exercendo uma pressão sem precedentes nos recursos pesqueiros dos lagos. Um dos primeiros incidentes registrados foi a Guerra do Peixe, no lago Janauacá, próximo de Manaus em 1973, que

causou a destruição de equipamentos de pesca, de barcos, e mesmo mortes. Casos semelhantes de conflito também ocorreram no Baixo Amazonas.

Neste mesmo período, as populações de várzea sofriam um processo de reorganização social, liderado pela Igreja Católica, através da formação de comunidades politicamente estruturadas. Este processo culminou em organizações regionais de base, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Colônia de Pescadores, após a abertura política em 1980, criando um espaço para reivindicações de apropriação dos recursos naturais. Os ribeirinhos, em particular, começaram a formular acordos de pesca em reuniões comunitárias onde era estabelecido um conjunto de regras, definindo o acesso e uso do recurso pesqueiro.

Um aspecto importante que deve ser ressaltado no processo de formação dos acordos de pesca é o suporte institucional externo da Igreja Católica e organizações de base locais, que têm influenciado a resiliência social das populações locais frente a pressões externas. Nem por isso os acordos de pesca deixam de ser baseados em fatores locais. As regras de pesca são fortemente baseadas em conhecimento ecológico local, e o monitoramento é relacionado com as éticas sociais locais. Desta maneira, o acordo de pesca é um manejo comunitário “político”, baseado em regras explícitas controladas através de punições “materiais” impostas.

A emergência do acordo de pesca é uma evidência de que os usuários locais são agentes ativos que respondem aos problemas ambientais, alterando a forma de organização social segundo a estrutura de limites e as oportunidades do sistema. No entanto, dada a complexidade do sistema em que o acordo de pesca emergiu, a conservação do recurso pesqueiro não é o único objetivo dessa instituição. Embora o discurso local em torno do acordo de pesca enfatize o problema da sobrepesca, fatores ligados ao aumento do poder local, apropriação do sistema de várzea e limitação de acesso ao recurso pesqueiro são agendas mascaradas em muitos acordos de pesca.

Para que um manejo comunitário seja avaliado dentro de uma perspectiva sócio-ambiental, as características do ecossistema, do grupo de usuários, e do conjunto de regras definindo formas de uso do recurso devem ser analisados para relacionar com as diferentes dimensões de sustentabilidade (Figura 1).



Figura 1. Fatores que influenciam nos sistemas de manejo comunitário e relações entre dimensões de sustentabilidade.

CARACTERÍSTICAS DO ECOSSISTEMA/RECURSO: SISTEMA DE VÁRZEA E RECURSO PESQUEIRO

A várzea representa a área que é inundada periodicamente pelas águas barrentas do Rio Amazonas. A várzea é um ambiente bastante instável, consistindo de um acúmulo de sedimentos que o rio está constantemente retrabalhando, erodindo algumas formações e criando outras através do processo de deposição, gerando fenômenos conhecido localmente como “terras caídas” e “terras crescidas”. Dessa forma, ilhas e barrancos são formados em alguns lugares enquanto essas mesmas formações são erodidas em outras áreas. Essa instabilidade geomorfológica é maior rio acima, diminuindo à medida que desce o rio.

A paisagem da várzea também sofre uma variação cíclica devido à flutuação anual do nível do rio, resultante da chuva em toda a bacia. O regime fluvial consiste de quatro estações – seca, enchente, cheia e vazante. Apesar da previsibilidade do regime fluvial, o período e duração de cada estação variam a cada ano, o que representa sempre um risco ambiental que as populações locais têm de administrar através de suas estratégias de manejo.

Durante a cheia, a várzea é totalmente inundada enquanto, na seca, a paisagem se torna um mosaico que consiste de quatro zonas ecológicas principais: canais, restingas, campos naturais, e lagos. Essas quatro zonas são utilizadas de forma diferente pelos moradores. Os canais são rios e riachos de livre acesso, usados para transporte e para a pesca comercial. As restingas são os terrenos mais elevados que margeiam os canais onde se localizam as casas e as roças. Os campos naturais ocupam a zona entre as restingas e os lagos, e são usados como área de pastagem natural bem como para o cultivo de culturas anuais de crescimento rápido. Os lagos são utilizados para pesca comercial e de subsistência e o principal ambiente manejado pelos acordos de pesca.

A principal dinâmica ecológica da várzea é o “pulso de enchente”, ou seja, as expansões anuais dos lagos, integrando os campos naturais e florestas das restingas no ecossistema aquático. Com a subida da água, os peixes invadem os campos e florestas, alimentando-se dos organismos que ocupam esses ambientes. Muitas espécies de plantas se reproduzem nessa época, criando uma importante fonte de alimentos para os animais aquáticos. Com a vazante, muitos peixes deixam os lagos e campos e formam cardumes para migrar rio acima.

CARACTERÍSTICAS DO USUÁRIO: RIBEIRINHOS, FAZENDEIROS E PESCADORES COMERCIAIS

Os principais atores relacionados ao uso do recurso de várzea são os ribeirinhos, os fazendeiros, e os pescadores comerciais 1.

Os *ribeirinhos* moram em comunidades de várzea, compostas de uma dezena a algumas centenas de unidades familiares com relação de parentesco. As comunidades apresentam uma organização básica de liderança política, religiosa e esportiva, além de infra-estruturas tais como escola, transporte, e centro social. Os ribeirinhos mantêm uma atividade mista de uso de recursos, incluindo pesca, agricultura, e criação de gado e de pequenos animais (e.g., galinhas e patos) em que a importância de cada atividade na economia familiar pode variar bastante de uma família para outra. Assim, algumas famílias dedicam-se mais à pesca, enquanto outras dependem mais da agricultura ou da pecuária. Estes atores são os criadores do acordo de pesca e, portanto, são os que mais se beneficiam com o seu estabelecimento.

Os *fazendeiros* são criadores de gado, que ocupam a maior parte da área de várzea e utilizam principalmente os campos naturais durante o verão. Em geral, os fazendeiros não são diretamente prejudicados com os acordos de pesca porque possuem pouca ligação com a atividade pesqueira. Os fazendeiros normalmente mantêm-se à margem do acordo. Entretanto, quando apóiam o acordo, o controle das regras é normalmente mais efetivo, já que a maior parte da área de várzea é ocupada por suas fazendas. Em casos onde o acordo de pesca inclui regras relacionadas à atividade de criação, é possível que fazendeiros entrem em conflito com os ribeirinhos, afetando diretamente o monitoramento do manejo local.

Os *pescadores comerciais* consistem de dois grupos distintos. Um grupo é formado por pescadores comerciais capitalizados que viajam grandes distâncias com barcos “geleiras” para pescar em lagos de várzea. O segundo, consiste de pescadores urbanos, pouco capitalizados que se especializam na pesca como atividade econômica principal. A atividade de ambos grupos é diretamente afetada pelos acordos de pesca. Entretanto, enquanto as geleiras podem se deslocar para lagos mais distantes, os pescadores urbanos, que pescam em canoas, são os mais prejudicados pelos acordos de pesca por não possuírem seus próprios “lagos comunitários” e sem condições de deslocar-se para lagos mais distantes. O fato dos pescadores urbanos serem considerados “invasores” de lagos comunitários é fonte de constantes conflitos de pesca.

CONJUNTO DE REGRAS LOCAIS E EXTERNAS: REGRAS DE USO E MONITORAMENTO DE PESCA

O acordo de pesca é fruto de um processo de discussão envolvendo membros das comunidades que utilizam um determinado sistema de lagos. Na maioria dos casos, não existem critérios para definir a representação no processo de elaboração dos acordos. Essa falta de critério de representação tem sido freqüente fonte de conflito na implementação dos acordos, já que pescadores de fora e outros que não participaram do processo não se consideram responsáveis pelo cumprimento do acordo. Recentemente, a principal mudança na evolução dos acordos de pesca tem sido a tentativa de definição de critérios para assegurar o máximo de representatividade entre os diferentes usuários diretos e indiretos.

As regras de pesca integram regras locais culturais (mitos, tabus), bem como econômicas e políticas (sistema de patronagem, acordos de pesca), e regras externas (política governamental, mercado). Em termos oficiais, o governo define acesso livre ao sistema de várzea a todos os cidadãos, enquanto a atividade de pesca é regulada por uma legislação federal e portarias estaduais e municipais. A falta de fiscalização pelos órgãos do governo, aliada à falta de adequação da legislação com o sistema ecológico e social da várzea Amazônica, têm possibilitado o crescimento de iniciativas locais de manejo para suprir a demanda de controle de uso sentida pela população local. Neste sentido, os acordos de pesca dominam o sistema de regras de pesca, que podem ser divididas em quatro tipos: regras de acesso, de uso, de punição e de fiscalização. Cada grupo de regras age em diferente nível e é influenciado por fatores distintos. Normalmente, a regra de acesso é baseada no critério de residência numa das comunidades envolvidas no acordo. Este critério é rejeitado pelo Ibama que insiste no princípio de livre acesso baseado no antigo Código das Águas. Entretanto, o Ibama permite a definição de regras de uso que especificam como uma pessoa pode pescar no lago.

As regras de uso normalmente envolvem as seguintes características da pesca: a) aparelho de pesca; b) local de pesca; c) espécies de peixe; d) estação do ano; e) tecnologia de transporte e armazenamento; e f) função da pesca (e.g. comercial, subsistência). Tais regras dificultam ou inviabilizam economicamente a pesca comercial nos lagos por pescadores de outras regiões, assim atingindo indiretamente o objetivo de limitar acesso aos lagos comunitários. O estabelecimento de regras de uso é baseado no conhecimento ecológico sobre o desenvolvimento e comportamento das espécies de peixe, bem como na viabilidade de monitoramento da atividade pesqueira. Exemplo desta, é a proibição do uso de rede de espera, uma das regras de uso mais frequentes de um acordo de pesca. A rede de espera é considerada uma tecnologia de pesca predatória por capturar jovens e adultos de diferentes espécies do mesmo tamanho. Além disso, a pesca com rede de espera é de difícil controle, uma vez que um único pescador pode utilizar diversas redes ao mesmo tempo, multiplicando seu esforço e a produtividade de sua mão-de-obra. Portanto, apesar da sua alta eficiência, a proibição da rede de espera ainda é frequentemente considerada a melhor estratégia de controle da pesca em longo prazo.

Embora as regras de acesso e uso sejam relativamente claras, a maioria dos acordos de pesca carece de uma estrutura consistente de regras de punição e fiscalização. As regras de punição mais utilizadas são apreensão temporária e destruição dos aparelhos proibidos, seguida de denúncia aos órgãos competentes e advertência oral. Se o sistema de punição sofre de pouca clareza, a estratégia de fiscalização apresenta um grau ainda maior de inconsistência. São poucos os acordos que descrevem como a fiscalização do lago manejado será efetuada e quem a fará. A falta de um critério claramente descrito no documento cria espaço para uma fiscalização descontrolada onde, muitas vezes, indivíduos punem infratores regidos por interesses pessoais. Um resultado é a punição mais frequente a pescadores de fora, já que relações pessoais dentro da comunidade dificultam uma atuação punitiva mais direta. Neste sentido, as regras de fiscalização representam atualmente um dos pontos institucionais mais delicados dos acordos de pesca e seu aprimoramento é essencial para a viabilidade desse sistema de manejo.

É nesse aspecto dos acordos que a iniciativa do Ibama de integrar os acordos num sistema formal de gestão participativa está tendo seu maior impacto. Com a legalização dos acordos em portarias, estes ganham força de lei e, teoricamente, o apoio do Ibama no processo de fiscalização. Uma segunda inovação envolve a formação de agentes ambientais voluntários das comunidades envolvidas no acordo com poder de constatação para organizar a fiscalização dos acordos. Embora desempenhando um papel importante, se não houver apoio ativo dos fiscais do Ibama, a atuação dos agentes voluntários será comprometida, prejudicando o resultado final da iniciativa de co-gerenciamento pesqueiro.

ANÁLISE COMPARATIVA DO MANEJO COMUNITÁRIO DE PESCA

Os acordos de pesca têm se proliferado por toda a Amazônia. Entretanto, tal instituição local é ainda recente, e o processo de criação desta tem apresentado algumas limitações. A simples criação de regras não assegura o sucesso de um manejo comunitário. É necessário que as regras formuladas sejam compatíveis com o sistema ecológico, social, e econômico.

SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA

A sustentabilidade ecológica do acordo de pesca depende de dois fatores principais. Primeiro, um conjunto de lagos é parte de um sistema fluvial maior dentro do qual os peixes circulam livremente. Nessas condições, não é claro que um acordo de pesca para um conjunto de lagos terá um efeito duradouro sobre as populações de peixes daquele lago. Neste sentido, a mobilidade do recurso pesqueiro é uma importante variável que deve ser levada em consideração para a eficiência ecológica do manejo comunitário de lago. As espécies de peixe na Amazônia podem ser divididas em três grupos de acordo com a sua mobilidade: migradores de longa distância (MD), que podem cobrir migrações de até 3.500 km ao longo do canal principal do rio; migradores laterais (ML), que realizam migrações entre lagos e rios adjacentes; e espécies sedentárias (SD), que raramente migram.

As regras locais tendem a ser mais eficiente para espécies sedentárias do que para espécies migradoras. Por exemplo, o pirarucu (*Arapaima gigas*), uma espécie de comportamento predominantemente sedentário, pode ter grande potencial para o manejo local. Existem alguns estudos que indicam que essa espécie responde positivamente no contexto de sistemas de manejo comunitário. Em relação a espécies migradoras, o efeito do manejo comunitário é mais incerto. Enquanto o manejo de espécies migradoras de longa distância provavelmente não sofra efeito direto do manejo comunitário, as espécies que realizam migração lateral podem ser beneficiadas indiretamente através da conservação do habitat.

O segundo fator é relacionado com a interdependência entre os componentes do ecossistema de várzea. Os lagos de várzea fazem parte de um ecossistema maior, que integra as florestas e os campos naturais, e a sua produtividade depende da qualidade desses habitats, tanto para a reprodução das espécies como para o seu crescimento. As outras atividades econômicas desenvolvidas pela população ribeirinha, especialmente a derrubada da floresta e a sobrecarga dos campos realizadas por agricultores e criadores, podem comprometer a integridade ecológica do ecossistema de lago, reduzindo a sua produtividade. Portanto, os acordos de pesca não podem se concentrar apenas na pesca ignorando os impactos dessas outras atividades no sistema como um todo. Por exemplo, em Santarém, algumas comunidades têm adaptado o modelo de acordo para o manejo do outro grande recurso comum da várzea, os campos naturais. Em outras palavras, o resultado efetivo imediato de um acordo de pesca não necessariamente implica num resultado positivo ecologicamente sustentado. A complexidade do sistema integrado de zonas ecológicas na várzea reforça a importância de se integrar o manejo pesqueiro dentro de um sistema de manejo integrado do uso da várzea.

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

A sustentabilidade social dos acordos depende fundamentalmente da capacidade das organizações comunitárias de lidar com as pressões internas e externas geradas pelo processo de implantar e manter o sistema de manejo. Apesar de sua história comum, nas comunidades ribeirinhas existe um alto grau de heterogeneidade social e econômica entre seus membros. Por exemplo, a importância relativa das diferentes atividades econômicas – pesca, agricultura e criação – varia muito entre famílias. Da mesma forma, as famílias têm diferentes graus de acesso ao poder político municipal, fator de grande importância no sistema político paternalista. Finalmente, a expansão das igrejas evangélicas introduziu uma outra fonte de divisão já que a organização comunitária é normalmente associada à Igreja Católica. Tais fatores influenciam diretamente os conflitos internos, e poucos líderes e organizações

comunitárias têm a capacidade de superar essas divisões e conciliar os diferentes atores na elaboração e manutenção dos acordos.

Além da estrutura social da comunidade, um manejo comunitário eventualmente precisa também lidar com os interesses de outros atores locais, como os fazendeiros. Suas fazendas freqüentemente incluem grande parte dos lagos utilizados pelas comunidades vizinhas. Embora os fazendeiros raramente tenham interesse pela pesca em si, seu poder político e econômico pode afetar a capacidade de comunidades em manter um acordo, uma vez que o padrão de ocupação da várzea faz com que o controle e acesso aos lagos sejam principalmente definidos por fazendeiros. Portanto, um acordo de pesca tem mais chance de ser bem sucedido se houver apoio dos fazendeiros vizinhos que também compartilham os lagos manejados. Assim como o apoio local dos fazendeiros, o apoio externo de instituições regionais é de grande importância no desempenho do manejo comunitário. Embora os acordos de pesca sejam motivados pelo interesse das comunidades em controlar seus recursos locais, elas constantemente procuram o apoio das autoridades governamentais para legitimar a sua posição. Neste contexto, a integração dos acordos num sistema formal de gestão participativa representa um passo importante na consolidação do manejo comunitário. A estruturação de conselhos inter-comunitários para definir os acordos, a transformação dos acordos em portarias e a formação de agentes ambientais voluntários para fiscalizá-los, não só legitimam as iniciativas de manejo comunitário como fornecem um contexto institucional de apoio para a manutenção dos acordos. Entretanto, um dos grandes problemas enfrentados pelas comunidades é o fraco nível de apoio que recebem do setor de fiscalização do Ibama.

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Além das relações inter-pessoais e institucionais, fatores econômicos também desempenham um papel fundamental na estabilidade dos acordos de pesca. Aqui podemos diferenciar dois aspectos importantes: o impacto econômico nos pescadores no curto e médio prazo e as consequências para a sociedade como um todo. Alguns autores discutem que o período inicial do estabelecimento de um acordo de pesca talvez seja uma das fases mais delicadas deste processo. De acordo com os autores, embora o manejo local leve a um aumento da eficiência de pesca em longo prazo, no curto prazo a adoção de medidas para reduzir a pressão leva à diminuição imediata não só da captura total da família como da produtividade de mão-de-obra na pesca. A superação deste custo inicial de participação num manejo comunitário só é possível através da provisão de outra atividade com eficiência econômica similar à pesca a fim de diminuir os incentivos para um comportamento oportunístico de violação das regras *free-riding*. Os autores concluem que, a menos que haja uma melhoria da atividade agrícola ou de qualquer outra atividade econômica compatível com o sistema, a estabilidade de um acordo de pesca dificilmente será mantida.

Um segundo dilema econômico do manejo comunitário da pesca é relacionada com o balanço entre a segurança alimentar das populações locais e regionais. Vários autores têm expressado a sua preocupação que a proliferação de acordos de pesca levará à redução da produção pesqueira regional e o aumento do preço de pescado para a população urbana de baixa renda. Na Amazônia, onde o pescado é uma das principais fontes de proteína animal, existe o potencial para um conflito entre os interesses urbanos e rurais em relação à forma de manejar os recursos pesqueiros. Este último aspecto é particularmente importante para a população de pescadores urbanos, que tem aumentado nos últimos anos devido a alta taxa de desemprego

regional, e devido ao baixo grau de investimento econômico necessário para inserir-se na atividade pesqueira. Se o acesso aos lagos de várzea for limitado aos pescadores ribeirinhos em toda a região, os pescadores urbanos serão economicamente marginalizados, intensificando os conflitos entre estes dois grupos de usuários. Portanto, a análise de acordo de pesca deve ser contextualizada dentro de uma realidade econômica local e regional para melhor entender o processo de estabelecimento e performance econômica.

Monitoramento e Avaliação

Assim como a *estratégia do projeto*, contida na *descrição sumária* da matriz lógica, representa a coluna vertebral do projeto, os *indicadores* representam o termômetro da saúde dessa coluna. Assim, em outras palavras, podemos definir os indicadores como sendo:

- o *Parâmetros devidamente qualificados e quantificados, definidos no tempo e no espaço, que servem para medir e avaliar os avanços do projeto.*

Que servem como :

- o *Provedores das informações necessárias para comparar o que foi planejado com o que foi efetivamente realizado e os benefícios advindos do alcance dos objetivos.*
- o *Padrões de avaliação do cumprimento e/ ou do desempenho dos objetivos do projeto, em seus diferentes níveis, que procuram traduzir a descrição sumária em medidas concretas, empiricamente observáveis e objetivamente verificáveis.*
- o *Base para a construção de um sistema de monitoria e avaliação com o objetivo de avaliar o grau de realização do projeto em todas as suas fases e medir e especificar o conteúdo de cada nível ao qual se relaciona.*
- o *Determinador dos momentos em que devem ser processadas avaliações intermediárias para subsidiar a gestão do projeto.*

O **Painel 47** resume o que são e para que servem os indicadores.

O que deve mostrar um indicador?

Entre outras coisas, bons indicadores devem mostrar, por exemplo:

- que tipo de bens e serviços o projeto planeja por a disposição do grupo-alvo (nível de resultados);
- como se espera que o grupo-alvo utilize os resultados do projeto (nível de objetivo do projeto);
- que mudanças são esperadas de ocorrer quando os objetivos do projeto forem alcançados (nível de objetivo específico e objetivo de projeto);
- em que grau os grupos-alvo conseguem atingir as mudanças ou novas qualidades esperadas (nível de objetivo de desenvolvimento);
- que benefícios, a médio e longo prazo, se espera que possam ser atingidos em decorrência das contribuições do projeto (nível de objetivo superior).

Quais as características de um bom indicador?

Um bom indicador deve ser:

- Independente: um indicador não é a soma dos indicadores dos níveis inferiores, mas deve sintetizar os avanços daquele nível. Cada objetivo, resultado e pressuposto deve ter seu indicador próprio. Um indicador deve medir a consecução do objetivo ao qual se refere.
- Plausível: um indicador deve poder especificar os efeitos e impactos diretamente resultantes do objetivo ao qual se refere. Se houver modificações desse objetivo, ao longo do projeto, o indicador deixa de ser plausível e deve ser mudado;
- Essencial: ele deve refletir, de forma necessária e absoluta, o conteúdo essencial do objetivo ao qual se refere;
- Orientado para os objetivos: ele deve conter os dados qualitativos, quantitativos, temporais e espaciais relacionados com o objetivo ao qual se refere, de forma que o alcance desses dados leve imediatamente ao objetivo no nível imediatamente superior;
- Mensurável: ele deve poder ser empiricamente mensurável por meios economicamente justificáveis;
- Abrangente: ele deve permitir que um mesmo objetivo seja avaliado a partir de mais de um ponto de vista ou situação;

O Painel 48 mostra as características de um bom indicador.

Como se elabora um indicador?

- o identificar as possíveis *variáveis* que deverão compor os indicadores;
- o identificar os valores-base para as variáveis quantificadas e qualificadas que se constituirão nos parâmetros a serem tomados como indicadores de marco zero;
 - a) identificar e definir precisamente os chamados *indicadores de impacto* que descrevem os efeitos do nível imediatamente inferior para os objetivos específicos, de projeto e global ou superior.
 - b) verificar a necessidade de definir *indicadores de processo ou de acompanhamento* (metas). Estes são os indicadores usuais definidos para as atividades e subatividades no Plano Operacional, embora sejam usados, também, para os outros níveis de objetivos da MLP.

- o especificá-los quanto :

ao grupo-alvo

à qualidade

à quantidade

**ao horizonte
temporal**

ao local



quem?

quão? como?

quanto?

quando?

onde?

- o analisá-los para:
 - a) verificar se são *necessários e suficientes* para compor futuros sistemas de monitoria e avaliação,
 - b) verificar se estão coerentes com a estratégia do projeto (lógica horizontal).

O **Painel 49** resume como são constituídos os indicadores.

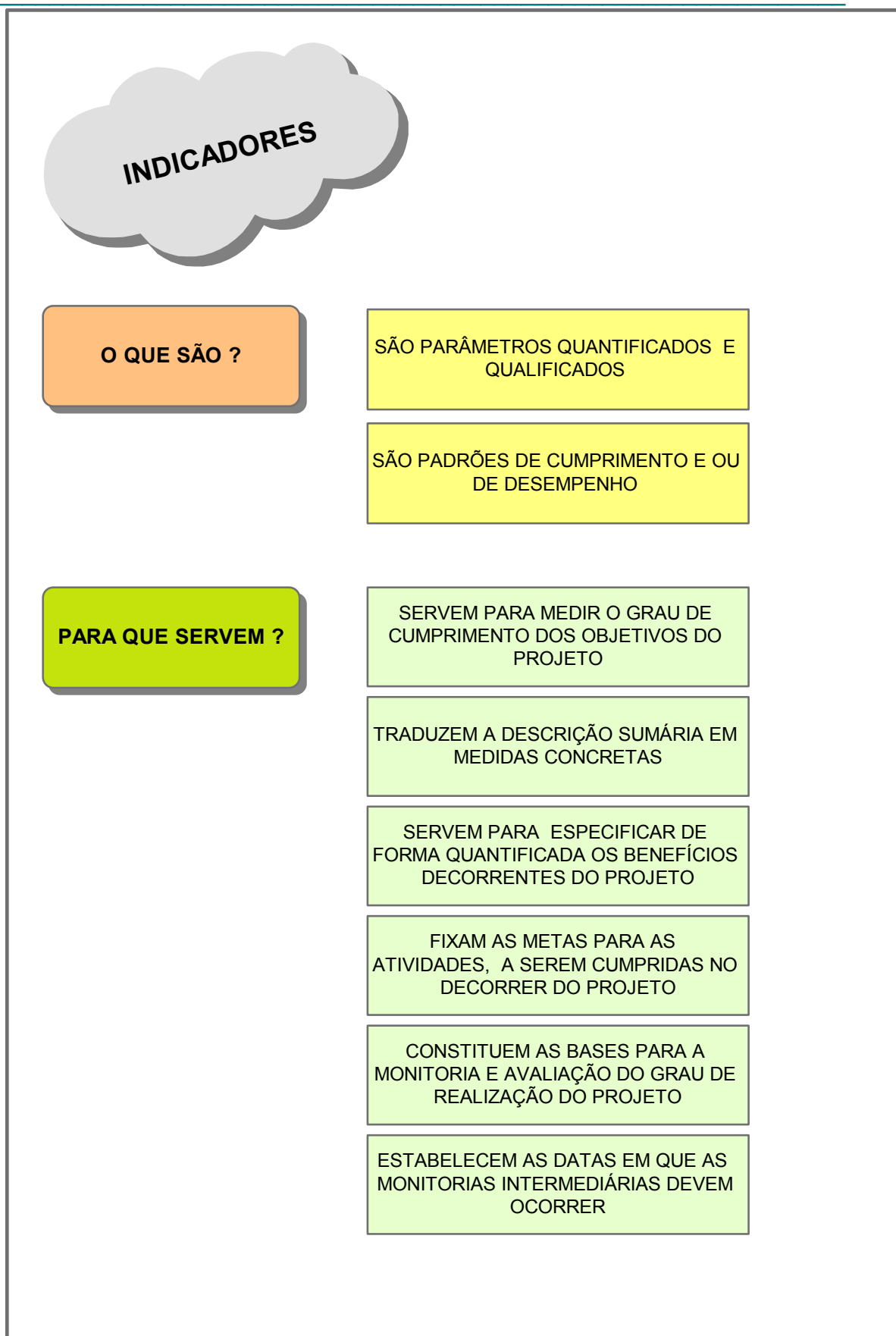
Tipos de indicadores

Há mais de um tipo de indicador, cujo emprego vai depender da situação que se quer verificar.

- a) **Indicadores indiretos:** São considerados *indicadores de impacto*, pois vão servir para avaliar, para cada nível dos objetivos do projeto a que estão relacionados, os efeitos causados pelo alcance dos níveis inferiores. São, também, chamados de *indicadores de benefício* ou *de efeito*. Também, descrevem os benefícios junto ao grupo-alvo pelo uso dos bens, produtos e serviços disponibilizados pelo projeto, além de descrever, para futuras avaliações, os benefícios gerados pelo alcance do objetivo do projeto. A avaliação desses indicadores se faz do médio para o longo prazo, dependendo do nível em que eles são colocados na matriz lógica. Embora não deva ser tomado como regra geral, quanto mais alto estiver colocado o indicador na estratégia do projeto, maior o intervalo entre as avaliações do mesmo. Os efeitos estudados são sempre referentes ao alcance do nível inferior.
- b) **Indicadores diretos:** Também chamados de *indicadores de acompanhamento, processo ou de realização*. Representam as metas a serem cumpridas e são empregados para atividades, mas podem aparecer como indicadores do desempenho de resultados e objetivos.

Além destes, que são os mais comuns a aparecerem nos sistemas de monitoria e avaliação, há indicadores específicos para avaliação de recursos (físicos e financeiros), para monitoramento de qualidades específicas (ar, água, etc).

Os **Painéis 50, 51 e 52** demonstram os tipos e exemplos de indicadores.



Painel 47 – Indicadores: significado

INDICADORES

**QUAIS AS CARACTERÍSTICAS
DE UM BOM INDICADOR?**

UM BOM INDICADOR DEVE SER :

ESSENCIAL

**ELE DEVE REFLETIR DE MODO NECESSÁRIO
E ABSOLUTO O CONTEÚDO DO OBJETIVO
AO QUAL ELE SE REFERE**

INDEPENDENTE

**NÃO DEVE SER A SOMA DOS INDICADORES
DOS NÍVEIS INFERIORES E DEVE MEDIR AS
MUDANÇAS OCORRIDAS EM SEU NÍVEL**

PLAUSÍVEL

**DEVE INDICAR OS EFEITOS DIRETAMENTE
RESULTANTES DO PROJETO EM FUNÇÃO
DAS AÇÕES DO MESMO NO NÍVEL
CONSIDERADO**

**ORIENTADO PARA
OS OBJETIVOS**

**DEVE CONTER OS DADOS QUALITATIVOS E
QUANTITATIVOS, TEMPORAIS E ESPACIAIS
RELACIONADOS AOS OBJETIVOS A QUE SE
REFERE PARA O ALCANCE DO NÍVEL ACIMA**

MENSURÁVEL

**DEVE PODER SER MENSURÁVEL POR MEIOS
SIMPLES E ECONOMICAMENTE
JUSTIFICÁVEIS**

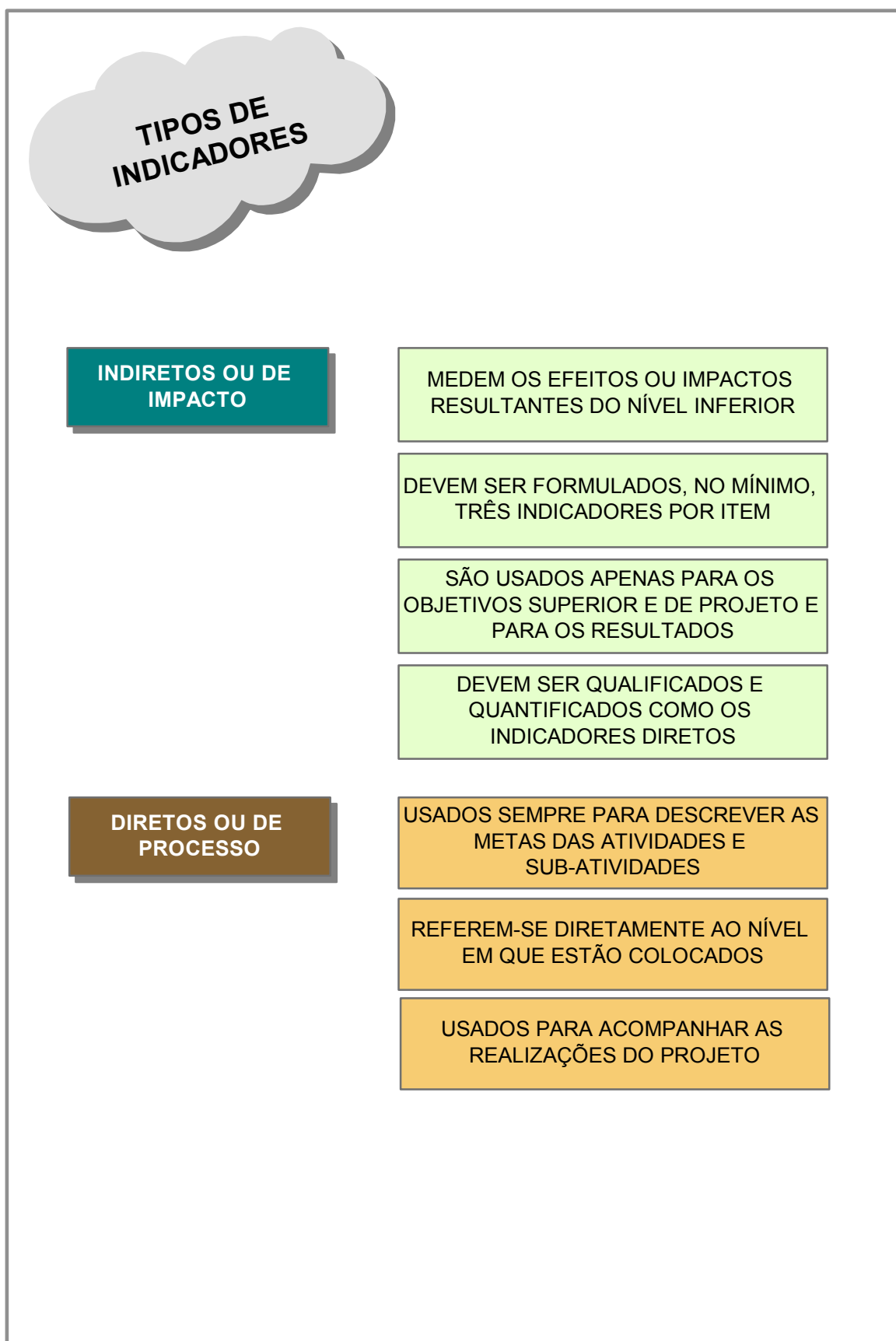
ABRANGENTE

**DEVE PERMITIR QUE UM MESMO FATO SEJA
AVALIADO SOB DIFERENTES PONTOS DE
VISTA OU COM BASE EM DIFERENTES
SITUAÇÕES**

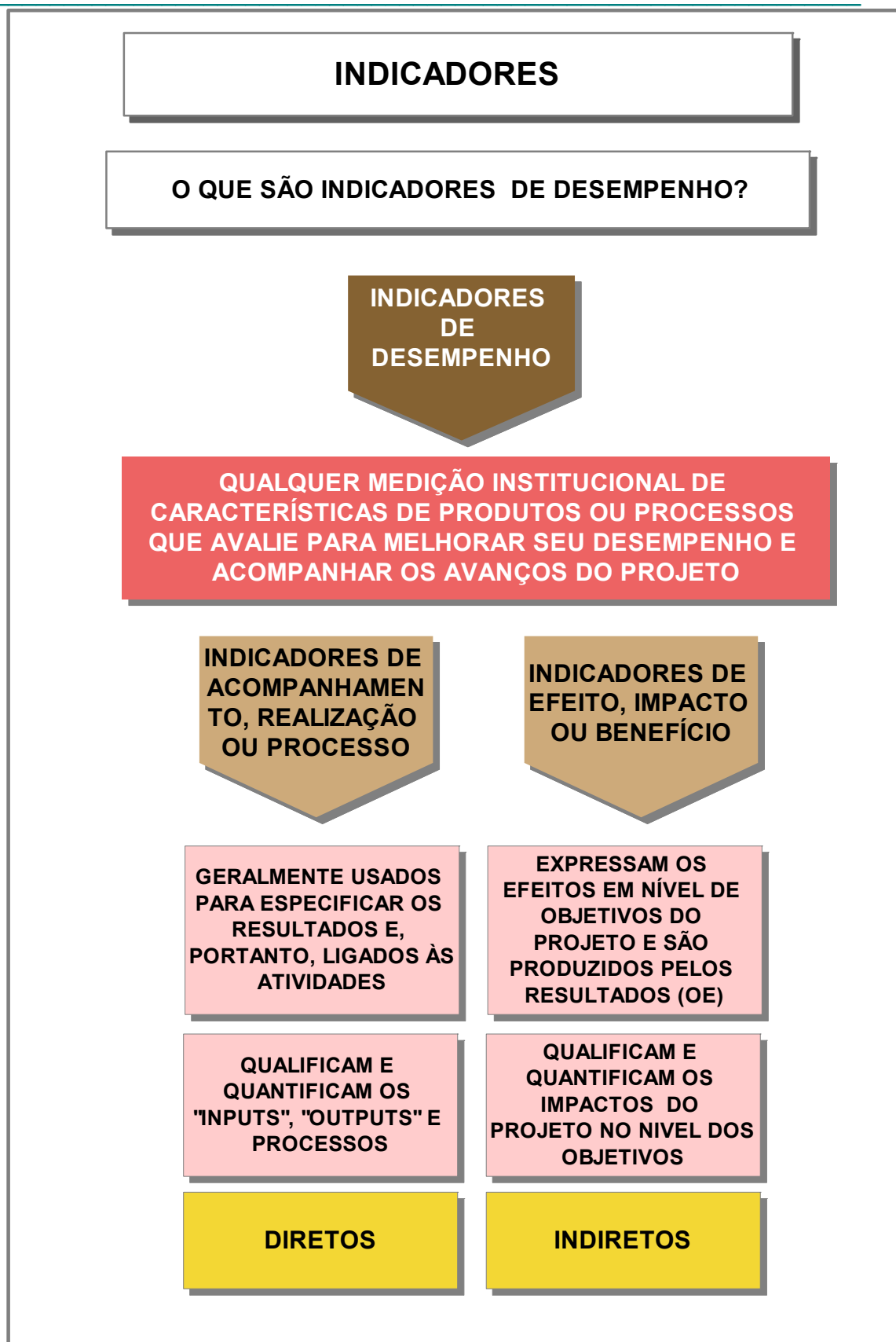
Painel 48– Características de um bom indicador



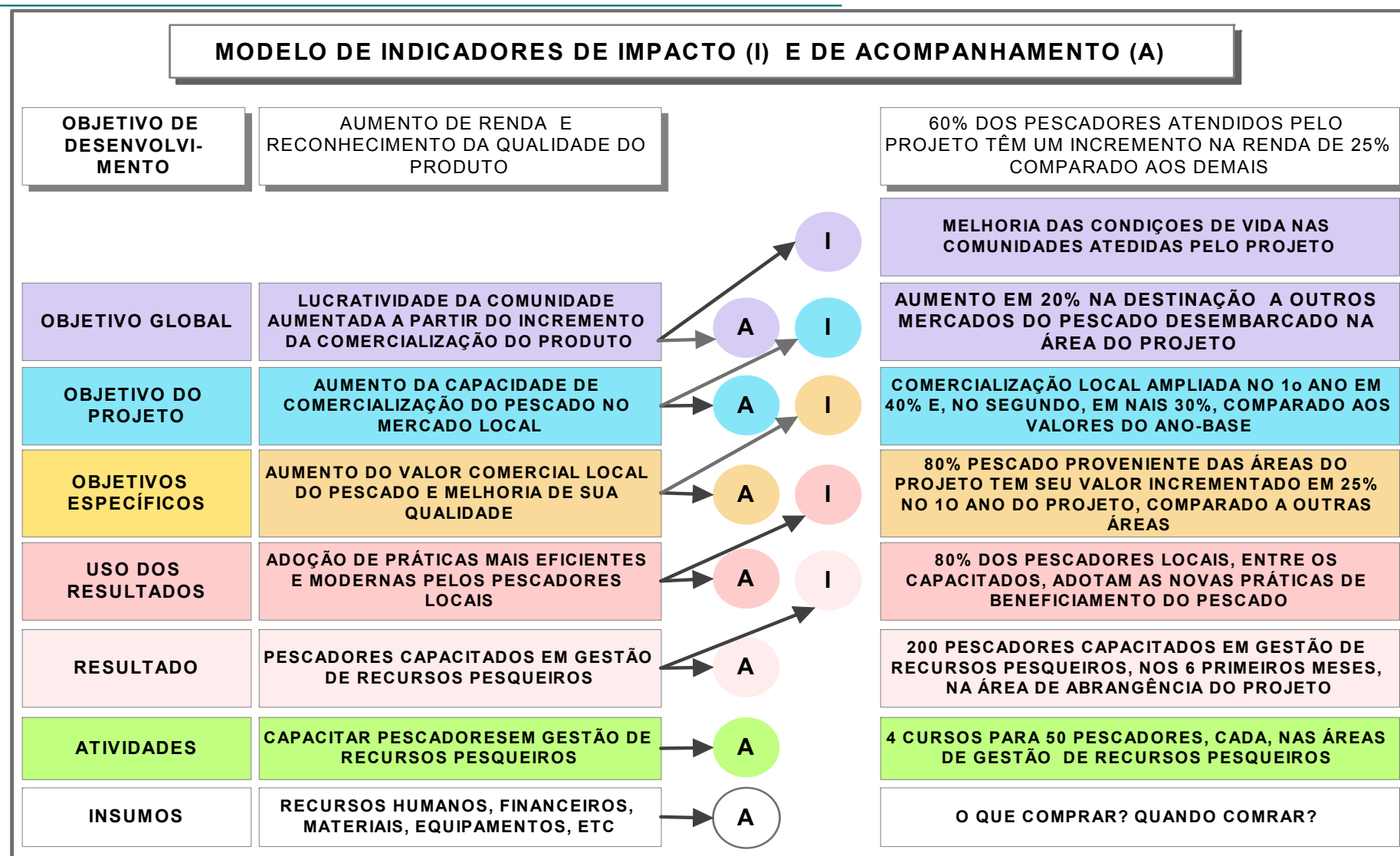
Painel 49– Indicadores: constituição



Painel 50– Indicadores: tipos



Painel 51- Indicadores de desempenho



Painel 52– Modelos de indicadores nos diferentes níveis das matriz lógica e relação entre eles

Exemplo de como formular um indicador?

Para o **Objetivo do projeto:**

Serviços de saúde comunitários melhorados na cidade de Santana

Indicador de impacto

- A mortalidade de parturientes e neonatos das comunidades A, B e C atendidas pelos agentes de saúde comunitários foi reduzida em 30%, em dois anos, a partir de dezembro de 1993, em comparação com o número de ocorrências verificadas no mesmo período antes da implementação do projeto.

Para o nível de **resultados:**

A infra-estrutura dos postos de saúde onde atuam os agentes comunitários foi melhorada.

Indicador de impacto ou de resultado:

Incremento em 20% do número de mães que freqüentam o posto de saúde a partir do 2º ano do projeto e são regularmente atendidas

Indicador de acompanhamento:

100% dos postos de saúde, na área de abrangência do projeto, tiveram sua infra-estrutura fortalecida com reformas, aquisição de equipamentos e demais condições necessárias ao bom funcionamento, no 1º ano do projeto.

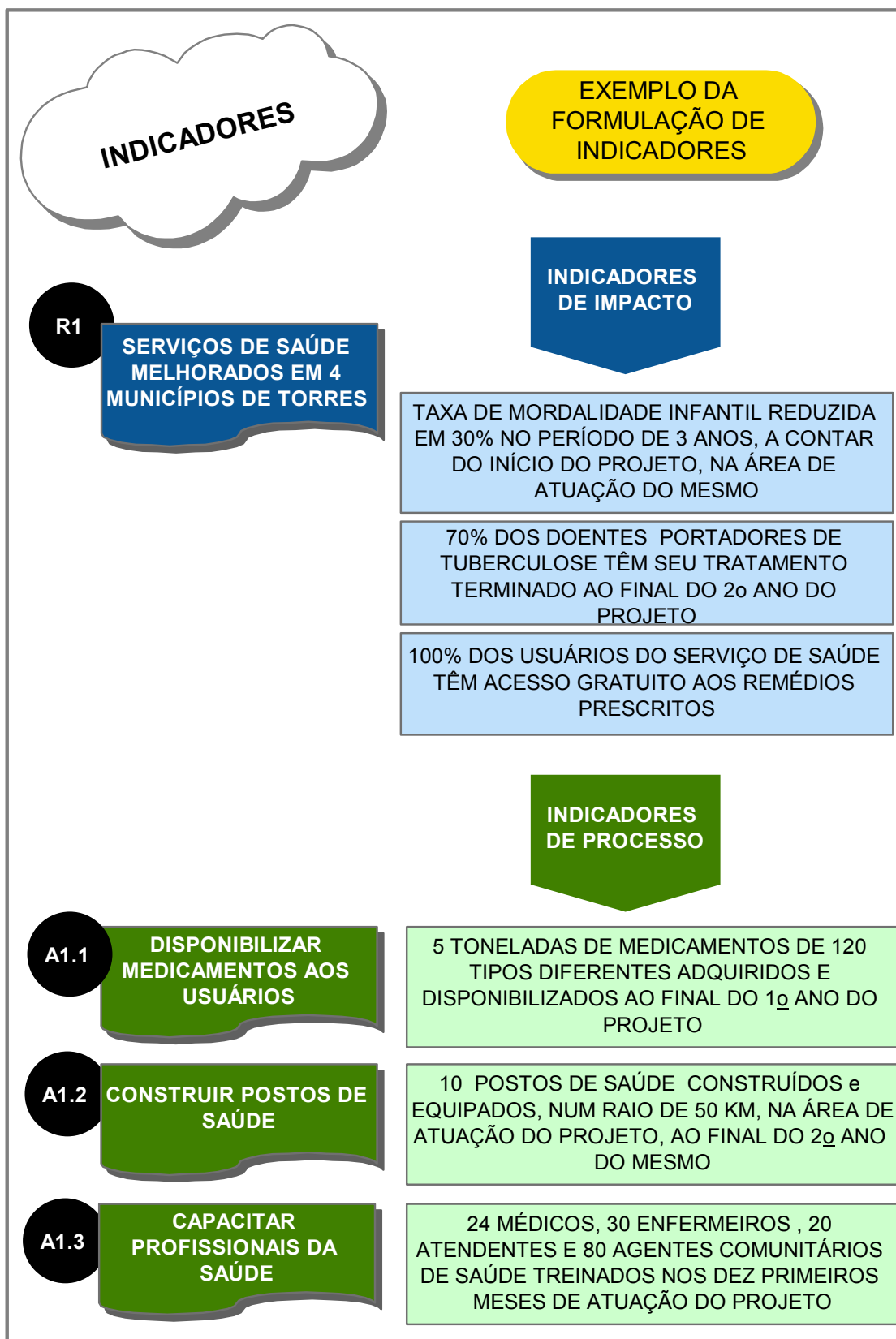
Para o nível de **atividades:**

Capacitar agentes de saúde

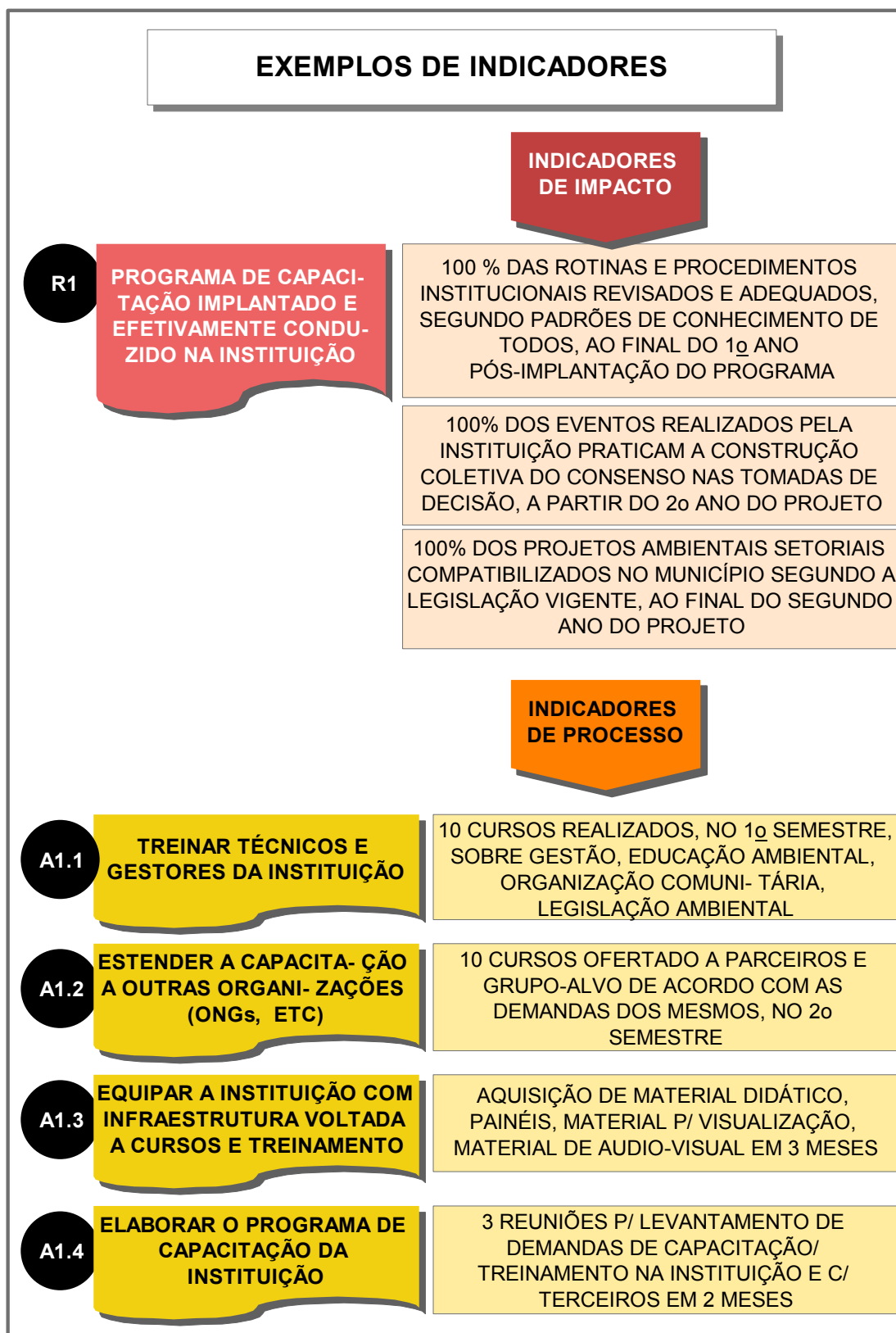
Indicador de acompanhamento ou de metas

Entre janeiro e junho de 1993, 10 agentes de saúde receberam treinamento em vacinação infantil, execução de curativos, participação de campanhas de esclarecimento, entre outros assuntos, na Santa Casa de Misericórdia de Santana, para trabalharem nas comunidades A, B e C.

Os **Painéis 53 e 54** exemplificam os tipos de indicadores, de impacto e de processo.



Painel 53 – Indicador: exemplo



Painel 54– Exemplo de indicador específico para programas de capacitação

UNIDADE 5: Experiências Êxitos de Gestão Participativa

Projeto IARA

Objetivando o desenvolvimento de estratégias para uma gestão ambiental que garantisse o aproveitamento dos recursos naturais da várzea amazônica dentro dos critérios de sustentabilidade, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), juntamente com a Cooperação Técnica Alemã (GTZ), criaram em 1990 o Projeto "Administração dos Recursos Pesqueiros na Região do Médio Amazonas, Estados do Pará e Amazonas - Projeto IARA". Como área de abrangência do projeto foi definido o trecho de cerca de 1.000 km ao longo do rio Amazonas entre as cidades de Almeirim (PA) e Itacoatiara (AM), com sede em Santarém.

Em função da inviabilidade de se trabalhar numa área tão extensa com um número de pessoas e tempo limitado, concentrou-se a maioria das atividades planejadas em 5 microrregiões (Figura 1):

- Lago Grande de Monte Alegre - Município de Monte Alegre;
- Região do Maicá e Ituí - Município de Santarém;
- Região do Tapará/Urucurituba/Arapixuna/Atumã - Municípios de Santarém e Alenquer;
- Lago Jauari/Dos Botos - Municípios de Alenquer e Óbidos;
- Lago Grande de Curuai - Municípios de Santarém, Óbidos e Juruti

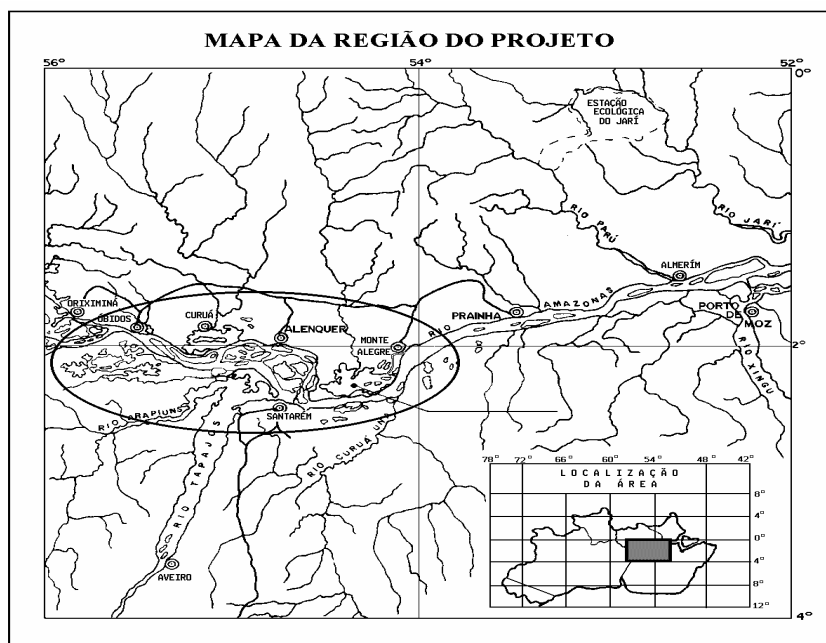


Figura 1. Área das 5 microrregiões de atuação do projeto.

Metodologias

Embora concebido como um projeto de intervenção política e gerencial, as atividades concentraram-se numa primeira fase (1991-1995) principalmente na geração de uma base de conhecimento que iria permitir ações específicas adaptadas às peculiaridades locais. Neste sentido foram realizados estudos aplicados nas áreas de biologia e ecologia pesqueira, sócio-economia, tecnologia da pesca e do pescado e, comunicação e educação ambiental. Adequando essas pesquisas à realidade ribeirinha com sua economia diversificada e à interdependência entre os diferentes sistemas da várzea, foram incluídos estudos sobre alternativas terrestres (agropecuária, criação de pequenos animais, extrativismo, etc.) e seu impacto sobre a pesca.

Desde o começo, o projeto trabalhou com uma abordagem participativa, no sentido de integrar o grupo alvo, os pescadores, ribeirinhos e instituições relacionadas com a pesca, à administração pesqueira, partindo da idéia que sustentabilidade não pode ser decretada e que somente através de um sistema de co-gerenciamento é que se vai conseguir que todos os grupos dos interessados na questão pesqueira se identificariam com as medidas a serem tomadas, garantindo assim um máximo grau de funcionamento das futuras estratégias de gestão. Este conceito exigia um contato muito mais direto com os usuários dos recursos pesqueiros do que o Poder Público normalmente estabelece. Para isso, o projeto desenvolveu metodologias próprias que serviam aos diferentes objetivos do trabalho e refletiam sempre as duas vertentes de pesquisa e intervenção:

- Num primeiro momento precisava-se obter informações básicas sobre a pesca e a situação sócio-econômica das populações ribeirinhas. Com esta finalidade e para entrar num primeiro contato com as comunidades de pescadores, para incentivar a sua participação, para valorizar a sua cultura, para aprender sua interpretação da realidade e para familiarizar os técnicos das instituições envolvidas na gestão pesqueira com a região, foi desenvolvido o "Censo Estatístico Comunitário - CEC". Foram visitadas aproximadamente 200 comunidades nas mencionadas cinco microrregiões.
- Para aprofundar os conhecimentos e entender melhor a dinâmica social e econômica das comunidades realizou-se oito Estudos de Caso em comunidades selecionadas com aplicação do método "Levantamento Rápido Rural-LRR".
- Em seis comunidades do Lago Grande de Monte Alegre aplicou-se um amplo questionário para análise estatística da economia diversificada ribeirinha. As entrevistas foram executadas pelos próprios comunitários que foram treinados para esse objetivo por técnicos do projeto;
- Também com a participação ativa dos ribeirinhos pesquisou-se em duas microrregiões a produção pesqueira e o consumo de pescado pelos ribeirinhos.
- Implementou-se o monitoramento do desembarque pesqueiro através da estatística de desembarque nos principais locais de desembarque de pescado da região. Estes levantamentos realizaram-se, em alguns casos, em cooperação com as prefeituras municipais.

No final da primeira fase do projeto, houve a necessidade de corrigir muitos conceitos e suposições que orientavam, desde o início dos trabalhos, a busca por prováveis soluções. A convivência com os ribeirinhos e pescadores levou à reinterpretação do problema da sustentabilidade da economia local e das possíveis estratégias para viabilizá-la. Foram basicamente três aspectos que precisaram ser revistos:

1. A inclusão de estudos sobre atividades alternativas à pesca e o incentivo de algumas delas revelou-se apenas como um primeiro passo no processo de construção de uma compreensão adequada da economia integrada e dos impactos que uma total ou parcial desintegração causava em termos de provocação de atitudes não sustentáveis no aproveitamento dos recursos naturais. Ficou óbvio que a primeira visão da realidade se adequa mais ao ideal de um uso sustentável dos recursos naturais da várzea, uma vez que seu conceito integrado valoriza o ecossistema como um todo e não sobrevaloriza apenas um recurso à custa de outros. Portanto, a conclusão para o projeto foi: para o gerenciamento garantir uma pesca sustentável não basta apenas orientar a administração pesqueira, mas integrar as diferentes administrações setoriais numa única gestão sistêmica.
2. Independente se a abordagem é mono ou multisetorial, no início do projeto formulou-se uma hipótese de trabalho de que as soluções dos problemas da pesca na região eram principalmente de caráter técnico. Possíveis soluções monosetoriais eram: adequar o ordenamento pesqueiro às peculiaridades locais (definir tamanho mínimo de captura de algumas espécies, tamanho de malha das redes, proibir petrechos e métodos de pesca, estabelecer épocas de defeso), experimentar formas de proteção ("Pulsefishing", fechamento de áreas) e melhorar o aproveitamento e processamento da captura (diversificar produtos, melhorar condições de higiene, de transporte e conservação). Possíveis soluções multisetoriais eram: redução de atividades de impacto negativo (pecuária, agricultura intensiva), recuperação de áreas degradadas (reflorestamento da mata ciliar com frutíferas, culturas com sistemas agroflorestais) e incentivo a um aumento da diversificação econômica (criação de animais silvestres, uso e comercialização de plantas medicinais). Embora diferentes combinações dessas medidas técnicas possam solucionar diferentes tipos de problemas, verificou-se, junto a várias instâncias (comunidades ribeirinhas, organização de pescadores e outros usuários e o Poder Público), que existe um leque de problemas mais fundamentais, relacionados com a história ocupacional da várzea amazônica e com as estruturas políticas e econômicas dominantes durante séculos na região. Trata-se basicamente de uma insuficiente organização sócio-política em todos os níveis da sociedade local (rural e urbana) e de grandes deficiências nos sistemas de comunicação social (forma e informal). A ausência ou o mau funcionamento de instrumentos democráticos que garantam a representatividade de todos os interessados na busca de soluções para a administração sustentável dos recursos naturais, tais como fóruns setoriais e/ou intersetoriais, organizações profissionais, associações comunitárias, etc., leva a uma situação na qual o bem comum torna-se bem de ninguém e, portanto, o bem do mais forte. Assim concluiu-se que a

sustentabilidade da pesca amazônica não forma parte do plano técnico, senão do plano político-organizacional.

3. Para a fase de conclusão do Projeto (96-98) foram então definidos quatro resultados a serem atingidos (Figura 2): **i)** gerenciamento institucional melhorado, **ii)** gestão participativa da pesca implementada, **iii)** pesca e outras atividades econômicas melhor compatibilizadas, e **iv)** formas de exploração pesqueira adequadas. Embora tenha ficado alguns aspectos técnicos monosetoriais e multisetoriais, o foco principal foi desviado para o fortalecimento organizacional tanto no nível institucional como no nível das organizações dos usuários e para o incentivo à implementação de uma ampla rede de comunicação que, a longo prazo, possa unir todos os envolvidos no uso dos recursos da várzea (Mitlewski, 2000b).

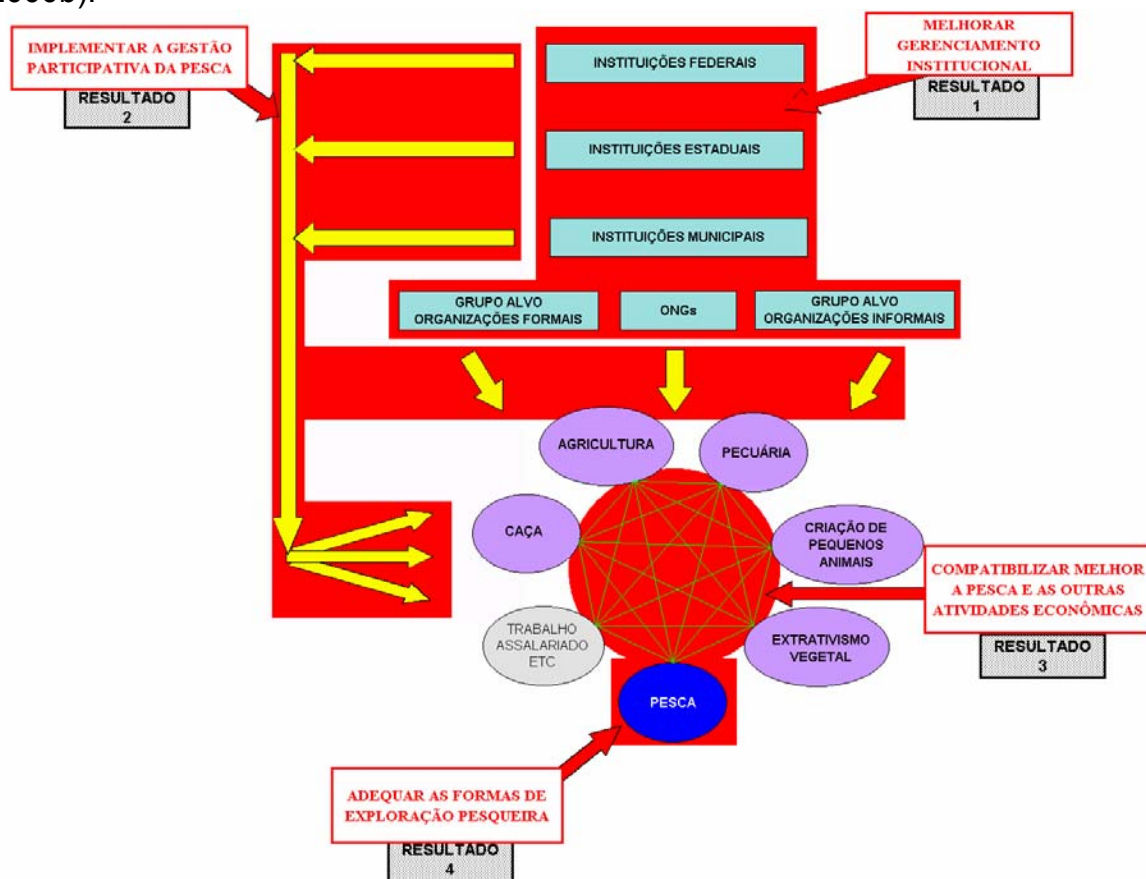


Figura 2. Áreas de intervenção do Projeto IARA na Gestão da Utilização dos Recursos Naturais.

4. Assim, o projeto desenvolveu as seguintes atividades: **i)** treinamento de funcionários das prefeituras locais em metodologias de planejamento; **ii)** treinamento “in job” de funcionários de organizações não governamentais locais (Projeto Várzea/Ipam, Projeto Saúde & Alegria) em metodologias de

levantamentos sócio-econômicos (CEC e LLR); **iii)** ministrou cursos de fortalecimento organizacional (formação de lideranças e interlocução para representantes comunitários) para comunidades ribeirinhas; **iv)** assessorou na legalização de associações comunitárias e de legalização de acordos de pesca; **v)** executou programa de educação ambiental (Bonato & Oliveira, 1994) e, **vi)** implementou curso de fiscal colaborador comunitário, visando a criação de uma consciência sobre as formas necessárias de proteção e conservação dos recursos naturais nos usuários dos recursos.

Resultados específicos

Evidenciou-se que a sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros somente poderá ser perseguida de forma conseqüente se apoiada no embasamento técnico/científico, na participação dos usuários do recurso no processo de gestão (co-gestão) e, principalmente, no desenvolvimento de processos integrados de gestão que extrapolem a atividade pesqueira e o simples processo de ordenamento desta.

Uma vez que se percebeu o quanto é fundamental viabilizar a participação dos usuários no processo de gestão e tendo em vista a natureza e magnitude dos problemas relacionados à pesca, percebeu-se que não é possível, ao Poder Público, estabelecer um processo de interlocução com indivíduos ou pequenos grupos isoladamente, na medida em que estes não são capazes de espelhar os interesses comuns, o que, necessariamente, pressupõe o fortalecimento das estruturas organizacionais das sociedades atingidas. Com o intuito de viabilizar a participação das comunidades enquanto usuárias dos recursos pesqueiros no processo de gestão participativa e de fortalecer as estruturas organizacionais das comunidades enquanto usuárias dos recursos pesqueiros, capacitou-se representantes de várias comunidades, no sentido de treinar lideranças comunitárias para atuarem como elementos de estímulo, mobilização, coordenação e representação da comunidade, bem como para atuarem como interlocutores.

Uma nova concepção de modelo de ordenamento, através de mecanismos de descentralização e democratização foi posta em prática pelo Ibama através da portaria 07/96, como função de experiências vividas pelo Projeto IARA. Nesta disposição se delegou aos Representantes Estaduais do Ibama a competência para estabelecer as normas que considerassem adequadas para a obtenção do ordenamento pesqueiro, o que determinou restrições de épocas e/ou locais para o exercício da pesca regionalmente, mas de forma coordenada.

Através da portaria 08/96 revogou-se uma série de portarias normativas e, ao mesmo tempo, a mesma regulou sobre apetrechos e métodos de pesca e tamanhos mínimos de captura para quatro espécies para toda a Bacia Amazônica, corrigindo assim, uma série de distorções que vinham ocorrendo.

Em 1997 foi elaborado pelo Ibama um documento intitulado "Administração Participativa: Um Desafio à Gestão Ambiental".. Tal documento tratou das diretrizes estratégicas à pesca, mas principalmente, estabeleceu critérios de

manejo para regularização do manejo informal que as comunidades ribeirinhas do Baixo e Médio Amazonas vinham aplicando desde há muito tempo, e que se mostraram importantes como estratégias informais de administração pesqueira uma vez que significavam um esforço comum que, em muitos casos, mostraram-se mais eficaz que as medidas formais decretadas pelo poder público. Trata-se dos chamados "Acordos de Pesca Comunitários" que reúnem um número maior ou menor de comunidades de pescadores artesanais (profissionais e/ou de subsistência) e definem proibições e normas específicas, regulando assim, a pesca de acordo com os interesses da população local.

Ao mesmo tempo, através do monitoramento dos acordos de pesca, verificou-se um grande amadurecimento por parte dos envolvidos no que tange à elaboração dos acordos. Tais acordos tiveram um salto significativo no que diz respeito aos critérios e formas de apresentação, propiciando assim que os mesmos pudessem ser legalizados através de portarias normativas expedidas pelo IBAMA.

Deu-se início a um processo de discussão junto às Colônias de Pescadores, Sindicato dos Vendedores Ambulantes, Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, Ministério Público, Conselhos de Pesca, Associação de Moradores de Bairros e, Pequenos e Grandes Proprietários no que diz respeito à gestão participativa da pesca, servindo de impulso inicial para a implementação da mesma. De um primeiro encontro saíram como propostas de encaminhamento a criação de uma Câmara Setorial de Pesca dentro do Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente, bem como o comprometimento do Ibama de descentralizar a fiscalização criando agentes ambientais de fiscalização.

Contudo, como consequência dessa primeira discussão, bem como pela divulgação de resultados do Projeto IARA a nível regional foram realizados vários Fóruns Municipais de Pesca.

Foram elaborados convênios entre o Ibama e várias Prefeituras Municipais as quais integravam atividades em parceria no treinamento de pessoal da prefeitura em metodologia de planejamento e no levantamento de dados sócio-econômicos (CEC e LLR) e treinamento de professores das áreas urbana e rural em agentes multiplicadores em Educação Ambiental junto às Secretarias Municipais de Educação; coleta de dados de desembarque pesqueiro, entre outras atividades.

O Projeto IARA sempre assumiu que a participação da população, integrada como agente ativo na administração dos processos de desenvolvimento, favorece a tomada descentralizada de decisões, o que implica na sua intervenção direta na produção de conhecimento da realidade, no planejamento, na execução, controle, avaliação e redimensionamento das ações a partir das demandas locais. A adoção desta modalidade de gerenciamento ambiental que envolve, num trabalho conjunto, os diferentes grupos de agentes relacionados com a atividade pesqueira, atende um preceito constitucional oportunizado com a redemocratização em curso no Brasil e apresenta-se como condição indispensável

para viabilizar qualquer proposta de desenvolvimento sustentável. O Projeto IARA acreditou que a participação da sociedade neste processo somente se daria de forma efetiva se ela se encontrar organizada e legitimamente representada, nas instâncias de tomada de decisões, através de suas organizações. Por esta razão, uma das diretrizes básicas para implementar e consolidar um processo de Gestão Participativa consistiu no apoio ao fortalecimento das estruturas organizacionais dos vários tipos de usuários envolvidos, de modo a possibilitar a sua integração e garantir uma interlocução formal com legitimidade para representar os respectivos interesses. Na região do Baixo e Médio Amazonas, a população residente nas comunidades ribeirinhas constituiu-se num importante agente deste processo, que, no entanto, ainda não se fazia representar de forma efetiva por apresentar fragilidades nas suas organizações. Assim, o Projeto IARA desenvolveu um processo contínuo e permanente de capacitação de lideranças que representassem os agentes envolvidos na ação, como uma pré-condição para que a participação fosse de fato efetivada. Esta ação educativa voltada à capacitação de lideranças teve como objetivo capacitá-los para intervirem no gerenciamento dos processos de tomada de decisão adequado aos interesses comunitários, além de capacitá-los para organizar, dirigir e manter o funcionamento das organizações existentes nas comunidades, além de lidar construtivamente com os conflitos no âmbito comunitário e intercomunitário. Paralelamente, e como consequência de tais processos organizacionais, ocorreu o fortalecimento das ações de manejo tradicional da pesca, localmente conhecidos como Acordos de Pesca, e que hoje estão sendo encaminhados ao IBAMA que os regulamenta através de portarias normativas, ordenando a pesca na região. É esta parceria entre as comunidades e o Estado no gerenciamento dos recursos pesqueiros que podemos chamar de co-gestão.

Contudo, a fiscalização era e é tarefa-chave para a implementação dos Acordos de Pesca. A falta do cumprimento dos Acordos de Pesca por alguns pescadores locais e de fora, é tida pela maioria dos pescadores residentes da região, como principal problema para a implementação de uma co-gestão da pesca. Fazer os pescadores cumprirem esses acordos é tarefa-chave para manter esta parceria. Nesse sentido, e até como uma fase do processo de co-gestão, estabeleceu-se uma forma sistemática de participação da comunidade, complementar a atuação do Estado na fiscalização, mas principalmente para o Agente atuar como educador ambiental junto à sua comunidade. A fiscalização participativa tem objetivos e princípios próprios. A participação da comunidade pesqueira na fiscalização visa principalmente a mudança no papel dos usuários, isto é, de objetos à atores na tarefa-chave de fiscalização, agora sugerindo, controlando e monitorando a sua execução e seus resultados. Ela também objetiva o aumento do grau de eficiência na fiscalização por órgãos competentes, através de propostas oriundas das próprias comunidades, para uma fiscalização melhor direcionada e atendendo às necessidades verificadas pelas comunidades locais e, se for necessário, através de apoio logístico. Existiam na região, há alguns anos, experiências do envolvimento informal e espontâneo de comunitários na fiscalização dos Acordos de Pesca. Baseadas nestas experiências, bem como

na Resolução nº 003 de 16.03.88 do Conama, algumas diretrizes de ação foram estabelecidas para atuação dos Agentes Ambientais Voluntários:

- O trabalho deve ser realizado por, no mínimo, 3 pessoas, garantindo assim sua desindividualização - isto porque, comunitários agindo individualmente estão freqüentemente sujeitos às pressões e ameaças contra sua pessoa por parte dos infratores; além de existir um certo receio em denunciar membros da sua própria comunidade como infratores;
- O Agente Ambiental é um comunicador que, por estar sempre em contato com a comunidade, deve atuar como uma “ponte” ligando a comunidade e as instituições ambientais;
- O Agente Ambiental deve dar preferência à resolução de conflitos entre os comunitários do que à fiscalização por órgãos externos.

Assim, após várias discussões preparatórias o Ibama, através do Projeto IARA, implementou-se na região os Agentes Ambientais Voluntários através de cursos e monitoramentos. Partindo de uma avaliação das propostas do Projeto IARA e suas respectivas ações para implementação da Gestão Participativa, os treinamentos abordaram os seguintes temas abaixo e resultaram na publicação pelo Ibama de um Manual que hoje vem sendo utilizado em outras regiões do Brasil:

- o Relações Institucionais
- o Noções Básicas de Meio Ambiente e Ecologia
- o Noções de Fauna e Flora
- o Ordenamento Pesqueiro
- o Educação Ambiental, Cidadania e Organização
- o Legislação

Resultados gerais

Talvez o que mais se destaque é a implementação de um novo modelo de gestão do uso dos recursos naturais como resultado das experiências do Projeto IARA. Tradicionalmente essa gestão foi tarefa do Poder Público Federal na figura do Ibama desde 1989, órgão executor do Ministério do Meio Ambiente. A falta de estruturas administrativas que tivessem permitido a ativa participação dos usuários (ou pelo menos das instituições locais) no processo de planejamento e monitoramento do uso desses recursos gerou uma falta de identificação, do lado dos usuários, com quaisquer medidas de administração imposta "de fora". Por outro lado, existia uma quase que total ausência da instituição federal no sentido de regulamentar e fiscalizar o cumprimento dessas medidas. Como consequência, a sociedade civil buscou suas próprias formas de manejo que reuniam, por exemplo, no caso da pesca, estratégias tradicionais (pesca em mutirão uma vez por ano, manter certos corpos d'água "de reprodução" ou "de preservação") com estratégias mais novas (proibição da pesca comercial, limitação do tamanho de

barcos “geleiros”, exclusão de pescadores de outros locais, acordos intra e intercomunitários. Infelizmente, esses instrumentos de manejo informais freqüentemente se chocavam frontalmente com a legislação vigente. O exemplo mais significativo e discutido são os acordos comunitários, pois muitas vezes tais acordos formulam regras que limitam o acesso a áreas legalmente públicas e, portanto, de livre acesso. Contudo, o projeto buscou, desde o início de sua atuação, caminhos para conciliar essas incompatibilidades. Do lado institucional, este objetivo foi atingido com a elaboração e divulgação de um documento do Ibama que formulou um novo conceito de gestão e definiu critérios para que os acordos de pesca sejam legais do ponto de vista jurídico e na proclamação da gestão participativa como instrumento indispensável para garantir o uso sustentável dos recursos pesqueiros. Ao mesmo tempo, sensibilizaram-se as comunidades ribeirinhas para o fato dos acordos terem que se enquadrar nos moldes da legislação em vigor para poderem ser legalizados, além de incentivar e apoiar a criação de Conselhos Municipais para que este sirva de palco de negociação entre os usuários e avalizador de tais acordos. O objetivo desses esforços foi de obter acordos com o viés conservacionistas, porém sem o radicalismo de proibição de uso para uns e privilégios para outros, partindo da convicção que a operacionalização da sustentabilidade é possível manejando o recurso como recurso comum e não como recursos de uso exclusivo.

Outro resultado importante foi o considerável fortalecimento das organizações de classe dos pescadores, resultando num aumento significativo no número de sócios nas colônias de pescadores. O projeto apoiou as colônias através de reuniões de sensibilização com pescadores e, sobretudo, através de uma campanha sobre seguro-desemprego. Atualmente, as colônias de pescadores do Baixo Amazonas têm se transformado em agentes de peso, até político, nas discussões locais sobre estratégias de manejo sustentável.

Em vários municípios da região, o Projeto IARA incentivou e acompanhou ativamente a formação de fóruns de pesca ou da pequena produção, com o objetivo de envolver a sociedade civil no gerenciamento organizado dos usos dos recursos naturais. Como essa transformação implica em mudanças de hábitos tradicionais, tanto do lado governamental como não governamental, ela se realiza na forma de um processo demorado de reestruturação organizacional da sociedade como um todo. Embora esse processo apenas tenha sido iniciado, mostrou-se, em alguns casos concretos, capacidade de amenizar conflitos, integrando representantes dos vários grupos interessados na definição de soluções que são aceitáveis por todos.

Paralelamente, fez-se um grande esforço para superar o isolamento institucional e disciplinar. Colaboraram com o Projeto IARA, Prefeituras, Instituições de Fomento (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico através do Programa Trópico Úmido -CNPq/PTU), Instituições de Pesquisa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, Museu Paraense Emilio Goeldi-MPEG, Faculdades de Ciências Agrárias do Pará-FCAP), Instituições de Ensino e Pesquisa (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA, Universidade Federal do Pará-UFGPA, Faculdades Integradas do Tapajós-FIT,

Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-CEPATU/EMBRAPA), Organizações Não-governamentais (Projeto Saúde & Alegria, Projeto Várzea/Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia-IPAM), Organizações de usuários (Colônias de Pescadores, Associações Comunitárias), além da cooperação informal de inúmeras outras instituições e organizações dos níveis federal, estadual e municipal. Por outro lado, integrou-se no projeto, pesquisas e ações nas áreas de biologia, tecnologia, sociologia, antropologia, ciências políticas, comunicação, direito, pedagogia, geografia, ciências agrárias, informática, entre outras. Essa abordagem multidisciplinar e multiinstitucional resultaram numa visão muito mais sistêmica do uso dos recursos naturais e valorizou, através da aproximação entre a administração e o público, e através de várias publicações científicas e populares, a economia familiar integrada da população ribeirinha.

O projeto incentivou pequenos projetos piloto na área de atividades econômicas alternativas à pesca (reflorestamento de áreas degradadas de lagos; hortas escolares), bem como estudou a viabilidade de projetos piloto nas áreas de criação de animais silvestres em cativeiro e aproveitamento de plantas medicinais. Tais pequenos projetos tiveram como objetivo mostrar a viabilidade e eficiência da economia diversificada em regiões onde a pesca tinha se tornado atividade quase que exclusiva. Por um lado, foi importante a forte disposição das comunidades em "voltar" a uma estratégia econômica integrada e diversificada, mas por outro lado, o pouco sucesso de alguns desses projetos se deu em função da deficiente organização interna que não conseguiu que os vários e freqüentemente discordantes grupos das comunidades colaborassem durante o tempo necessário. Verificou-se assim que, mais uma vez, sob as condições econômicas e demográficas atuais, a economia familiar na várzea apresenta uma tendência à obtenção da sustentabilidade da produção familiar à custa da sustentabilidade dos vizinhos (conflitos fundiários, invasão de roçados por gado, áreas exclusivas para a pesca), caso não esteja disciplinada através de uma organização sócio-política interna que garanta o espaço de cada um, num contexto conservacionista do uso dos recursos ambientais.

O Projeto IARA, como projeto de cooperação técnica internacional, terminou no final de 1998. Apesar de ter criado, ao longo desses anos, estruturas de participação, co-gestão, organização, comunicação/informação que desenvolveram sua própria dinâmica, e que talvez não precisassem mais do projeto para continuarem, a finalização brusca do projeto significaria um retrocesso em pelo menos três sentidos:

1. O projeto estabeleceu um sistema de monitoramento permanente da produção pesqueira que precisava ter continuidade para permitir um planejamento pesqueiro baseado em informação objetiva. Uma interrupção deste trabalho prejudicaria até os levantamentos já realizados, uma vez que eles têm valor apenas em seqüências temporais longas, ou seja, como parte de uma série de dados que podem ser comparados. A falta de dados no futuro, portanto, desvalorizaria os dados do passado.

2. O processo da implementação da gestão participativa da pesca foi iniciado, mas para a sua verdadeira consolidação, fazia-se necessário ainda muita energia, criatividade e credibilidade institucional. Uma vez que o sistema de co-gestão gera, além de muitas expectativas, ainda bastante suspeitas, era importante que a idéia fosse levada adiante com seriedade e transparência. Uma interrupção do esforço do IBAMA neste sentido poderia causar muito descrédito tanto à imagem e função da instituição como também ao sucesso do gerenciamento em conjunto, o que significaria, ao mesmo tempo, uma ameaça séria à sustentabilidade do recurso.
3. A tendência à monoculturização da economia regional somente poderia ser combatida através de um trabalho contínuo de incentivo e assessoria ao uso diversificado dos vários recursos naturais disponíveis. O projeto mostrou os possíveis caminhos e desenvolveu métodos exitosos. Era indispensável continuar esse esforço e, ao mesmo tempo, sensibilizar os políticos locais e regionais sobre o assunto para conservar a bio e sociodiversidade da região da várzea amazônica.

Assim, com o intuito de dar continuidade ao processo iniciado no médio Amazonas, mas também consolidar, fortalecer e expandir a experiência em outras áreas da Amazônia, o IBAMA submeteu o Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea) ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) para atender ao seu conjunto de objetivos maiores, em caráter piloto, ao longo da calha do rio Amazonas. O PPG7 é uma iniciativa conjunta do governo brasileiro, da sociedade civil brasileira e da comunidade internacional, que busca encontrar formas de conservar as florestas tropicais da Amazônia e da Mata Atlântica. A finalidade do programa é maximizar os benefícios ambientais das florestas, de modo consistente com as metas de desenvolvimento do Brasil e de seu povo.

O Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea iniciou em julho de 2000 e objetiva estabelecer as bases técnica, científica e política para a conservação ambientalmente e socialmente sustentáveis dos recursos naturais da várzea, com ênfase nos recursos pesqueiros. Os principais problemas a serem trabalhados são:

Degradação ambiental. A várzea é um ecossistema ameaçado pela destruição de habitats, pesca não manejada e exploração madeireira predatória. A destruição de habitats (especialmente, remoção da cobertura florestal) para implantação de fazendas de gado bovino e criação de búfalos reduz a oferta de alimento e abrigo para os peixes, afetando severamente a cadeia produtiva do ecossistema através do impacto sobre a vegetação marginal, principalmente macrófitas aquáticas.

Sobrepesca. Particularmente nas espécies de peixe que têm sofrido maior esforço pesqueiro como a piramutaba (*Brachyplatystoma vailantii*), o tambaqui (*Colossoma macropomum*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*). Essas espécies têm em comum o fato de serem muito apreciadas para o consumo, atingirem tamanhos relativamente grandes, e possuírem uma baixa taxa de crescimento.

Conflitos sociais. A redução dos estoques do pescado tem causado conflitos entre os pescadores profissionais e ribeirinhos pelo direito de uso dos recursos. A

escassa presença governamental na região tem contribuído para agravar esses conflitos. Na ausência do Governo, as organizações locais (comunidades e ONGs) estão desenvolvendo sistemas de manejo fora do sistema formal de gestão. Embora essas iniciativas tenham aspectos positivos e inovadores, faltam amparo legal, embasamento científico e mecanismos para integrá-las em um modelo para a gestão dos recursos naturais na várzea.

Escassez de sistemas de manejo. Embora haja vários estudos básicos sobre a ecologia de várzea (estrutura, funcionamento e biodiversidade), há uma escassez de estudos aplicados e sistemas de manejo efetivos para esse ambiente. Como consequência, as práticas atuais de uso dos recursos naturais são largamente não manejadas e extensivas.

Ausência de políticas específicas. As políticas públicas elaboradas para a Amazônia têm negligenciado a especificidade do ecossistema de várzea. Em geral, essas políticas (planejamento, desenvolvimento rural, conservação, monitoramento e controle etc.) são excessivamente genéricas e voltadas às florestas de terra firme. Em parte isto é devido à área de várzea ficar reduzida quando se trata a Amazônia na escala regional, o que não é proporcional à sua importância ecológica e econômica.

Escassez de Unidades de Conservação. Apesar de a várzea ser um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade, há poucos esforços para a conservação do seu ambiente natural.

Gestão Ineficiente. Na várzea, a extensão territorial, a complexidade do meio ambiente e a diversidade de atividades econômicas impõem um grande desafio para a gestão pública. O sistema atual, ainda centralizador e pouco participativo, tem se revelado incapaz de ordenar o processo de ocupação e utilização dos recursos naturais da várzea.

Assim, baseado nas experiências acumuladas o ProVárzea está trabalhando com as seguintes estratégias:

- (i) Apoio local. Em uma área extensa como a várzea, apenas medidas aceitas e defendidas pela população local têm chances de serem efetivas. No que se refere à pesca, já há alguns mecanismos estabelecidos pelas comunidades e apoiadas pelos órgãos governamentais. Um exemplo promissor são os acordos de pesca regulamentados pelo IBAMA e também adotado pelos órgãos estaduais de meio ambiente. Outro exemplo são os acordos de manejo de gado, principalmente, bubalino intermediados pelo Ministério Público Federal.
- (ii) Descentralização da gestão. Experiências de campo têm revelado a importância da gestão descentralizada e participativa. O IBAMA iniciou a descentralização da gestão com significativa e crescente participação dos usuários no processo de tomada de decisão. Por um lado, essas mudanças resultam da pressão social gerada pelos conflitos entre grupos de usuários pelo controle dos recursos, e, por outro, é um reconhecimento de que grupos comunitários organizados, em toda a extensão da várzea do rio Amazonas, estão assumindo responsabilidade pela gestão dos recursos naturais.

- (iii) Formulação de políticas coerentes. Há poucos estudos avaliando o impacto das políticas governamentais, (crédito rural, energia elétrica, navegação de cabotagem, hidrovias e portos) na definição das tendências econômicas, agravamento dos conflitos sociais e degradação ambiental da várzea. Nos projetos piloto planejados para a região, essa distorção deve ser corrigida com base nos resultados gerados por estudos estratégicos.
- (iv) Envolver todos os grupos de interesse, principalmente grandes proprietários. Na discussão do manejo participativo apenas as comunidades têm sido priorizadas, relegando a importância dos grandes proprietários e das empresas (madeireiras, empresas de pesca comercial, frigoríficos e fazendas de gado e búfalo). No Médio Amazonas, a maior parte dos lagos incluídos nos acordos de pesca está situada em torno de grandes propriedades.
- (v) Diversificar a base econômica. Alguns projetos experimentais estão desenvolvendo alternativas econômicas à pesca (reflorestamento, hortas, plantas medicinais, agricultura, criação de animais silvestres, ecoturismo, etc.). Os resultados preliminares revelam avanços no sistema de produção, mas ainda há vários obstáculos ao uso múltiplo dos recursos naturais da várzea, incluindo a fraca organização sócio-econômica das comunidades (por exemplo, cooperativas de produção), e um sistema inadequado de comercialização dos produtos.

ProVárzea

O Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea foi concebido inicialmente em 1997, cinco anos após o início do Programa Piloto, no intuito de promover a conservação e o uso racional dos recursos naturais da várzea com ênfase nos recursos pesqueiros, objetivando (i) subsidiar a elaboração de políticas públicas e aperfeiçoar os sistemas de manejo, monitoramento e controle através de estudos estratégicos; (ii) apoiar e promover o desenvolvimento de sistemas de manejo dos recursos naturais da várzea através de iniciativas promissoras; e (iii) desenvolver, implantar e testar um sistema de monitoramento e controle dos recursos naturais da várzea descentralizado e participativo. O relatório de “appraisal” do ProVárzea foi finalizado em maio de 1998 e o Acordo de Doação (RFT 020727) foi assinado em novembro de 1999. A efetiva implementação do ProVárzea, no entanto, iniciou-se somente no início do 2º semestre de 2000. O ProVárzea tem sido executado, desde o seu início, por meio do Projeto PNUD BRA 00/008. O projeto foi estruturado em quatro componentes: Estudos Estratégicos, Iniciativas Promissoras, Monitoramento & Controle, e Coordenação. A seguir, apresentamos uma breve descrição da trajetória de implementação do projeto, por componente, com destaque para as principais ações realizadas e resultados alcançados no período de 2000 a 2004.

1.1 Componente: Estudos Estratégicos

O objetivo deste componente é apoiar estudos e análises estratégicas sobre os temas que afetam a conservação e o uso racional da várzea, em especial, os recursos pesqueiros. Estes estudos serão utilizados para (i) subsidiar

a elaboração de políticas públicas específicas e coerentes para a várzea; e (ii) auxiliar o desenvolvimento das iniciativas promissoras (componente 2) e promover o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e controle (componente 3).

O fundamento conceitual da inclusão do componente dos Estudos Estratégicos ao ProVárzea foi o entendimento que a base de conhecimento sobre os recursos naturais da várzea, sobre a eficiência sustentável do seu manejo e sobre as respectivas condições sociais, econômicas, políticas e legais era extremamente deficiente, até comparado com os conhecimentos sobre outras áreas geográficas da mesma Amazônia.

Conteúdo dos estudos. Os temas indicados para os estudos estratégicos foram pré-selecionados durante as oficinas de preparação do projeto e através de consultas aos coordenadores das iniciativas promissoras pré-selecionadas, líderes de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e cientistas com atuação na região de várzea. Esses temas incluem legislação ambiental e fundiária, economia de recursos naturais, conservação e biodiversidade, sistemas de gestão, manejo dos recursos naturais e políticas públicas. Assim, o ProVárzea contratou oito Estudos Estratégicos, como segue:

EE 01. Gestão participativa dos recursos aquáticos: avaliação das experiências de manejo participativo e integração com o poder público – objetiva auxiliar na elaboração de políticas de apoio para gestão participativa dos recursos naturais de várzea, com ênfase nos recursos pesqueiros.

EE 02. Setor pesqueiro: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento da indústria da pesca – visa analisar a situação atual da economia pesqueira e identificar as tendências de desenvolvimento do setor pesqueiro na Amazônia brasileira.

EE 03. Bases para o manejo da pesca dos grandes bagres migradores – objetiva atualizar, gerar e integrar informações para um sistema de manejo dos estoques dos grandes bagres migradores.

EE 04. Agricultura e Pecuária: diagnóstico e propostas para a melhoria do uso do solo na várzea – objetiva avaliar as práticas do uso da várzea para a agricultura e pecuária, identificar experiências promissoras e propor políticas para o setor agropecuário para a várzea amazônica.

EE 05. Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas – visa elaborar um diagnóstico socioambiental participativo para subsidiar políticas públicas que tenham enfoque na eliminação da pobreza e promovam a equidade social, a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais da várzea da região central da bacia amazônica.

EE 06. Aspectos jurídicos e fundiários da utilização social, econômica e ambiental da várzea: análise para elaboração de modelos de gestão – objetiva adequar e/ou (re)formular instrumentos legais com vistas à conservação, uso sustentável e gestão integrada da várzea.

EE 07. Setor florestal: valorização, manejo, uso e conservação dos recursos florestais de várzea – objetiva caracterizar o manejo florestal, produção, comercialização, certificação de produtos madeireiros e não madeireiros na várzea, identificar obstáculos e oportunidades e propor adequações da legislação para áreas de várzea.

EE 08. Bases científicas para a conservação da várzea: identificação e caracterização de regiões biogeográficas – visa caracterizar ecologicamente a várzea para subsidiar sistemas sustentáveis de manejo e a identificação de áreas prioritárias para conservação.

A formulação dos objetivos, resultados, indicadores e pressupostos para o componente foi realizada dentro da filosofia geral do projeto de garantir a produção de insumos para adequar as políticas públicas, através da elaboração, publicação e divulgação de informações relevantes.

Numa primeira tentativa, o ProVárzea visou implementar os EE através de licitações para organismos de pesquisa e outras organizações, experimento que não deu certo, pela limitação das capacidades institucionais e orçamentais disponíveis. A estratégia finalmente adotada consistiu na contratação direta de grupos de especialistas, selecionados pela própria coordenação do projeto. Embora essa forma de execução demandar um esforço maior por parte da coordenação do Projeto, ao mesmo tempo permite um maior controle sobre a realização dos Estudos e, conseqüentemente, maior orientação desses nas exigências por informação específica (relevância) do ProVárzea.

A estratégia de implementação dos EE mostrou-se válida, considerando seu bom andamento até hoje. Apenas o EE4 (agricultura e pecuária na várzea) começou com um considerável atraso e está somente desde setembro 2003 em execução. Uma vez que, nos últimos meses, os produtores de soja começaram a cultivar grandes áreas nos municípios de Santarém e vizinhos e mostram interesse em testar a aptidão da várzea para a mesma finalidade, a relevância desse Estudo aumentou urgentemente, de forma que se sugere um enfoque especial à problemática.

A relevância do objetivo (promover subsídios para os componentes 2 e 3, assim como, para adequação das políticas públicas), dos resultados (elaboração de 8 Estudos, disseminação dos resultados, impacto nas políticas públicas) e dos indicadores (vide 3.1) continua vigente.

No entanto, o projeto sentiu a necessidade de acompanhar mais de perto o andamento e os efeitos da execução dos Estudos Estratégicos e incentivou o Ministério de Meio Ambiente/Ibama a realizar de 09 a 12 de dezembro de 2002, o *1º Seminário de Resultados do Componente Estudos Estratégicos do Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea, no âmbito do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7*, visando promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre as equipes envolvidas com os estudos estratégicos e as iniciativas promissoras; identificar as relações entre os estudos estratégicos, as políticas públicas e outros componentes do PPG7; identificar instituições e grupos de interesse relacionados aos estudos estratégicos

e promover a integração entre os estudos estratégicos e as iniciativas promissoras.

No 2º seminário, realizado em agosto de 2003, foi feito o mapeamento institucional para cada estudo, de maneira a se identificar as instituições que deverão participar dos seminários de apresentação dos resultados e discussão de proposta de políticas públicas para cada estudo, além da definição de procedimentos de acesso aos relatórios parciais entre as equipes executoras dos estudos.

O 1º seminário mostrou avanços satisfatórios dos estudos implementados, tanto em relação à própria elaboração de informação como, também, ao esforço de sistematizar o conhecimento, no sentido de operacionalizá-lo para outros estudos (ao qual o próprio seminário contribuiu muito), outros componentes do Projeto (Iniciativas Promissoras e Monitoramento & Controle), assim como, para contribuir à re-formulação e/ou adaptação das políticas públicas respectivas. Neste último contexto destaca-se o estudo jurídico-fundiário, que permitiu ao Projeto atuar diretamente no Grupo de Trabalho sobre Áreas Úmidas e Pantanal do Conama que trata da regularização de Áreas de Preservação Permanente – APPs, colaborando com a regulamentação do novo código florestal, assim como, o estudo sobre bagres migradores que subsidiou a formulação de portaria/Instrução Normativa do Ibama sobre a pesca da piramutaba no estuário do Amazonas.

De suma importância para alcançar o objetivo do componente é a estratégia, adotada no 2º seminário, de já se preocupar nesta fase do Projeto com a forma efetiva de disseminação dos resultados aos interessados e responsáveis mais relevantes no sentido de prometer que resultados realmente subsidiem a formulação de políticas públicas.

Os EE ainda estão em fase de conclusão ou, no caso do Estudo sobre Agricultura na várzea, iniciando. Os resultados, portanto, são ainda preliminares e impactos incipientes. Eventos internos, como o *1º Seminário de Resultados do Componente Estudos Estratégicos do Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea, no âmbito do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7*, ajudam na compatibilização dos Estudos, na disponibilização dos resultados para os outros componentes do Projeto e na formatação prévia dos conhecimentos e informações levantadas e sistematizadas para sua divulgação para os tomadores de decisão e para o público em geral.

Como impactos diretos dos EE tem que mencionar, sobretudo, o subsídio que os resultados do Estudo dos bagres migradores deram a formulação da Instrução Normativa do Ibama para o ordenamento da pesca da piramutaba no estuário do Amazonas, assim como o estudo do setor pesqueiro no subsídio à Instrução Normativa para o ordenamento da pesca do tambaqui e defesos anuais.

Ainda a colaboração do Estudo jurídico-fundiário na reformulação da regulamentação das Áreas de Preservação Permanente – APPs no novo código florestal através do Grupo de Trabalho sobre Áreas Úmidas e Pantanal do Conama.

Durante a Revisão de Meio termo do projeto, em outubro de 2003 foi levantada a possibilidade de contratação de dois novos estudos: (i) viabilidade do manejo do jacaré, e (ii) pesca esportiva, seu ordenamento e viabilidade. O ProVárzea chegou a enviar propostas para alguns parceiros, com o objetivo de viabilizar esses estudos. No entanto, devido à saída do DFID a partir de maio de 2005, responsável pelo financiamento de 100% desse componente, não será possível a realização de novos estudos dentro do modelo originalmente preconizado pelo projeto. No entanto, existe a possibilidade de que o estudo sobre pesca esportiva venha ser apoiado pelo Projeto Aquabio, e que o estudo sobre manejo de jacaré seja financiado através de uma parceria (em negociação) com o Instituto Zoológico de Londres. Ainda, dois estudos adicionais foram demandados em 2004: i) a Viabilidade de Investimentos e Linha de Crédito para o Setor Pesqueiro, e ii) análise de impacto da piscicultura em tanque-rede; ambos considerados prioritários, porém o projeto ainda está buscando alternativas de financiamento para os mesmos.

1.2. Componente: Iniciativas Promissoras

O objetivo deste componente é desenvolver e testar sistemas de manejo dos recursos naturais da várzea, bem como fortalecer as organizações de base para a gestão desses recursos através de iniciativas promissoras.

Durante a preparação do Projeto, um grupo de consultores brasileiros identificou, avaliou e pré-selecionou um conjunto de iniciativas promissoras ao longo da calha do Amazonas (exceto a região do estuário) em três áreas temáticas: (i) conservação de ecossistemas e proteção à biodiversidade; (ii) desenvolvimento e difusão de sistemas de manejo dos recursos da várzea; e (iii) fortalecimento das organizações de base e instituições públicas no processo de gestão dos recursos naturais da várzea.

Os subprojetos foram pré-selecionados com base nos seguintes critérios: (i) uso múltiplo dos recursos naturais da várzea; (ii) minimização dos impactos ambientais; (iii) contribuição para a melhoria da qualidade de vida das populações afetadas; (iv) capacidade técnica do executor; (v) potencial demonstrativo e de replicabilidade; (vi) caráter inovador; (vii) liderança e compromisso do proponente; (viii) disseminação dos resultados; (ix) viabilidade econômica potencial dos projetos de uso sustentável dos recursos; (x) capacitação de lideranças locais; e (xi) contrapartida do executor. Esses critérios foram os utilizados para a pré-seleção das iniciativas promissoras de manejo dos recursos naturais da várzea.

Os critérios desta seleção foram os mesmos utilizados na pré-seleção, porém foram analisadas as propostas detalhadas de cada iniciativa, bem como os documentos legais necessários para a elaboração dos contratos. A proposta completa devia conter também informações sobre a instituição proponente (qualificação da equipe técnica, experiência com projetos similares, orçamento anual da instituição), conteúdo do subprojeto (objetivos, justificativa, atividades e resultados esperados, cronograma, indicadores de monitoramento da iniciativa, memória de cálculo e contrapartida de pelo menos 30% do custo total do projeto).

A proposta devia discutir possíveis impactos ambientais e sociais e apresentar maneiras para minimizá-los e monitorá-los. Para eventuais subprojetos em áreas indígenas, a proposta devia documentar a participação das populações indígenas no plano diretor de acordo com requerimento do Banco Mundial (“Bank’s Operational Directive 4.20, Indigenous Peoples”).

As atividades elegíveis dentro de cada subprojeto para financiamento incluem assistência técnica, treinamento, infra-estrutura mínima e equipamentos, disseminação dos resultados e gastos administrativos. As instituições beneficiárias são Ongs, instituições de pesquisa e ensino, fundações sem fins lucrativos, associações de produtores e cooperativas. O orçamento máximo possível por subprojeto na 1ª fase foi de até US\$ 500.000 (quinhentos mil dólares) por um total de quatro anos.

Após análises das propostas e deliberações da Comissão de Acompanhamento, foram contratados na 1ª fase apenas 7 subprojetos que iniciaram em 2001.

Com a disponibilidade de recursos financeiros para o componente, foram lançados posteriormente mais 2 editais de chamada (novembro/2001 e março/2003) com a contratação de mais 6 e 13 subprojetos, respectivamente.

Assim, atualmente o ProVárzea está financiando 25 subprojetos em 32 municípios da calha dos rios Amazonas-Solimões, num total de investimentos da ordem de R\$ 9 milhões.

Durante esses últimos anos o Projeto se deparou com várias dificuldades que serviu de base para o aperfeiçoamento de procedimentos que permitiu que ao componente avançar no sistema de seleção dos subprojetos, assim como no sistema de monitoramento físico-financeiro e de disseminação por meio da troca de experiências através de seminários, oficinas, treinamentos, assistência técnica e dias de campo.

As Iniciativas Promissoras, atualmente em execução e selecionadas cuidadosamente, obedecem todos aos critérios estabelecidos. A execução, além de problemas esporádicos com atrasos de prestação de contas e conseqüente bloqueio de desembolso, segue o caminho preestabelecido pelo cronograma de cada sub-projeto.

O componente como um todo se aproxima às metas estabelecidas, existindo já várias instituições que estão adotando formas de manejo desenvolvidas por subprojetos apoiados pelo ProVárzea ou demandando a respectiva assistência técnica. No que se refere aos indicadores quantitativos, a tendência atual parece estar no caminho satisfatório, embora somente o monitoramento sistemático dos efeitos das Iniciativas Promissoras, que está sendo implementado, vai dar os primeiros resultados sistemáticos no ano que vêm, e permitirá verificar os resultados de forma confiável e definitiva.

1.3 Componente: Monitoramento & Controle

A meta do Componente 3 é testar e implementar um sistema integrado de monitoramento, controle e fiscalização de uso dos recursos naturais da várzea em duas áreas piloto na Amazônia brasileira: região de Santarém (PA) e, originalmente, na região de Silves (AM) e posteriormente na região do município de Parintins (AM). A ênfase no recurso pesqueiro era justificada pela existência de outros projetos do PPG7 na mesma área tratando do monitoramento das outras atividades de uso do solo: (i) ProManejo (recurso florestal) e (ii) PGAI/SPRN (uso do solo em geral).

Com a finalidade de monitorar e controlar sistematicamente o uso racional dos recursos naturais da várzea amazônica, o ProVárzea formatou este componente em 3 sub-componentes com estratégias diferentes, embora complementares:

M&C 1. SIG - Estruturar e fazer funcionar adequadamente um Sistema de Informações Geográficas para as duas áreas piloto

M&C 2. Estatística Pesqueira - Implementar um Sistema Integrado de Monitoramento e Análise do desembarque pesqueiro ao longo da calha Amazonas/Solimões

M&C 3. Co-gestão - Definir e implementar mecanismos de Co-gestão

As duas regiões foram escolhidas porque (i) desenvolviam experiências de modelo de gestão em curso; (ii) abrigavam movimentos comunitários ativos para conservação e/ou manejo de lagos de várzea; (iii) havia participação dos governos locais no processo de gestão; (iv) contavam com apoio do Ibama para integrar essas experiências locais em uma estrutura formal de gestão dos recursos naturais; (v) coincidiam com as áreas que estão dentro dos projetos do PGAI/AM e PGAI /PA (Subprograma Políticas de Recursos Naturais).

Operacionalmente, as duas áreas pilotos estão conectadas com a Unidade Gestora (Manaus) que fornece informações sobre o estado atual dos recursos da várzea. O objetivo é subsidiar os órgãos responsáveis pela implementação de políticas ambientais e ações de fiscalização, entre eles o Ibama (Gerex/AM, Gerex/PA), IPAAM (AM) e Sectam (PA).

Em termos específicos, foram previstas e realizadas as seguintes atividades: (i) formação de um banco de dados sobre as características físicas e ecológicas da várzea, hidrologia; (ii) utilização de informações geradas por outros projetos e/ou instituições tais como imagens de satélite (ProManejo, PGAI/AM, PGAI/PA), dados hidrológicos, rebanho bovino e bubalino (IBGE); (iii) coleta de informações sócio-econômicas, mapeamento dos principais locais de pesca, conflitos e acordos de pesca (iv) manutenção e ampliação da estatística pesqueira em 16 portos de desembarque ao longo do rio Amazonas; (v) desenvolvimento do SIG para a várzea; (vi) treinamento de agentes ambientais e técnicos

governamentais para fiscalização; (vii) criação e fortalecimento dos conselhos comunitários de pesca (local) e apoio a formação do comitê de gestão (regional). Esse comitê iria analisar as informações geradas pelo monitoramento e recomendar medidas de regulamentação, normatização e políticas públicas. Ainda, a execução do componente foi concebida de forma descentralizada e envolvendo as seguintes instituições: Sectam, IPAAM, MPEG, Ufam, SCM, Granav, Prefeituras de Parintins e Santarém, Ipam e IARA.

A implementação do SIG, dependendo principalmente, de recursos da cooperação financeira alemã, sofreu considerável atraso, uma vez que as respectivas verbas apenas foram disponibilizadas a partir de março de 2003. Em 2003 estabeleceu-se parceria com o Sipam, do qual estamos obtendo apoio físico e tecnológico. O componente avançou no desenvolvimento do modelo do SIG para a várzea no sentido deste ser adaptado a responder as demandas específicas da várzea. Os principais produtos gerados até o momento são: i) espacialização da estatística pesqueira nas áreas-piloto, ii) levantamento de verdades de campo para classificação, iii) conclusão da base cartográfica das áreas-piloto, iv) atualização dos dados censitários das comunidades de várzea do município de Santarém, v) classificação preliminar da vegetação da várzea e vi) atendimento de demandas diversas dos outros componentes.

A estatística pesqueira foi implementada em 17 municípios ao longo da calha dos Amazonas-Solimões e vem expandindo o sistema para os estados do Acre e Rondônia. Os resultados deste sub-componente incluem: (i) o lançamento do livro “A Pesca e os Recursos Pesqueiros na Amazônia Brasileira”; (ii) publicação de boletins estatísticos anuais; (iii) disponibilização dos dados na Internet; iv) identificação, mapeamento e disponibilização de informações dos locais de pesca nas áreas piloto subsidiando o manejo comunitário de pesca através dos acordos de pesca; e (v) uso dos dados para subsidiar instruções normativas referentes aos períodos de defeso.

Dos 3 sub-componentes aqui em questão, o desenvolvimento da gestão participativa tem mais visibilidade. Tanto do lado institucional (Ibama federal, estadual e local, Governos de Estados, Prefeituras), como do lado da sociedade civil (Agentes Ambientais Voluntários, Comitês de Gestão etc.) têm acontecido mudanças promissoras e aproximações aos objetivos do ProVárzea que fazem da co-gestão um sistema não apenas planejado, mas já acontecendo.

No fortalecimento da co-gestão, o Projeto trabalhou em várias frentes: (i) O fortalecimento/institucionalização do sistema dos Agentes Ambientais Voluntários, representantes da sociedade civil organizada que ajudam aos órgãos competentes na constatação de infrações ambientais; (ii) O fortalecimento/institucionalização dos Acordos de Pesca, formas de regulamentação entre usuários locais dos recursos pesqueiros, visando a adoção de alternativas de manejo sustentável e de comum acordo entre os interessados; (iii) O fortalecimento geral a organizações de usuários, produtores e sociais na região da várzea; (iv) O apoio a novas formas de cooperação inter-institucional das entidades responsáveis para a fiscalização e controle ambiental (Unidade de Defesa Ambiental – Unida sem Santarém); (v) Uso de métodos participativos nas diferentes ações do Projeto (Censos Estatísticos

Comunitários, Capacitações, Seminários etc.) e (vi) Capacitação específica em métodos de co-gestão para instituições relevantes. Essas diferentes dimensões de implementação respondem às necessidades da realidade social conflitiva ao redor do uso dos recursos naturais da várzea, e da capacidade insuficiente de intermediação tanto por parte das instituições competentes como das políticas públicas e das suas bases legais.

O sistema de Monitoramento & Controle, com certeza o coração do ProVárzea, em partes sofreu atrasos, em partes avançou mais do que previsto. Os atrasos não se avaliam como críticos para obter os resultados planejados, uma vez que, tendo preparado bem e já iniciado a implementação do SIG, sua utilidade como instrumento de monitoramento vem se operacionalizando, embora poderá ser necessário um certo redimensionamento pelo atraso de implementação. Os progressos na implantação da co-gestão, por outro lado significam o potencial mais importante para o Projeto atingir e até consolidar os objetivos avisados.

Entre as várias ações do ProVárzea na área da definição e operacionalização de políticas públicas pode-se destacar:

- contribuição para a institucionalização dos Agentes Ambientais Voluntários como forma de controle social e participação popular no processo de co-gestão, através da Instrução Normativa nº 19;
- contribuição para a reformulação/adequação da Instrução Normativa nº19 que regulamenta o trabalho dos Agentes Ambientais Voluntários;
- contribuição para a institucionalização dos acordos de pesca como instrumento de ordenamento pesqueiro através da Instrução Normativa nº 29
- iniciativa do Projeto de capacitar técnicos do Ibama, Oemas e Ongs sobre manejo comunitário, visando apoiar a operacionalização da Instrução Normativa nº 29 que regulamenta os Acordos de Pesca;
- implementação e apoio ao Grupo de Trabalho da Várzea em Santarém, com participação de mais de 10 organizações governamentais, não governamentais e privadas;
- implementação da Unidade Integrada de Defesa Ambiental – Unida, espaço de cooperação em conjunto para a gestão ambiental entre Governo do Estado do Pará (Polícia Militar, Polícia Civil), Ibama, Ministério Público Estadual e Federal, Capitania dos Portos e Prefeitura de Santarém.

O ProVárzea contribuiu com a capacidade técnica do Ibama e de uma série de instituições e organizações parceiras na área de SIG, e gerando informações ambientais e socioeconômicas especializadas subsidiando o ordenamento pesqueiro na região, assim como subsidiando a elaboração de políticas públicas pelo governo através do Plano da BR 163 Sustentável.

A análise dos impactos da Estatística Pesqueira mostrou certo impacto das informações geradas. Várias instituições vêm solicitando os dados e informações já obtidas por este componente, tais como o Ibama, Basa, Instituto Py-aguaçu,

Projeto AquaBio, Ufam (teses de mestrado e doutorado), SCM (Mamirauá), Assembléia Estadual do Amazonas. O projeto conduziu um levantamento de demandas por parte dos tomadores de decisão, e está no momento analisando essas demandas.

Na área de co-gestão, o ProVárzea talvez tenha conseguido o impacto maior e mais importante, em comparação com os esforços nos outros setores. Por um lado, constataram-se sucessos consideráveis no fortalecimento de organizações de base (Associação de Mulheres, Colônias de Pescadores, Comunidades de Várzea, Associações de Produtores, ONGs, etc.), por outro lado, pelo menos de igual importância, percebeu-se o desenvolvimento favorável nas estratégias e políticas da administração pública, responsável para o controle ambiental (Prefeituras, Órgãos Estaduais e Federais), buscando maior aproximação com a sociedade civil e mostrando interesse em melhorar a eficiência da própria atuação, através de estruturas de cooperação tanto inter-institucional como entre órgão e população.

É importante registrar que o ProVárzea não só vem aprimorando os mecanismos de operacionalização do processo de co-gestão, mas também está buscando mecanismos de institucionalização da co-gestão através de estudos referentes à vantagem macro-econômica, análise organizacional do Ibama e definição de marco legal para a preparação de mecanismos legais e integração dos mesmos às leis federais.

1.4 Componente: Coordenação

Com a finalidade de garantir a execução afinada, integrada e eficaz das várias ações do ProVárzea, a Unidade de Coordenação do Projeto foi constituída por um coordenador nacional, um representante da cooperação britânica e um representante da cooperação técnica alemã, tendo sua base nas instalações da Gerência do Ibama-Manaus.

Para maximizar a qualidade da coordenação e garantir o envolvimento das instituições responsáveis para a gestão ambiental na área do Projeto, foi implementada, através de Portaria do Ibama nº 317, de 28 de abril de 2000, e alterada pela Portaria nº 647, de 04 de agosto do mesmo ano, a Comissão de Acompanhamento do Projeto que é composta por um representante das seguintes entidades: coordenação do ProVárzea, Secretaria Técnica do PPG7 no Ibama/sede, Secretaria da Coordenação da Amazônia (SCA) do MMA, Organizações Estaduais de Meio Ambiente dos Estados do Amazonas e Pará (IPAAM, posteriormente SDS-AM e Sectam-PA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Grupo de Trabalho da Amazônia dos Estados do Amazonas e Pará (GTA-AM e PA).

Além disso, o Projeto colocou gerentes locais nas duas áreas piloto, Santarém e Parintins, e contratou 3 gerentes para os componentes.

Essa composição gerencial de diferentes níveis do ProVárzea se mostrou muito eficiente, conseguiu implementar o Projeto com todos seus componentes,

sub-componentes e atividades, gerenciou satisfatoriamente as mudanças de pessoal necessário, replanejou, redimensionou e reorientou o Projeto quando necessário, e conseguiu ocupar o lugar importante de articulador e catalisador das organizações, instituições, projetos e pessoas envolvidas nas discussões sobre o uso sustentável dos recursos naturais da várzea amazônica e sobre a adequação das políticas públicas respectivas.

Além disso, a coordenação teve o cuidado de integrar o Projeto nas estruturas do órgão executor, Ibama, de forma que o ProVárzea, internamente e tanto no nível local, como estadual e federal, é considerado referência, principalmente, para as questões relacionadas à várzea e a co-gestão.

Dentro do Componente Coordenação, estabeleceram-se ainda dois novos sub-componentes transversais ao projeto como um todo: i) monitoramento de impacto e avaliação, e ii) disseminação.

Sub-componente Monitoramento de Impacto e Avaliação.

Na execução, o próprio Projeto percebeu que os indicadores, formulados na matriz de planejamento original, não eram muito adequados para acompanhar e medir o progresso do Projeto durante o seu andamento. A característica de enfocar, principalmente, os resultados alcançados no final do Projeto, fez dos indicadores instrumentos de avaliação pouco práticos, de forma que a coordenação do ProVárzea optou por elaborar anualmente uma adaptação dos prazos indicados pelos indicadores para não ter que descartá-los por completo para as avaliações rotineiras. Porém, essa estratégia mal resolveu o problema que os indicadores necessitavam uma revisão completa para, por um lado, responder à exigência de um monitoramento permanente do avanço do Projeto (tanto em termos de execução como de impactos), e, por outro lado, se adequar à realidade atual do ProVárzea. Assim, para aperfeiçoar o monitoramento e avaliação interna, o Projeto, elaborou com o apoio do Projeto AMA do PPG7, uma reformulação sistemática dos indicadores. Partindo do "marco zero" para cada componente, esse sistema conseguiu definir de forma consistente indicadores e verificadores para todos os objetivos e resultados do Projeto, quantificando, ainda, o peso de cada item com relação a sua relevância frente aos outros itens, e permitindo, também, a avaliação do progresso do Projeto referente aos objetivos.

Esse sistema foi tomado como base para a posterior elaboração de um sistema detalhado de monitoramento e avaliação de impacto das atividades do Projeto, que entra num detalhamento mais pormenorizado, definindo indicadores específicos para, p.ex., cada iniciativa promissora, com a finalidade de identificar, se não resultados definitivos, pelo menos tendências de desenvolvimento que permitem avaliar, se atividades específicas, ou o Projeto como um todo, estão no caminho certo ou não.

Assim, o sistema de monitoramento e avaliação de impacto do ProVárzea foi concebido com o objetivo de acompanhar e avaliar as mudanças induzidas pela execução do projeto na paisagem sócio-ambiental, microeconômica e institucional da várzea da calha do rio Solimões/Amazonas. O sistema está estruturado com

base nas diferentes dimensões, escalas, componentes e subprojetos que compõem o ProVárzea.

Essa estruturação permite a equipe de usuários do SM&AI preparar análises de impacto agrupadas por dimensão, escala, componentes e/ou subprojetos.

Os indicadores que atualmente compõem o banco de dados do SM&AI foram escolhidos com base nos objetivos dos diferentes componentes e dos marcos lógicos dos respectivos projetos. Com a contratação de alguns consultores, e discussão entre a equipe do projeto e alguns coordenadores dos subprojetos das Iniciativas Promissoras, indicadores passaram por um processo de revisão e uma lista de variáveis para quantificá-los e qualificá-los foi proposta e estará sendo testada e refinada nos próximos meses. As variáveis estão sendo preliminarmente formatadas em formulários para organizar as coletas de dados em campo, e as mesmas incorporadas no software elaborado para o sistema.

A estrutura computacional do sistema vem possibilitando a entrada, estocagem, análise e visualização dos impactos induzidos pelo ProVárzea ao longo da sua execução de maneira simples e objetiva. O sistema vem sofrendo uma limpeza de variáveis e adequando os formulários e iniciando os levantamentos em campo.

Sub-componente Disseminação

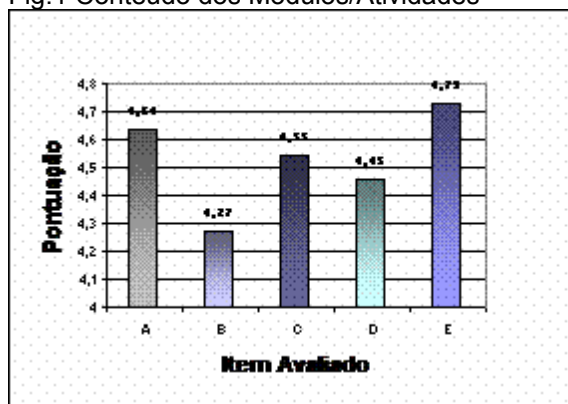
A estratégia do componente de disseminação do ProVárzea passou pela elaboração de um Plano de Comunicação e Disseminação de forma articulada com os demais componentes estabelecendo-se um plano de acordo aos objetivos e marcas do projeto e levando-se em consideração a área de atuação e abrangência e os diversos públicos do projeto. No referido plano foram definida diversas ações e instrumentos de acordo a cada público identificado.

De forma articulada aos demais componentes do projeto, as atividades do componente de disseminação tem priorizado: i) a preparação e divulgação de produtos oriundos de estudos, atividades de assessoria técnica e capacitação em monitoramento e eventos promovidos ou co-patrocinados pelo projeto, ii) o fomento ao diálogo sobre políticas públicas por meio de debates, oficinas e seminários, com atenção especial para os estudos realizados pelo projeto, e iii) o intercâmbio entre projetos apoiados pelo projeto sobre métodos, tecnologias e experiências inovadoras. O ProVárzea tem procurado adequar o perfil de seus produtos — no que se refere à estrutura, ao conteúdo e à linguagem — aos respectivos públicos-alvo, que incluem, prioritariamente, tomadores de decisão sobre políticas públicas e grupos usuários de recursos naturais.

UNIDADE 6: Avaliação

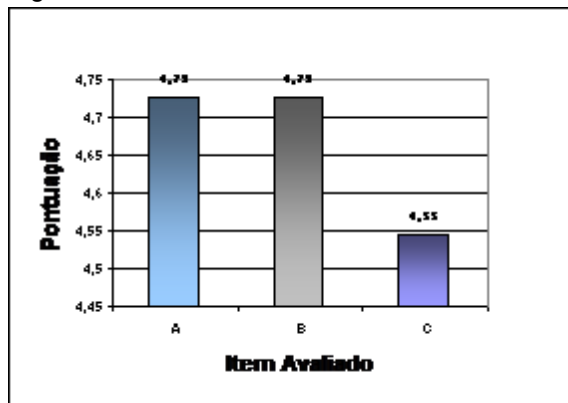
Ao final do evento, foi realizada uma avaliação por escrito onde cada participante avaliou o desempenho, os tópicos mais interessantes, aqueles em que sentiu mais dificuldades e os tópicos mais inovadores. O que se pode perceber da análise das avaliações é que o curso atendeu às expectativas de todos.

Fig.1 Conteúdo dos Módulos/Atividades



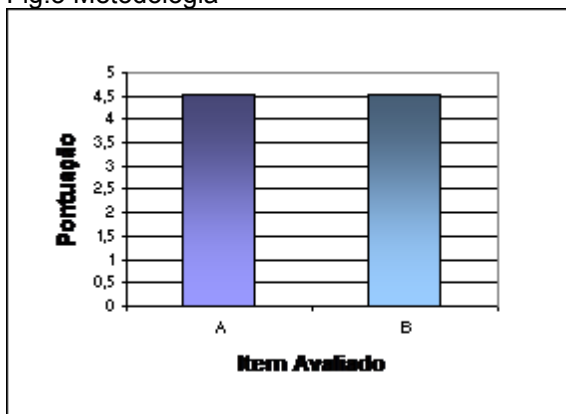
- A Interesse despertado pelo conteúdo
- B Compreensão do conteúdo apresentado
- C Curso diretamente relacionado ao trabalho que faço/farei
- D Foram abordados problemas práticos que tenho atualmente no trabalho
- E A abordagem sobre comunicação, mobilização e organização pode auxiliar o meu trabalho de forma prática

Fig.2 Instrutores/Facilitadores



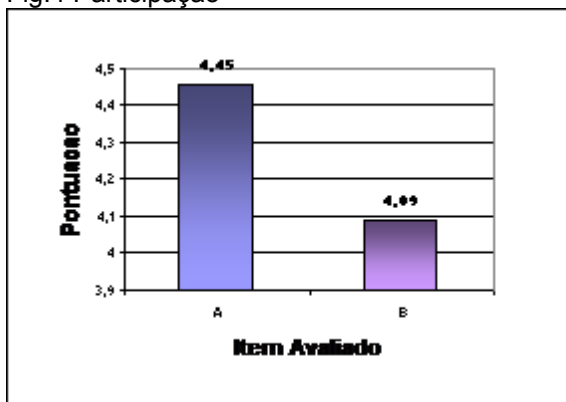
- A Domínio dos conteúdos
- B Objetividade nas explicações
- C Esclarecimento das questões

Fig.3 Metodologia



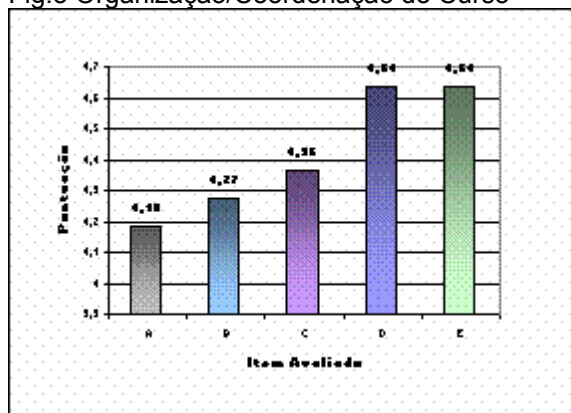
- A Utilização de recursos audio-visuais / exercícios
- B As sessões práticas ajudaram a obter um entendimento mais profundo sobre Meios de Vida Sustentáveis

Fig.4 Participação



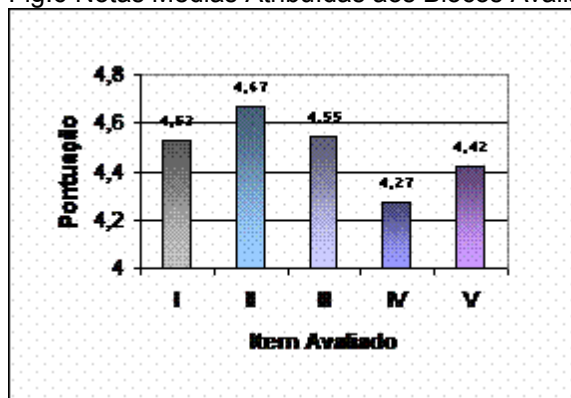
- A Os instrutores, de modo geral, estimularam a participação?
- B Como foi a troca de informações entre os participantes

Fig.5 Organização/Coordenação do Curso



- A Convites
- B Pessoal de apoio
- C Local do curso
- D Atendimento ao aluno
- E Qualidade do material distribuído

Fig.6 Notas Médias Atribuídas aos Blocos Avaliados



- Itens de Avaliação
- I. Conteúdo dos módulos/atividades
 - II. Instrutores/Facilitadores
 - III. Metodologia
 - IV. Participação
 - V. Organização

COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

- a) O curso foi ótimo e me capacitou para encaminhar aos trabalhos e propostas de minimização e solução de muitos conflitos com os quais deparo no exercício da minha profissão, além de contribuir para algumas comunidades na solução de seus conflitos. recomendamos a distribuição de material didático dos assuntos abordados para melhor assimilação.
- b) Procurar mais temas envolvendo a pesca para as próximas oficinas. Quero participar de outras futuramente. Obrigado por tudo.
- c) Novos encontros seriam bem vindos, uma vez que já houve um nivelamento de informações.
- d) O curso foi ótimo. Trouxe vários conhecimentos novos. Recomendamos procurar levar à outras entidades não presentes, o resultado do curso.
- e) Os convites para este curso deveriam ser distribuídos com mais antecedência. Creio que há possibilidade de montar um mini-curso ao estilo deste, mas com experiências práticas de Minas Gerais. Ex. rio São Francisco.
- f) Difícil trabalhar com grupo muito heterogêneo. Quando o nível de escolaridade é muito diferente, é legal lembrar de explicar cada vez que se usa termos muito técnicos e específicos. Transparências com muito conteúdo e pouco tempo para explicação não funciona bem. Melhor é reduzir a quantidade de informação nos slides e privilegiar a discussão do tema abordado.
- g) O curso ficou dentro das expectativas. Tendo como experiência outras comunidades, tentar adotar à nossa realidade e continuar trabalhando para podermos conseguir um modo de vida melhor para as comunidades carentes.
- h) Faltou a participação mais efetiva dos órgãos diretamente ligados aos temas discutidos. Recomendamos maior envolvimento nas questões e condições de repasse para a comunidade.
- i) Seria interessante apresentar o conteúdo de uma forma mais interativa (pedir aos participantes colocarem suas idéias, conhecimentos sobre planejamento, processos participativos. As vezes fica difícil para absorver muito conteúdo (ou entender a relação com a nossa realidade) quando é apresentado através de datashow. Ter o material das apresentações em mãos para seguir pode ajudar. Aprofundar nos exercícios ajudará os participantes a melhor relacionar as teorias às práticas. Incluir mais atividades de curto prazo em cada dia. No geral achei o material interessante tendo muito relacionamento com o que estudei e o que faço atualmente, mas achei muito material para aprender em uma semana. Mais discussão entre os participantes será bom, mas entendo que, as vezes, é difícil estimular, particularmente um grupo pequeno e misto.

AVALIAÇÃO PELA MODERAÇÃO

A avaliação final do curso refere-se à algumas observações feitas pela moderação com relação aos tópicos abaixo. De maneira geral, julgamos que o curso foi bastante proveitoso para todos e que, a partir dos exercícios elaborados, o grupo pode adaptá-los às suas necessidades de trabalho e passar a utilizar os instrumentos vivenciados para definir em detalhes suas tarefas, melhorar suas rotinas, rever sua estrutura organizacional a fim de tornar o projeto mais eficiente e mais eficaz.

1. Condições para o trabalho

- o As instalações físicas de hospedagem foram boas, assim como às instalações físicas para o trabalho.
- o Os recursos materiais para o trabalho foram suficientes e adequados.
- o Quanto aos coffee-breaks, estes foram um pouco repetitivos (todo dia pão de queijo) e pouco diversos (sem frutas, por exemplo).

2. Desempenho do grupo

- o **Participação:** De maneira geral, o nível de participação dos presentes nos trabalhos individuais e de grupo foi excelente, com o envolvimento de todos em todas as etapas do processo. Também, o nível de produção foi muito bom no decorrer dos trabalhos. Os grupos participaram ativamente das discussões, embora, nas plenárias a participação de alguns tenha sido menor.
- o **Integração:** A integração do grupo foi muito boa. O clima de trabalho, embora com algumas dificuldades pela ausência de alguns participantes em momentos importantes do trabalho, foi harmonioso o que colaborou para que os objetivos do curso tenham sido alcançados. Os eventuais atrasos e as ocasionais dispersões de atenção não chegaram a comprometer o alcance dos objetivos iniciais, mas provocaram alguns atrasos na realização das tarefas. Não foram registrados conflitos sérios entre os participantes, mesmo quando houve divergência de opiniões no decorrer das discussões nos grupos ou na plenária. Espera-se que essa integração e bom relacionamento entre todos se reflita, no futuro, tanto na execução das tarefas do projeto como nos trabalhos de apoio às comunidades e nas parcerias.
- o **Comprometimento do grupo para com o acordo de convivência:** O comprometimento do grupo para com o acordo de convivência inicial foi bastante bom. Alguns poucos deslizes (telefones celulares ligados, alguns atrasos no início das sessões, pincéis deixados abertos ao final do dia, copos e fichas largadas sobre as mesas) foram observados, mas não chegaram a criar maiores problemas ou comprometer o andamento dos trabalhos.
- o **Comprometimento do grupo com a metodologia e com o alcance dos resultados:** A maioria dos participantes mostrou uma preocupação bastante grande para com o aproveitamento, no futuro, do conhecimento adquirido e das experiências vividas. Também, durante os trabalhos, houve um empenho da maioria em se comprometer com a metodologia e fazer as tarefas como solicitado. Isto representa um forte indício do interesse de

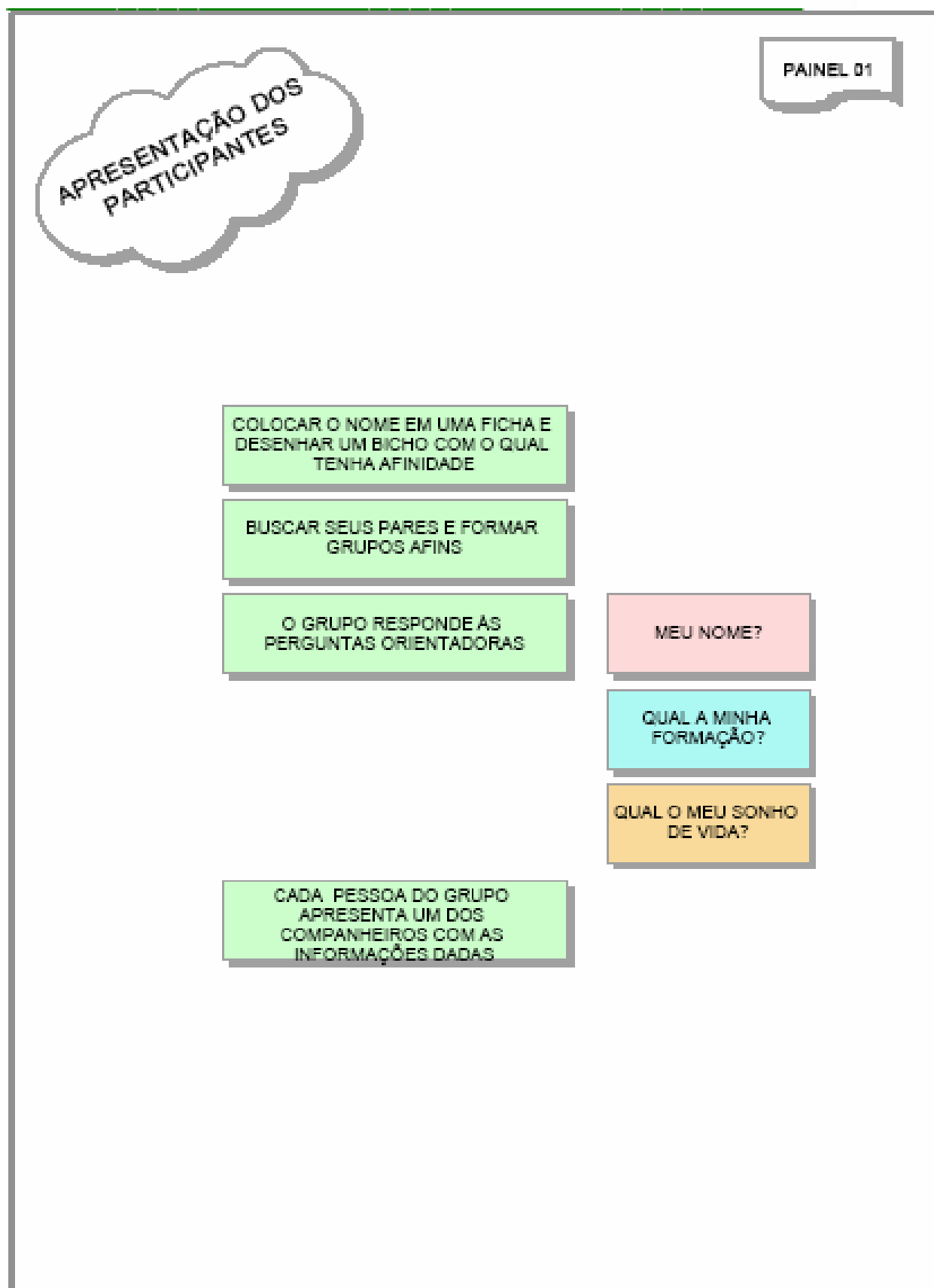
todos na solução dos problemas em seus respectivos dia-a-dia e no alcance de resultados. Quanto ao entendimento e internalização dos processos discutidos no curso, o resultado dos trabalhos executados e as discussões ocorridas nos grupos e em plenária indicam que houve um aproveitamento muito bom, corroborado pela própria avaliação dos participantes, ao final. Porém, com relação aos cuidados na apresentação visualizada dos trabalhos, houve pouco empenho em geral para que os painéis fossem claros, didáticos, organizados e limpos concorrendo, com isso, para um melhor aproveitamento de todos.

Nossa única sugestão é de que os participantes, corpo técnico juntamente com os grupos de usuários e/ou beneficiários passem a discutir os pontos que ficaram claramente identificados no decorrer das discussões como necessitando de uma revisão e adequação.

ANEXO 1

MEMÓRIA

DOS TRABALHOS DE GRUPO



APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

PAINEL 1 A

CAVALO MARINHO

COM QUE ANIMAL
TEMOS
AFINIDADE?

CAVALO

CAVALO

QUEM SOMOS?

MARCELO
COUTINHO
AMARANTE

MIGUEL RIBON
JUNIOR

QUAL A NOSSA
FORMAÇÃO

BIOLOGO

ENGENHEIRO
FLORESTAL

NOSSO SONHO DE
VIDA

TER UM VELEIRO

SAÚDE, PAZ COM
QUALIDADE DE VIDA
E UMA FERRARI



APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

PAINEL 1 B

CURIMATÃ

**COM QUE ANIMAL
TEMOS
AFINIDADE?**

QUEM SOMOS?

**QUAL A NOSSA
FORMAÇÃO**

**NOSSO SONHO DE
VIDA**

PEIXE

MENCIO

ECONOMISTA

SOCIALIZAR OS MEIOS
DE MEIOS DE
PRODUÇÃO E
CAPACITAR OS R. H.

PEIXE

THAIS APARECIDA
PINHERO LOPES

SECRETÁRIA DA Z –
01 DE PIRAPORA

CRESCER
PROFISSIONALMEN
TE

PEIXE

MIGUEL ANDRADE

FEDERAÇÃO DOS
PESCADORES

REALIZAR O
APROVEITAMENTO DOS
LAGOS MARGINAIS PARA
PRODUÇÃO DE PEIXE PARA
REPOSIÇÃO DOS LAGOS



APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

PAINEL 1 C

BICHOS

COM QUE ANIMAL
TEMOS
AFINIDADE?

QUEM SOMOS?

QUAL A NOSSA
FORMAÇÃO

NOSSO SONHO DE
VIDA

RATO

ABDON

POLICIAL MILITAR
GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

CONTRUIR SUA
CASA

PORCO ESPINHO

YOGI

BIÓLOGO

QUE TODO MUNDO
FAZER FELIZ

PATO

ALZENILSON
AQUINO

BIÓLOGO

UMA SOCIEDADE
MAIS JUSTA

GAMBA

ALISON
MACNAUGHTON

PLANEJAMENTO
COMUNITÁRIO E
REGIONAL

CONTRIBUIR PARA
MELHORAR ALGUMA COISA
LIGADA A COMUNIDADE
SEREM MAIS AUTO
SUSTENTÁVEIS E
ECONOMICAMENTE E SER
MUNISA FAMOSA

AGUIA

MAURO RUFFINO

OCEANÓLOGO

VIJAR PEO MUNDO



APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

PAINEL 1 D

CACHORADA

M QUE ANIMAL
TEMOS AFINIDADE?

QUEM SOMOS?

QUAL A NOSSA
FORMAÇÃO

NOSSO SONHO DE
VIDA

CACHORRO

ANA THÉ

BIÓLOGA –
ECOLOGIA
HUMANA

VIAJAR (AL, EUROPA,
ÁSIA)
ASSISTIR SHOW DO
CHICO BOARQUE

CACHORRO

JOSEMAR

PRIMEIRO GRAU
PESCICADOR
PROFISSIONAL E
MECÂNICA

VER TODO MUNDO
TRAVALHAN DO COM
DIGNIDADE “OPORTUNIDADE
IGUAL PARA TODOS”

CACHORRO

EDUARDO
FIGUEIREDO DOS
SANTOS

TÉCNICO EM
AGROPECUARIA,
CONTABILIDADE E
SEGURANÇA PUBLICA

VENCER NA VIDA
DESEMPENHANDO COM
COMPETENCIA MINHA
PROFISSÃO



OBJETIVOS E ESTRUTURAÇÃO DO CURSO

**PAINEL
02A**

ESPERA-SE QUE AO
TÉRMINO DESTE CURSO,
OS PARTICIPANTES

CONHEÇAM A TÉCNICA DE ESTRUTURAÇÃO
VISUALIZADA E ESTEJAM APTOS A UTILIZÁ-LA

CONHEÇAM OS INSTRUMENTOS BÁSICOS DE
PLANEJAMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

CONHEÇAM A ABORDAGEM SOBRE MEIOS DE
VIDA SUSTENTÁVEIS

CONHEÇAM OS ELEMENTOS BÁSICOS DA
LEGISLAÇÃO E ECOLOGIA PESQUEIRA

ESTEJAM APTOS E PREPARADOS A APOIAR O
MANEJO COMUNITÁRIO DE PESCA

OBJETIVOS E ESTRUTURAÇÃO DO CURSO

**PAINEL
02B**

PARA TAL, O CURSO ESTÁ
ESTRUTURADO COMO:

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO, ESTRUTURA,
OBJETIVOS E PROGRAMA,
ACORDOS E COMITÊS

UNIDADE 1

BASES DA TÉCNICA DE
ESTRUTURAÇÃO VISUALIZADA
DE IDÉIAS E DE PLANEJAMENTO

UNIDADE 2

ECOSSISTEMAS DO RIO SÃO
FRANCISCO E A PESCA

UNIDADE 3

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

UNIDADE 4

MANEJO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
ABORDAGEM DOS MVS

UNIDADE 5

AVALIAÇÃO

PROGRAMA DA OFICINA

	08:30 ÀS 10:00	10:15 ÀS 12:30	14:00 ÀS 16:00	16:30 ÀS 18:00
SEGUNDA – FEIRA	APRESENTAÇÃO - OBJETIVOS, PROGRAMA, - FORMA DE TRABALHO, - ACORDO DE CONVIVÊNCIA	UNIDADE I RECOMENDAÇÕES PARA O TRABALHO VISUALIZADO	UNIDADE I BASES DO PLANEJAMENTO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR	UNIDADE I TRABALHO EM GRUPO
TERÇA - FEIRA	UNIDADE II ECOSISTEMAS DO RIO SÃO FRANCISCO E SEUS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	UNIDADE II BIOLÓGIA PESQUEIRA E A PESCA NO RIO SÃO FRANCISCO	UNIDADE III ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA BASES DA COMUNICAÇÃO MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	UNIDADE III O TÉCNICO COMO FACILITADOR TRABALHO EM GRUPO
QUARTA-FEIRA	UNIDADE IV ORDENAMENTO PESQUEIRO, GESTÃO PARTICIPATIVA E OS ACORDOS DE PESCA	UNIDADE IV MEIOS DE VIDAS SUSTENTAVES	UNIDADE IV TRABALHO EM GRUPO ESTUDO DE CASO 1	UNIDADE IV APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS DE GRUPO ESTUDO DE CASO 1
QUINTA - FEIRA	UNIDADE IV MANEJO COMUNITÁRIO	UNIDADE IV SISTEMA DE MONITORAMENTO E INDICADORES	UNIDADE IV TRABALHO EM GRUPO ESTUDO DE CASO 2	UNIDADE IV APRESENTAÇÃO DOS TRABALHO EM GRUPO
SEXTA - FEIRA	UNIDADE V EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA	UNIDADE VI AVALIAÇÃO E ENCERRAMENTO		

ACORDO DE CONVIVÊNCIA

PAINEL 4

O QUE DEVEMOS FAZER?

O QUE DEVEMOS EVITAR?

ASSIMILAÇÃO
RAPIDA DOS TEMAS
ABORDADOS

VALORIZAR O
CONHECIMENTO DO
OUTRO

DISTRAÇÕES

FALTA DE
COMPREENÇÃO

TRABALHOS COM
BOA COORDENAÇÃO

ANDAR COM HUMOR
E FELICIBILIDADE

ASSUNTOS
CONFLITANTES

FALAR AO MESMO
TEMPO

TRABALHOS EM
GRUPOS

MANTER
CONCENTRAÇÃO NOS
ASSUNTOS
DISCUTIDOS

FICARMOS COM DUVIDA
PARA NÃO LEVARMOS AOS
NOSSOS COMPANHEIROS
QUE NÃO VIERAM

SER DEMAGOGO

PRESTAR MUITA ATENÇÃO
NO QUE ESTÁ SENDO DITO
E SERMOS MAIS
PARTICIPATIVOS DURANTE
O CURSO

REGISTRAR A OPINIÃO
DOS COLEGAS

DISCUTIR OUTROS
ASSUNTOS FORA DO
CONTEXTO

INTERROMPER AS
FALAS

EXPOR IDEIAS

SABER DISTRIBUIR O
TEMPO NOS ASSUNTOS

RECEIO DE COLOCAR
UMA IDEIA POR FATO
DE NÃO TER CERTEZA

EVITAR DISPERSAR

RESPEITAR AS
OPINIÕES

ACEITAR AS OPINIÕES
DOS PARTICIPANTES
COMO INFORMAÇÕES A
MAIS

MEDO DE FALAR
ERRADO

FICAR MUITO SÉRIO

PARTICIPAR

DOAR O MÁXIMO

A IMPACIÊNCIA

PRÉ-JULGAMENTO

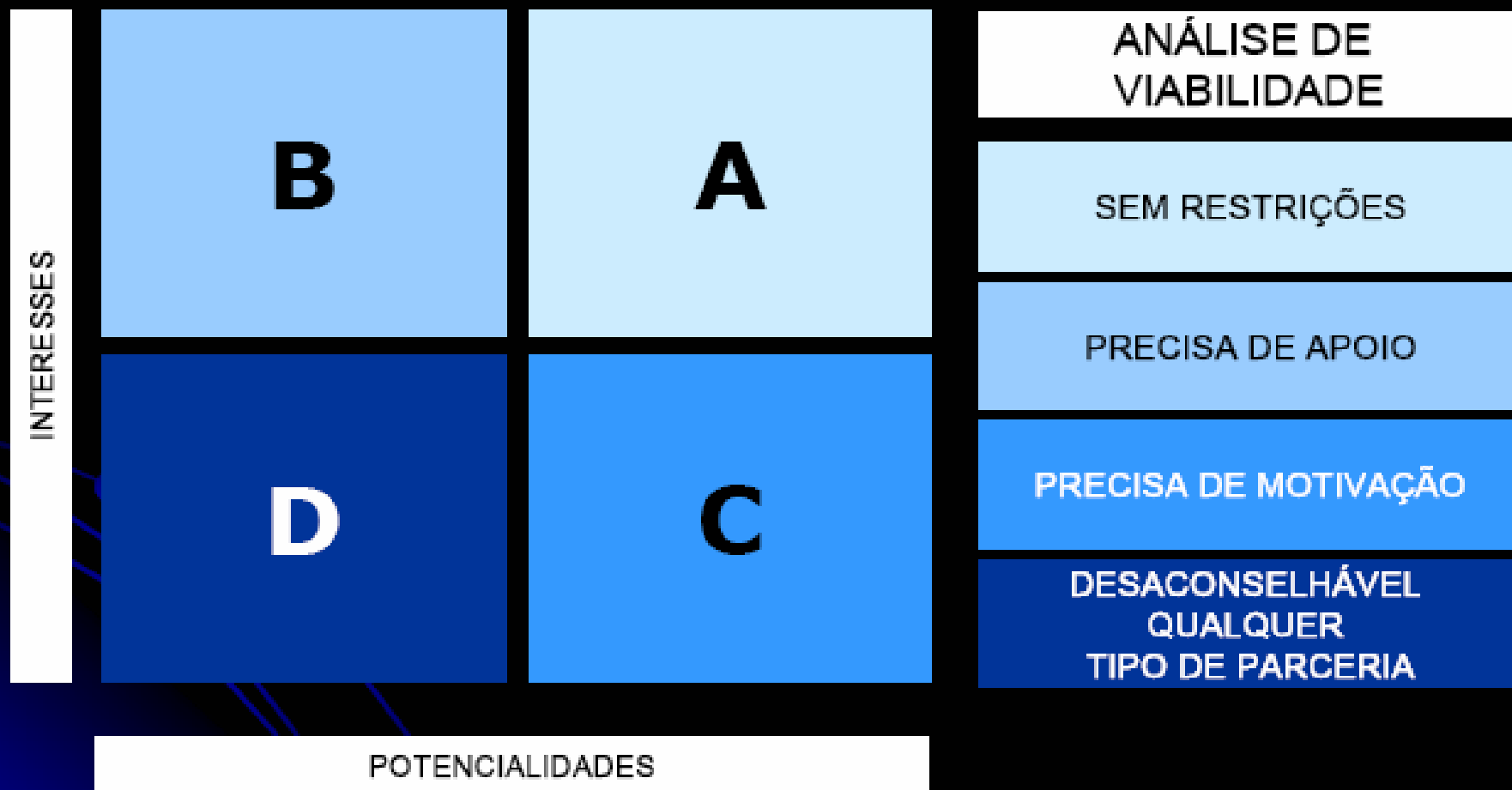
MATRIZ DE ENVOLVIMENTO

INSTITUIÇÕES GRUPOS SOCIAIS	POTENCIALIDADES			INTERESSES	DIFICULDADES		TEMOROS
	HABILIDADES	CONHECIMENTOS	RECURSOS		LIMITAÇÕES	CONFLITOS	

MATRIZ DE ENVOLVIMENTO

INTITUIÇÕES GRUPOS SOCIAIS	POTENCIALIDADES			INTERESSES	DIFICULDADES		TEMORES
	HABILIDADES	CONHECIMENTOS	RECURSOS		LIMITAÇÕES	CONFLITOS	
COLÔNIA DE PESCADORES	SER REPRESENTANTE DA CATEGORIA	PRÁTICA NA PESCA	HUMANO (PRÓPRIOS PESCADORES)	PESCADORES DECIDIREM NA LEGISLAÇÃO	FALTA DE INTERESSE DA BASE EM TRABALHAR EM CONJUNTO	DENTRO DA CATEGORIA COM O IBAMA E O IEF	FALTA ENGAJAMENTO DE PRÓPRIOS PESCADORES
IBAMA	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	TÉCNICOS	HUMANOS E FINANCEIROS	CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	PERCEPÇÃO EQUIVOCADA SOBRE OS PESCADORES	INTERESSE COM O IEF E LEGISLAÇÃO ANTIGA	FALTA DE INTERESSE EM GESTÃO PARTICIPATIVA
IEF	REGISTRO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO	TÉCNICOS	HUMANO E FINANCEIRO	PRESERVAÇÃO DA FAUNA FLORA E AQUÁTICA	FALTA DE RECURSO HUMANO NA PESCA	DISPUTA COM O IBAMA	FALTA DE EXPERIÊNCIA EM GESTÃO PARTICIPATIVA
POLÍCIA DO MEIO AMBIENTE	CAPACITAÇÃO NA FISCALIZAÇÃO	NA LEGISLAÇÃO	HUMANO E EQUIPAMENTO	FAZER O CUMPRIMENTO DA LEI	CONFUNDIR INFRATOR COM MARGINAL	DIFICULDADE EM CONSILIAR LEI ESTADUAL COM LEI FEDERAL	FALTA DE CAPACITAÇÃO E FISCALIZAR PESCADORES

MATRIZ DE VIABILIDADE DE PARCERIAS



**ANÁLISE DE
INTERESSE
X
POTENCIALIDADE**

**COMO SE ELABORAR UMA ANÁLISE
DE INTERESSE X POTENCIALIDADE**

PARA CADA PARCEIRO IDENTIFICADO NA MATRIZ ANALITICA, ATRIBUIR UMA NOTA DE 01 A 10 PARA POTENCIALIDADE E INTERESSE

TRANSPORTAR AS NOTAS OBTIDAS PARA A ESCALA ABAIXO

PARA CADA POSSIVEL PARCEIRO IDENTIFICAR O QUADRANTE EM QUE ELE SE COLOCA



A – SEM RESTRINÇÕES PARA PARCERIAS
B – PARCERIA COM RESTRINÇÕES: NECESSITA DE APOIO
C – PARCERIA COM RESTRINÇÕES: NECESSITA DE INICIATIVA E MOTIVAÇÃO
D – DESACONSELHAVEL QUALQUER TIPO DE PARCERIA

O ESTUDO DE CASO

A ILHA DO MAPINGUARI

Histórico

A Ilha do Mapinguari é uma ilha fluvial na várzea do Rio Amazonas, possuindo aproximadamente 300 mil hectares. Ela é delimitada ao norte pelo Rio Amazonas e ao sul é separada da terra firme pelo Rio Paraná do Meio. Além dos 2000 habitantes residentes, a ilha é fonte de recursos naturais, principalmente pesca, para aproximadamente 200 famílias residentes em dois assentamentos, um do INCRA e um do Iterpa na região de terra firme adjacente, e mais 50 famílias indígenas de uma reserva demarcada pela Funai em 1984.

A ilha compreende um típico ecossistema de várzea. Durante o período de seca os lagos compreendem 30% da área total da ilha, os campos 40% e as florestas alagáveis outros 30%. Até duas décadas atrás esta era uma região muito explorada por pescadores comerciais. No entanto, os habitantes da ilha, possuindo alto grau de organização social naquela época, conseguiram expulsá-los e impedir a entrada de barcos pescadores na ilha. Recentemente, o estoque de peixes dos lagos vem sofrendo um declínio acentuado devido ao número excessivo de pescadores com canoas (que foram financiados pelo Fundo para o Desenvolvimento da Região Norte através das colônias) provenientes do assentamento da terra firme.

Nos últimos anos vêm ocorrendo dois fenômenos que estão enfraquecendo a organização social das comunidades da região. O primeiro diz respeito ao aumento da área dos grandes fazendeiros de fora da região, que “compram” a preço baixo a terra onde moram famílias de ribeirinhos. Isto faz com que a área das comunidades ribeirinhas fique cada vez menor em relação àquelas ocupadas por fazendeiros, diminuindo o sentimento de propriedade dos ribeirinhos e a capacidade de decidir o que fazer com os recursos naturais da região. O segundo fenômeno diz respeito à instalação de igrejas protestantes na região e em comunidades que anteriormente eram predominantemente católicas, fazendo com que muitos adeptos não participem mais do conjunto das atividades das comunidades que tradicionalmente ocorriam em função da organização da igreja católica na região. O enfraquecimento da organização social dos habitantes da Ilha do Mapinguari tem feito com que eles não sejam mais capazes de impedir a entrada de grandes barcos pescadores em seus lagos.

A problemática ambiental

Apesar da degradação das florestas de várzea ao longo dos últimos 40 anos, a Ilha do Mapinguari é um dos locais mais conservados de toda a região. Logo, a Ilha do Mapinguari representa um importante refúgio/habitat para peixes, sendo assim um dos locais mais piscosos de toda a região. Por causa disto, os lagos da ilha vêm chamando atenção de vários pescadores de fora, ficando sujeito a uma forte pressão que pode comprometer a pesca de subsistência dos moradores da ilha. Além disso, existem madeireiros que exploram as áreas remanescentes de floresta primária sem o manejo adequado e abrem grandes clareiras. Os fazendeiros, que vêm expandindo sua área, praticam a pecuária incluindo a bubalinocultura, colocando um número bem maior de cabeças de gado por hectare do que o indicado pela Embrapa, causando compactação do solo e inviabilizando a agricultura em muitas áreas. A forma de pastar do búfalo

impede o recrescimento dos capins, reduzindo a área de refúgio dos peixes. Os búfalos também danificam as malhadeiras dos pescadores, além de derrubarem cercas e comerem as plantações dos pequenos agricultores. Já houve várias reclamações da associação de pequenos produtores e da Colônia de Pescadores junto ao DPU, mas até o momento não houve uma solução. O crescente desmatamento vem ameaçando os lagos através do assoreamento, fazendo com que estes fiquem mais rasos e secando mais durante o período da seca. Os agricultores vêm utilizando uma quantidade cada vez maior de agrotóxicos e adubos químicos contaminando a água dos lagos.

Com o objetivo de combater esses problemas, existem duas ONGs que trabalham na região, a *S.O.S. Peixe*, que trabalha através de organização comunitária, e o *Instituto de Preservação da Várzea Brasileira* (IPVB) que deseja limitar o uso da várzea, tanto para agricultura quanto para pesca comercial. Existe também uma organização de base das próprias comunidades ribeirinhas, a *Associação Vitória-Régia*, que procura incentivar o trabalho dos ribeirinhos na agricultura.

A população

A maior parte da população residente na Ilha do Mapinguari é composta por descendentes de antigos moradores da região. A região tem sofrido com o crescente êxodo de jovens para a cidade, principalmente mulheres, que querem continuar os estudos a partir do segundo grau, o que não é possível fazer no local. Existe apenas uma escola em toda a ilha que fornece o ensino fundamental. Outras escolas existem, no entanto, a maioria delas possui salas de aula do tipo multiseriado.

No que diz respeito à saúde, o conhecimento das parteiras vem sendo perdido ao longo do tempo. Só existem duas parteiras em toda a área e as mulheres mais jovens não têm demonstrado interesse por este tipo de atividade. Não existe nenhum tipo de posto de saúde na Ilha do Mapinguari e, em caso de emergências, as pessoas são levadas até a cidade por barcos de linha. A Prefeitura não consegue atender as demandas da Ilha na área de educação, saúde e infraestrutura básica.

A economia

Historicamente é uma região onde se praticou a jiticultura, nos seus tempos áureos. Com a queda da juta, a população da Ilha do Mapinguari tem engajado em atividade pesqueira, a sua principal fonte de renda e subsistência. Apesar da Associação Vitória-Régia procurar promover a agricultura, o risco das enchentes e da crescente população de búfalos da região têm desencorajado muitas famílias a fazerem as suas plantações. Alguns poucos moradores possuem algumas cabeças de gado, mais por ser uma reserva de valor e fonte de leite.

Existem outras atividades econômicas que ocorrem na Ilha mas que não são capitalizadas pelos moradores da Ilha: 1) A pecuária extensiva, praticada nas fazendas, que já ocupam a maior parte da área da Ilha; 2) A exploração madeireira, a maior parte dela realizada de forma ilegal, onde os principais madeireiros vêm das cidades vizinhas ou do assentamento do INCRA; 3) A pesca esportiva, pois nos locais onde a floresta é bem conservada existem lagos com água preta, altamente propícios para a pesca do tucunaré; no entanto, estes pescadores esportivos são trazidos pela Voebem, uma agência turística da cidade com seus próprios guias que já conhecem a Ilha.

Políticas Públicas

A questão fundiária nas várzeas é de competência do Instituto de Terra, gerando controvérsias e representa a fonte dos principais problemas da região. Legalmente, as

áreas de várzea são áreas de preservação permanente, não devendo ter nenhuma atividade antropogênica. Mas a lei que dita isto, o Código das Águas, data de 1934, ao passo que os moradores da região são descendentes de ribeirinhos que moraram na Ilha a mais de um século. Logo, existe um conflito entre o sentimento de propriedade da terra e a titulação legal. A falta de titulação da terra faz com que as famílias que queiram praticar agricultura têm sérias dificuldades para conseguir qualquer financiamento para iniciar uma atividade agrícola, pois o Banco da Amazônia exige o documento de titulação da terra para qualquer financiamento. Outra questão é que, embora os moradores da região tenham conseguido impedir a entrada de grandes barcos pescadores em seus lagos, essa iniciativa é ilegal de acordo com as leis federais que permitem acesso de qualquer pessoa às águas, desde que conectadas com algum rio, como é o caso da Ilha do Mapinguari.

Para combater a pesca e a exploração madeireira ilegal, o Ibama conta com pouquíssimos fiscais. Existem seis Agentes Ambientais Voluntários treinados pelo Ibama na Região, mas que se sentem incapazes e desmotivados para executar sua atividade, pois não contam com nenhum recurso para fazê-lo.

A Ilha do Mapinguari: Alguns Personagens (atores sociais)

Antonio Lopes, 40 anos, pescador – Está preocupado com a diminuição do pescado na região, acha que os pescadores de fora não podem entrar nos lagos, mas não participa das discussões na comunidade. Pescar é a coisa mais importante do mundo para ele, não tendo a preocupação de diversificar suas atividades. Antônio tem gastado cada vez mais tempo no lago para pegar peixe para venda, mas ainda acredita que o que Deus colocou no mundo não se acaba. Acha que a agricultura não vale a pena e é arriscada. Ele não acredita no trabalho dos Agentes Ambientais Voluntários, e pensa que, se eles não recebem pagamento pelo trabalho, então o trabalho deles não é sério. Está pensando em pedir um empréstimo ao Basa para adquirir mais apetrechos para a pesca. O pequeno excedente do Sr. Antonio é comercializado por um atravessador, que também é político e se chama Felisberto dos Santos.

Jacira de Jesus, 27 anos, professora – Nasceu na região, é uma pessoa muito dedicada ao seu trabalho e aos assuntos da comunidade. Enxerga com especial preocupação as questões de saúde, e acha que as pessoas da sua região estão muito mal assistidas. Na sua posição de professora, Jacira tem uma inserção importante no desenvolvimento comunitário da Ilha. Ela vem tentando desenvolver um trabalho junto às mulheres de Mapinguari no sentido de desenvolver uma atividade produtiva para as mesmas, principalmente na produção de doces caseiros que são comercializados na cidade. Apesar dessa iniciativa ter ajudado bastante no orçamento das famílias, os maridos ainda vêem que o papel da mulher é somente cuidar dos filhos e da casa. Isso tem trazido alguns problemas para Jacira. Como ela ganha mal, está seriamente tentada a procurar um emprego melhor na cidade.

Raimundo Parente, 34 anos, catequista e líder comunitário – Está desolado com a falta de motivação e participação das pessoas nas reuniões comunitárias. Na sua opinião, a região está ameaçada pela falta de organização social, mas não sabe o que fazer para motivar as pessoas a participarem das reuniões. Tem contado com apoio da S.O.S. Peixe, mas tem encontrado dificuldade para fazer com que pessoas de diferentes religiões participem das discussões. Depois de um contato com uma funcionária da Fundação Nacional de Saúde, Raimundo ficou bastante preocupado com os agrotóxicos lançados no rio.

Augusta dos Anjos, 50 anos, dona de casa – tem dez filhos, sendo que três são mulheres, todas separadas, vivendo com dona Augusta na mesma casa com mais sete crianças. Dona Augusta é viúva há quinze anos e seu marido não deixou nenhum documento que comprove que ela é dona da terra onde mora. Um fazendeiro vizinho já ofereceu dinheiro pelo seu terreno. Hoje Augusta está querendo se aposentar pelo STR como agricultora, somente para garantir uma renda mensal. A ONG S.O.S. Peixe está organizando as mulheres da comunidade para formar um “Clube de Mães” para, através dele, conseguir o envolvimento das mulheres da comunidade. Dona Augusta já participou de duas reuniões e está satisfeita com o pouco que ganha do crochê, doces e artesanatos que faz.

Felisberto dos Santos, 60 anos, fazendeiro e comerciante de peixe – emprega dezenas de pessoas da comunidade para trabalho de capataz, vaqueiro e manutenção dos pastos. Sua família veio do Ceará no auge do ciclo da borracha e, segundo as más línguas “vieram com uma mão na frente e outra atrás e, de um dia para outro, fizeram fortuna”. Atua na política há vinte anos, tendo estabelecido uma grande rede de relações que lhe garante respeito, devoção dos moradores e em troca já foi reeleito várias vezes para vereador. Agora a sua empresa Fazenda Parente Ltda., também comercializa peixe, possuindo vários barcos, canoas e apetrechos onde montou uma cadeia de compra e venda. Consegue boa margem de lucro como atravessador. Quer fortalecer a sua carreira política e manter o poder que a família dele detém. Ele já é dono de uma grande área na Ilha e também pretende adquirir mais uma área de várzea de 200 hectares, onde existem vários lagos com potencial pesqueiro muito grande. O Sr. Felisberto é sócio do Sindicato dos Produtores, mas só participa das reuniões na época das eleições.

Pedro Nonato, 21 anos, pequeno agricultor, pescador e extrativista – membro da Colônia de Pescadores e também do STR, possui um pedaço de terra na comunidade. Ele já mudou sua casa várias vezes de local, porque a terra vai caindo, fazendo com que ele precise se afastar cada vez mais da margem do rio. Seu Pedro costuma fazer de tudo um pouco, assim consegue mais dinheiro, mas gosta mais de pescar porque o dinheiro vem mais rápido. Atualmente, ele anda juntando um dinheirinho para “comprar” mais um pedaço de terra e deseja pedir um empréstimo para comprar umas cabeças de gado. Ele trabalha como Agente Ambiental Voluntário e fica decepcionado com os pescadores que não respeitam as regras do Acordo de Pesca da comunidade. Pedro é casado e tem dois filhos para sustentar. Seu pai, desde que ficou viúvo no ano passado, passou a morar com a família de Pedro.

A Ilha do Mapinguari -- Perfil das Instituições

Ibama - Superintendência Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis na Ilha de Mapinguari. Órgão Federal cuja missão é fiscalizar desmatamentos e queimadas ilegais, também é responsável pela fiscalização da atividade pesqueira na Ilha através dos Agentes Ambientais Voluntários capacitados pela própria instituição.

Sema – Secretaria Estadual do Meio Ambiente – órgão do estado responsável pela fiscalização e o licenciamento de atividades que têm impacto ambiental, como pesca, exploração madeireira, mineração, etc.

Colônia de Pescadores – é uma associação que representa os interesses dos pescadores, incluindo garantia de renda durante o período de defeso e servindo como intermediador nas negociações de obtenção de crédito para os pescadores.

Associação dos pecuaristas – luta para garantir os interesses dos pecuaristas, que buscam ampliar suas atividades na ilha. É uma associação que conta com apoio político no município e no estado.

Prefeitura Municipal de Mapinguá – Quer estabelecer critérios para ecoturismo na ilha, baseada na pesca esportiva. Conta com escassos recursos para atender às necessidades imediatas da população, como saúde e educação.

Instituto de Preservação da Várzea Brasileira (IPVB) - É uma instituição preservacionista do ecossistema da várzea brasileira, com proposta de limitação do seu uso, principalmente no que se refere às atividades agropecuárias e de pesca comercial.

Exercícios do Estudo de Caso

Exercício 1

Com seus colegas de mesa, leia e discuta o estudo de caso e identifique:

- 1) os principais segmentos sociais e
- 2) as organizações presentes.

Exercício 2

- Divisão em grupos
- Cada grupo recebe um personagem que representa um dos segmentos sociais
- Colocando-se no lugar desse personagem, o grupo deve:
 - Realizar uma análise dos Meios de Vida desse personagem
 - Preparar uma dramatização, apresentando a situação do personagem

Análise de MVS do Personagem

Com base nos dados fornecidos e no seu próprio conhecimento, responda as seguintes perguntas:

- Quais as aspirações do personagem?
- Quais os seus recursos?
- Quais as estratégias utilizadas para viabilizar seus meios de vida?
- Quais os fatores de vulnerabilidade que lhe afetam?
- Que relações sociais e convenções afetam a forma em que busca viabilizar seus meios de vida?
- Quais as organizações com as quais lida nessa busca?
- Quais as políticas públicas que lhe afetam, seja positiva ou negativamente?
- ❖ *Registrem o resultado da análise na folha de flipchart para posterior apresentação em plenária.*

- ❖ *Identifiquem qual seria a prioridade deste ator social para uma iniciativa/ação que fortaleça seus meios de vida.*
- ❖ *Escolham uma pessoa do grupo para assumir o papel do personagem e expor a sua situação e a prioridade identificada acima (dramatização).*
- ❖ *Escolham uma segunda pessoa para apresentar, em plenária, a análise realizada pelo grupo e registrada na folha.*

RELATÓRIOS DO TRABALHO EM GRUPOS

Estudo de Caso – A Ilha de Mapinguari

EXERCÍCIO 1

Segmentos sociais

- | | |
|------------------------------|----------------------|
| ▪ Assentamentos | ▪ Ribeirinhos |
| ▪ Pescadores comerciais | ▪ Madeiros |
| ▪ Pescadores de subsistência | ▪ Agricultores |
| ▪ Pescadores esportivos | ▪ Parteira Ambiental |
| ▪ Pescadores comerciais | ▪ Catequistas |
| ▪ Atravessadores | ▪ Vereadores |
| ▪ Fazendeiro | ▪ Professor |

Instituições/Organizações

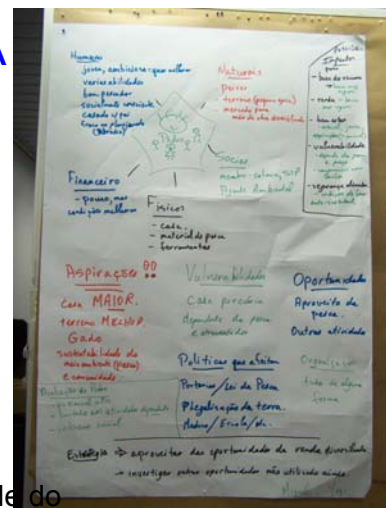
- | | |
|---|--|
| ▪ INCRA | ▪ Ibama |
| ▪ Funai | ▪ Sindicato dos
Trabalhadores Rurais –
STR |
| ▪ Igreja Protestante | ▪ Sectam |
| ▪ Igreja Católica | ▪ Associação de Pecuarista |
| ▪ Associação de Pequenos | ▪ IPVB |
| ▪ SOS Peixes (ONG) | ▪ Basa |
| ▪ Ipim (ONG) | ▪ Embrapa |
| ▪ Vitória-Régia Associação
Comunitária | ▪ Ibama |
| ▪ Escola | |
| ▪ Clube de Mãe | |
| ▪ Fundo para
Desenvolvimento do Norte | |
| ▪ Colônia de Pescadores | |
| ▪ DPU | |
| ▪ Prefeitura | |
| ▪ Agencia de Turismo | |
| ▪ Instituto de Terra | |

EXERCÍCIO 2: PERSONAGENS

Grupo 1 – Yogi e Miguel

PEDRO NONATO

21 ANOS, PEQUENO AGRICULTOR, PESCADOR E EXTRATIVISTA

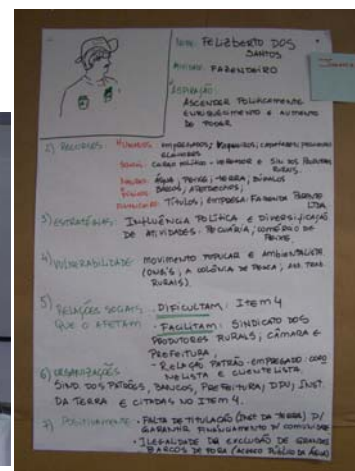


- Aspirações – Casa maior, terreno melhor, gado, sustentabilidade do meio ambiente (pesca) e comunidade
- Recursos - Naturais – Peixe, terreno (pequena agricultura)
 Mercado para mão de obra diversificada
 Físicos – casa, material de pesca e ferramentas
 Sociais – membro da colônia e Agente Ambiental Voluntário
 Humano – jovem, ambiciosa, quer melhoria, varias habilidades
 Bom pescador, socialmente consciente casa
 Mora com pai, trás no planejamento (moradia)
 Financeiro - pouco, mas condições melhores
- Estratégias – Aproveitar das oportunidades da renda diversificada
 Investigar outras oportunidades não utilizado ainda.
- Vulnerabilidade – Casa precária, dependente da pesca e atravessador
- Possíveis impactos – Base do recurso (baixo mais seguro)
 Renda (baixo mais seguro)
 Bem estar (estáveis, jovem, aspirações variável)

Grupo 2 – Ana Thé e Jocemar

FELISBERTO DOS SANTOS

60 ANOS, FAZENDEIRO E COMERCIANTE DE PEIXE

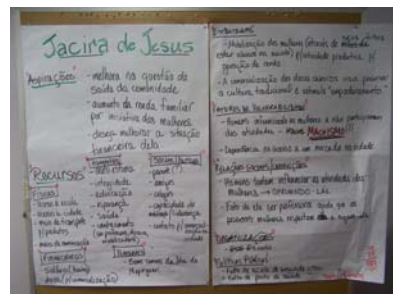


Aspirações –	Ascender politicamente, enriquecimento e aumento de poder
Recursos -	Físicos – Barco e apetrecho. Sociais – Cargo político, vereador e Sindicato dos produtores Rurais Naturais – Água, peixe, terra e búfalo Físico – Barco e apetrecho Financeiro – Títulos, empresas, Fazenda Parentes LTDA
Estratégia	Influência política, e diversificação de atividades: pecuária, comercio de peixe
organização	Sindicato dos Patrões, bancos, prefeitura, DPU, Instituto de Terra
Vulnerabilidade -	Questão fundiária Escassez do recurso
Relações Sociais -	Dificultam – Item Facilitam – Sindicato dos Produtores Rurais, Câmara e prefeitura Relação patrão empregado, coronelismo e clientelista
Positivamente	Falta de titulação, (Inst. Da terra) Para garantir financiamento para comunidade Ilegalidade da execução de grandes barcos de fora (aceso publico a água.

Grupo 3 – Taís e Alisson

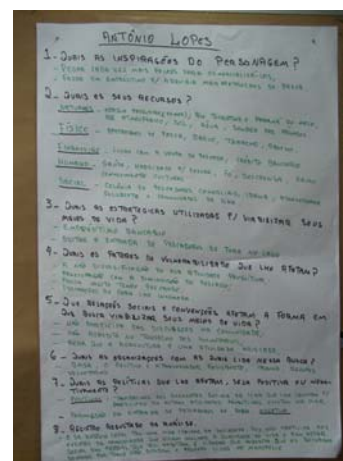
JACIRA DE JESUS

27 ANOS, PROFESSORA



Aspirações –	▪ Melhora na questão da saúde da comunidade ▪ Aumento da renda familiar por incentivo das mulheres ▪ Deseja melhorar a situação financeira dela
Recursos -	Físico – Acesso a escola, acesso a escada, meio de transporte para o produto e meio de comunicação Financeiro – Salário (baixo), doces (para a comercialização) Humano – auto estima, integridade, educação, esperança, saúde, conhecimento (ser doceira, professora e mobilizadora) Naturais – Bens comuns da ilha.do Mapinguari Sociais /Políticos – Parente, amigos, colégio, capacidade de mobilização/liderança, contato para comercialização na cidade
Estratégias -	Mobilização da Mulheres (através de seus filhos estar alunos na escola) para atividade produtiva para geração de renda.
Vulnerabilidade -	Homens influenciado a mulheres a não participarem das atividades (machismo). Dependência no acesso a um mercado na cidade
Relações Sociais -	Homens tentam influenciaraas atividades da mulheres – oprimindo – ás Foto de ela ser professora ajuda que a s mulheres respeitam e seguem
Organizações -	Escola
Políticas Públicas -	Falta de Escola de segundo grau

Grupo 4 – Eduardo e Alzenilson
ANTONIO LOPES
40 ANOS, PESCADOR.

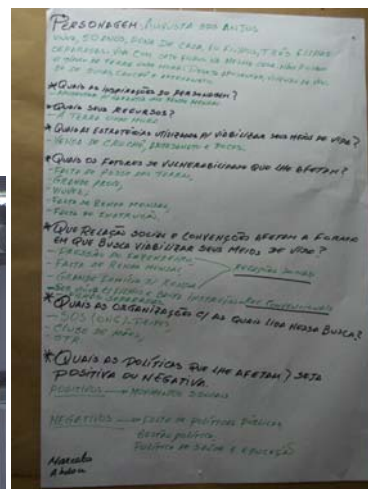
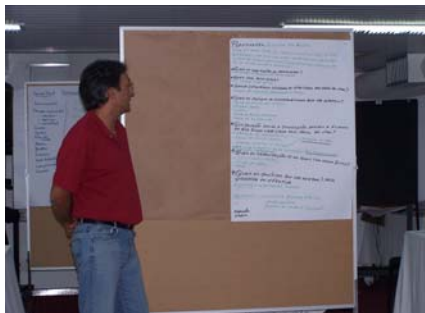


Aspirações –	Pega cada vez mais peixe para comercializar Fazer um empréstimo para adquirir mais apetrecho de pesca
Estratégia	Empréstimo bancário Evitar entrada de pescadores de fora no lago
Recursos -	Naturais – Estoque pesqueiro, rio São Francisco, rio Paraná do meio, ar atmosférico, sol, água, sombra das arvores Físico – Apetrecho de pesca, barco, terreno e rancho Financeiro – Lucro com a venda do pescado, crédito bancário Humano – Saúde, habilidade para a pesca, fé, descrença e baixo conhecimento cultural Social – Colônia de pescadores Ibama, atravessador, Felisberto e comunidade da ilha
Vulnerabilidade -	A não diversificação da sua atividade produtiva Preocupação com a diminuição do pescado Passa muito tempo pescando Pescador de fora lhe incomoda Entrada de pescadores de fora Agricultura
Relações Sociais -	Não participa das discussões na comunidade Não acredita nos voluntários Acha que a agricultura é uma atividade arriscada
Organizações com a qual lida	BASA, político e atravessador Felisberto, Ibama e Agente Voluntário
Políticas públicas	Positivo – Trabalho dos seguimentos sociais, da ilha que lhe convida para participar de atividades existente na ilha Negativo - Permissão da entrada de pescador de fora
Resultado da analise	O Sr Antonio Lopes tem uma vida isolada da sociedade, pois não participa dos eventos da comunidade que visa melhor a qualidade de vida e bem estar social das pessoas que ali abita. É cidadão que acredita que o recurso deixado por Deus não acaba e prefere viver no monopólio

Grupo 5 – Marcelo e Abdon

AUGUSTA DOS ANJOS

50 ANOS, DONA DE CASA



Aspirações –	Aposentar para garanti uma renda mensal
Recursos -	Terra onde mora
Estratégia -	Venda de crochê, artesanato e doce.
Vulnerabilidade -	Falta de posse da terra, grande prole, viuvez, falta de renda mensal e falta de instrução
Relações Sociais -	Pressão do fazendeiro, falta de renda mensal, grande família sem renda, ser viúva com filhos e baixa instrução e filhas separadas.
Organizações com a qual lida	SOS (Ong) – Peixe, Clube de Mãe e STR
Políticas Públicas -	Positivo – movimento social Negativo – falta de políticas publicas, gestão política e política de saúde e educação

ESTUDO DE CASO

ACORDO DE PESCA

GRUPO 1 – ANA PAULA, THAIS LOPES, THAIS COSTA, JOSEMAR, MENCIO, ALEXANDRE E ABDOM

Perguntas:

1) Quais as motivações para o manejo?

R: Conflitos entre / com legislação; construção da Co-Gestão; melhoria da qualidade de vida dos pescadores.

2) Qual o objetivo básico do manejo?

R: Integração dos interesses dos pescadores com a conservação dos recursos pesqueiros.

3) Quais os procedimentos básicos para o manejo?

R: Mobilizando a comunidade

Ex:

- Promover reuniões, festas anúncios (rádio, jornais, cartazes)
- Planejar as reuniões (pauta definida, divulgação, facilitador, ter ata e lista de presenças)
- Levantamento das regras
- Assembléia intercomunitárias para aprovação do Acordo de Pesca
- Legalização da lei
- Divulgação da lei
- Monitoramento (controle de dados)
- Avaliação do Acordo

4) Quem são os usuários do sistema de manejo?

R: Pescadores, atravessadores, fazendeiros (?); ribeirinhos, amadores

5) Quais as regras de uso estabelecidas?

R: Readequar algumas regras na legislação para menos restrições com medidas integradas para conservação do recurso.

Ex: Diminuição no tamanho da malha com compromisso da devolução de exemplares de inferiores a tabela como : Pira e Surubim.

6) Que fatores locais e/ou externos influenciaram na discussão das regras de uso.

R: Externas – Poluição, falta de cheias, desmatamento, agrotóxicos, aquecimento global.

Interno – Pescadores clandestinos, falta de peixe (excesso de pescadores e/ou falha na reposição do estoque).

7) Que aspectos podem ser relacionados com as diferentes dimensões de sustentabilidade.

R: Uso adequado dos recursos; compromisso dos usuários em cumprissem a regra do acordo.

GRUPO 2 – ALISON, MIGUEL, DIANA, EVANDRO, YOGI E MARCELO

Motivação – Aumento desejado da produção de espécies nativas da represa

Objetivo geral.

Meta: eliminar o tucunaré com pesca de vela, liberar a pesca da marijuba.

Usuários – Pescador profissional e amador.

Mobilização da comunidade.

Convidamos: presidente da federação de pescadores profissionais e associação de moradores.

- Presidente da Colônia Z – 5, pescadores TM, Morada Nova, Felix Pandia, Pompeu, S.G Abaeté, Biquinhos

- Ibama, IEF, fazendeiros, ONGS, WFT, Comlago, Comitê SF – 4, Arpa, Rainha do Canadá.

Varias reuniões com ata.

Encaminhamentos: Solicitamos a liberação e utilização de redes com métodos de rela e fisga para captura das espécies exóticas e rede de malha 03 a 05 cm para captura da menjuba. Fizemos pesquisas junto ao Ibama e IEF mostrando a especificidade dos petrechos pelas espécies alvo e abundancia destes.

Regras de Uso

- 1 – A utilização dos petrechos de emalhar somente serão utilizados por pescadores devidamente licenciados.
- 2 – Uso da pesca de rela e fisga para tucunaré e malha pequeno para menjuba liberado.
- 3 – Nos finais de semana e dias não utens não poderá utilizar petrecho de emalhar.

Legislação:

- 1 – Com o Ibama e IEF
- 2 – Acordo aprovado e publicado no Diário Oficial

3 – Divulgado a todas as classes interessadas com envio de cópias aos mesmos e propagandas nas rádios dos municípios.

Monitoramento

1 – A Colônia Z-05 fará a distribuição de talões de apontamento da captura dos pescados para os pescadores profissionais que utilizarão os métodos autorizados e os recolherá mensalmente.

2 – Cadastramento dos pescadores que utilizaram os métodos autorizados.

3 – Fiscalização e acompanhamento para verificar quais os pescadores não estão cumprindo o acordo (instituição normativa).

4 – Semestralmente fazer avaliação da CPUE para obter indicadores e verificar a variação da efetividade das medidas.

Fatores locais e externo.

Grande proliferação das espécies exóticas e incidência de pesca amadora nos finais de semana e dias não úteis

Aspectos relacionados as diferentes dimensões de sustentabilidade.

Aumento do estoque pesqueiro nativo

Aumento da renda familiar dos pescadores profissionais cadastrados.

Garantir a perpetuação das espécies nativas

Assegurar sustentabilidade para futuras gerações.

AVALIAÇÕES

PAINEL 7 A

AVALIAÇÃO DO DIA 05 DE SETEMBRO
YOGI E MARCELO COUTINHO

PARTICIPAÇÃO

Boa +-
Numero
baixo uns
dormiram

CRONOGRAMA

- Um pouco
longo
- prejudicado por
atrazo

APRENDIZAGEM

Boa

ENTENDIMENTO

Bom
nível

ORGANIZAÇÃO

Boa

APLICABILIDADE

Boa

CONTEUDO

Bom

COORDENAÇÃO

Boa

**ACORDO DE
CONVIVÊNCIA**

Foi
cumprido

PONTUALIDADE

Ruim

**EXECUÇÃO DE
TAREFAS**

A
contento

DIFICULDADES

Tecnologias, Tempo, Nível
de Discussão

SUGESTÃO

Se ater aos temas sem
dispersões

PAINEL 7 B

AVALIAÇÃO 06 DE SETEMBRO
THAIS LOPES E SGT. EDUARDO

PARTICIPAÇÃO

Boa

CRONOGRAMA

CUMPRIDO

APRENDIZAGEM

SATISFATÓ
RIA

ENTENDIMENTO

Bom

ORGANIZAÇÃO

BOA

APLICABILIDADE

Boa

CONTEUDO

ÓTIMO

COORDENAÇÃO

OTIMO

ACORDO DE
CONVIVÊNCIA

FOI
COMPRIDO
PARCIALMEN
TE

PONTUALIDADE

BOM
IEF
ATRAZADO

EXECUÇÃO DE
TAREFAS

BOA EXETO
APRESENTAÇÃ
O DO TIATRO
REGULAR

DIFICULDADES

ESTUDO DE CASO
"INTERPRETAÇÃO"
APRESENTAÇÃO ETC.

SUGESTÃO

COMPROMETIMENTO PSRS
EVITAR AUSENCIA

PAINEL 7 C

AVALIAÇÃO DO DIA 07 DE SETEMBRO
ADBOM E JOSEMAR

PARTICIPAÇÃO

Boa

CRONOGRAMA

BOM

APRENDIZAGEM

Boa

ENTENDIMENTO

Bom

ORGANIZAÇÃO

PODEMOS
MELHORÁ
MAIS

APLICABILIDADE

Boa

CONTEUDO

ÓTIMO

COORDENAÇÃO

BOA

ACORDO DE
CONVIVÊNCIA

REGULAR

PONTUALIDADE

FALHOU
UM
POUCO

EXECUÇÃO DE
TAREFAS

REGULAR

DIFICULDADES

FALTA DO MATERIAL DIDÁTICO
QUE CONTRIBUIU EM FALHA DO
TRABALHO EM GRUPO
FALTA DO OBSRVADOR

SUGESTÃO

PROCURA MELHORA NOSSAS
FALHAS

PAINEL 7 D

AVALIAÇÃO DO DIA 08 DE SETEMBRO
ALEXANDRE E ANA THÉ

PARTICIPAÇÃO

DESIGUAL
DURANTE
A
EXPOSICÃ

CRONOGRAMA

ADEQUADO

APRENDIZAGEM

REGULAR
(POUCO
TEMPO PARA
MUITO

ENTENDIMENTO

MELHORAR
COM
EXEMPLOS E
EXERCICIO

ORGANIZAÇÃO

ADEQUADA

ACORDO DE
CONVIVÊNCIA

REGULAR
(ASSUNTO
FORA DO
CONTEXTO E
DISPERSÃO DO

CONTEUDO

MUITO
BOM

COORDENAÇÃO

BOA

PONTUALIDADE

AQUÉM DO
DESEJAVEL

EXECUÇÃO DE
TAREFAS

PODERIA SER
MELHORE
(CANSATIVO)

**DIFICULDADES
OU FALHAS**

FALTA DE INTER NET E TÉCNICO
DO HOTEL ATRAPALHADO

SUGESTÃO

MENOS CONTEUDO TÉCNICO E
MAIS EXEMPLOS E EXERCICIOS

PAINEL 8 E

AVALIAÇÃO DO DIA 09 DE SETEMBRO
DIANA, EDUARDO E PARTICIPAÇÃO DE ALISON

PARTICIPAÇÃO

OTIMA

CRONOGRAMA

DENTRO DO
ESPERADO

APRENDIZAGEM

MUITO
CONHECIME
TO

ENTENDIMENTO

CLARO E BEM
ASSIMILADO

ORGANIZAÇÃO

BOA

**ACORDO DE
CONVIVENCIA**

TRANQUI
LO

CONTEUDO

ASSUNTO
DE BOM
ENTENDI
MENTO

COORDENAÇÃO

EXCELENTE

APLICABILIDADE

BOA

PONTUALIDADE

RAZOAVEL

**EXECUÇÃO
DE ATAREFAS**

DENTRO DO
PRAZO

**DIFICULDADES
OU FALHAS**

NÃO HOUVE

SUGESTÃO

MELHOR MOBILIZAÇÃO PARA
PARTICIPAÇÃO DOS
CONVIDADOS NOS PROXIMOS
CURSOS

AVALIAÇÃO FINAL

ASPECTOS POSITIVOS

- APRENDIZAGEM
- TROCA DE EXPERIÊNCIA

EXERCICIO
PRÁTICOS

FORTES
CONHECIMENTOS
TRANSMITIDO EM
RELAÇÃO ÀA PESCA

OPORTUNIDADE DE
EXPLORAR NOVAS
IDEIAS JUNTOS DE
MANEIRA PRÁTICA

DISCUSSÃO DO
DIA – A – DIA DO
PESCADOR

- TROCA DE INFORMAÇÃO
- CONHECIMENTO DE
OUTRAS REALIDADES
- DIVULGAÇÃO DE
LEGISLAÇÃO E ACORDO
- ENRIQUECIMENTO
PESSOAL

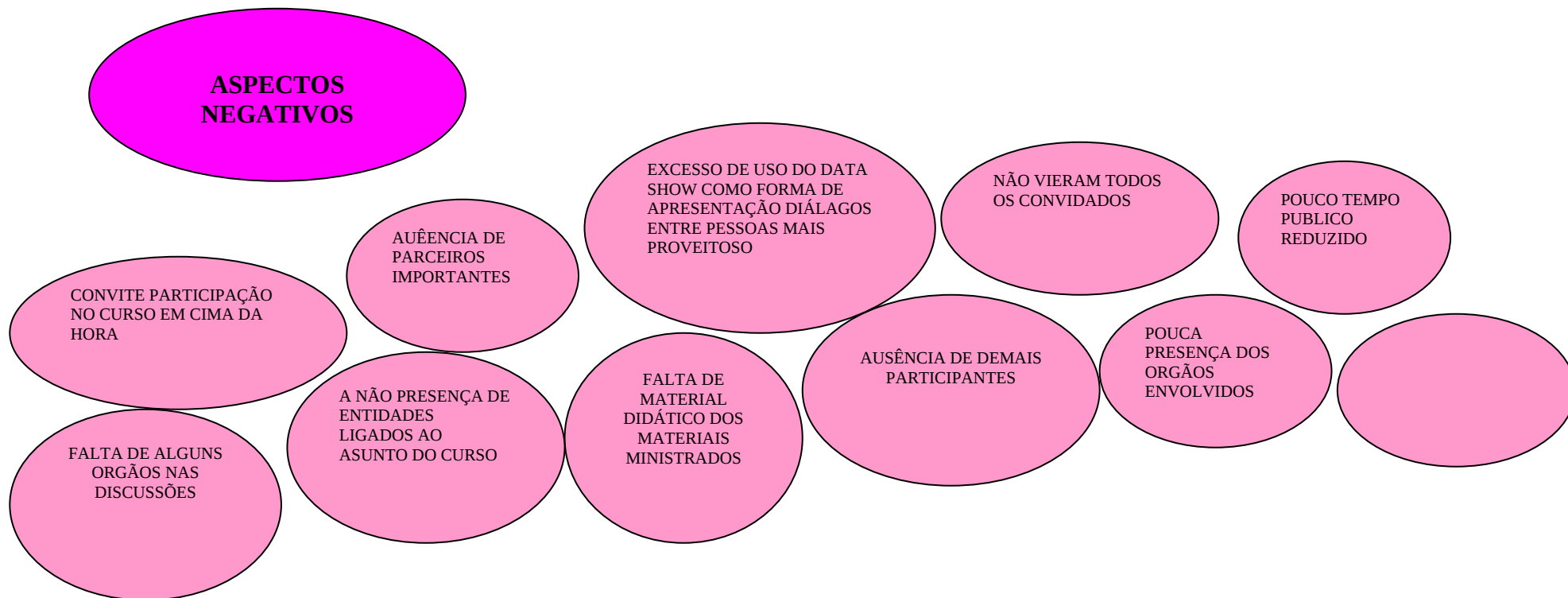
- USO DE ESTUDO DE
CASO
- MUITO
PARTICIPATIVO

EXPLANAÇÃO
DO
FACILITADOR

OS OBJETIVOS DO
CURSO E O CONTEUDO
PROGRAMÁTICO
FORAM ALCANÇADOS

CAPACITAÇÃO
PARA
CONTRIBUIR
COM MENEJO
COMUNITÁRIO

TIPO DE CURSO
ÚNICO – SUI-
GENERRIS



LISTA DE PARTICIPANTES

	Nome	Instituição / Comunidade	Endereço completo	e-mail
1	JOACHIM CAROLSFELD	WFT	434 RUSSELL STREET – VICTORIA, CANADAR	yogi@worldtish.org
2	MENCIO MEDRANO PÉREZ	IEF	R. PARACATU, 304 - SALA 903, BELO HORIZONTE - MG	cgpa@ief.mg.gov.br
3	JOSEMAR ALVES DURAES	COLONIA Z - 20	RUA MANOEL PINHEIRO, 288, IBIAI, MG	3746 1122
4	THAIS A. PINHEIRO LOPES	COLÔNIA Z – 01	AV. SÃO FRANCISCO, N 1586 B AP 9 PIRAPORA - MG	3741 7809 – COLÔNIA Z – 01 9117 4981
5	WELLINGTON ABDON	PMMG	RUA SEVERIO LIMA 289 – PIRAPORA - MG	sgtabdon@bol.com.br 3741 3804
6	EDUARDO FIGUEIREDO SANTOS	PMMG	RUA SAGUARINA, 10 PQ DIADORIM TRÊS MARIAS - MG	gpmmb3marias@yahoo.com.br 38 3754 1313
7	MARCELO COUTINHO AMDANTE	IEF	RUA PARACATU, 304 SALA 903 BELO HORIZONTE - MG	cgpa@ief.mg.gov.br
8	MIGUEL FERREIRA DE ANDRADEI	Federação dos Pescadores de MG	RUA MARECHAL DEODORO 208, TRÊS MARIA - MG	9115 1678
9	ALEXANDRE L. GODINHO	UFMG	CENTRO DE TRANSPOSIÇÃO DE PEIXE – UFGM CEP 31270 – 901 BELO HORIZONTE - MG	agodinho@ufmg.br
10	ANA PAULA GLINTSKI THÉ	PPA	AV. GOV. VALADARES, 849 CENTRO PIRAPORA – CEP 39270-000 - MG	anathecomanej@yahoo.com.br
11	THAIS ANDHIETH SANTOS COSTA	IEF	RUA PARACATU, 304 SALA 903 BELO HORIZONTE - MG	tahacosa@bol.com.br
12	CÉLIA ANA Q. L. AFONSO	IEF	RUA PARACATU, 903 – BELO HORIZONTE - MG	celiainti@yahoo.com.br
13	ALISON MACHAUGHTON	WFT	CAIXA POSTAL, 71 TRÊS MARIAS – MG ,CEP-39205.000	Alison@worldfish.org 31 - 9952 3474/ 38 3563 3574
14	FRANCISCO DE ANDRADE	UFMG	AV. ANTONIO CARLOS 6627 CEP: 31270 – 901, ICB. BLOCO EZ SALA 180 – BELO HORIZONTE - MG	fneto@icb.ufmg.br

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Anônimo – GTZ- PROJEKTMANAGEMENT GRUNDLAGEN UND Anwendungsfragen - GTZ, Qualitätssicherung, Echborn, Alemanha, 1995.
- Azevedo, C. R.; Santos, G.S.; Apel, M. & Mello, R.Q. ORGANIZAÇÃO COMUNITÁIA E INTERLOCUÇÃO. IARA: Santarém, 38 p, 1999.
- Bamberger, Michael - THE ROLE OF COMMUNITY PARTICIPATION IN DEVELOPMENT PLANNING AND PROJECT MANAGEMENT, EDI Policy Seminar Report No.13 Washington: World Bank 1988
- Boiteux, Colbert - PERT/CPM/ROY/MARCO LÓGICO E OUTRAS TÉCNICAS DE PRO-GRAMAÇÃO E CONTROLE, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora ,1985
- Bowditch, James L. & Buono, Anthony, F. - ELEMENTOS DE COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL. São Paulo, Editora Pioneira, 1992.
- Bröse, Markus - INTRODUÇÃO À MODERAÇÃO E AO MÉTODO ZOPP. Recife, Projeto PAPP: Capacitação. GTZ, 1993.
- Bröse, Markus - MONITORIA E AVALIAÇÃO DE PROJETOS. Recife, Projeto PAPP: Capacitação, 1993.
- Chambers, Robert - RURAL DEVELOPMENT: PUTTING THE LAST FIRST Inglaterra: Longman Scientific, 1983
- Chiarenato, Idalberto - ADMINISTRAÇÃO, TEORIA, PROCESSO E PRÁTICA. - São Paulo, McGraw- Hill do Brasil, 1985
- GATE/GTZ- PARTICIPATORY IMPACT MONITORING, Alemanha: Vieweg, 1996
- GTZ – ZOPP- Planejamento de Projetos orientado por Objetivos – UM GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO DE PROJETOS NOVOS E EM ANDAMENTO. GTZ, Unidade 04, Eschborn, Alemanha, 1998.
- Hampton, Davis R. - ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 2ª edição, 1983.
- Holland, Neila Anchieta - O modelo POQ: a administração participativa a caminho da qualidade. Rio de Janeiro, Editora Qualitymark, 1993.
- Kast, Fremont E. & Rosenzweig, James E. - ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: UM ENFOQUE SISTÊMICO. São Paulo, Editora Pioneira, 3ª edição, 1987.
- McCracken, Jennifer; Pretty, Jules; Conway, Gordon - AN INTRODUCTION TO RAPID RURAL APPRAISAL FOR AGRICULTURE DEVELOPMENT, London: IIED, 1988
- Krappitz, Uwe; Ullrich, Gabriele e Souza, Joelson - ENFOQUE PARTICIPATIVO PARA O TRABALHO EM GRUPOS. CONCEITOS BÁSICOS E UM ESTUDO DE CASO Recife: ASSOCENE/DSE 1988

- Lopes, Helena - METODOLOGIA PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS (MRP)
Brasília: SEBRAE, 1994
- Matus, Carlos - MÉTODO ALTADIR DE PLANIFICACION POPULAR (MAPP)
Caracas: Fundacion Altadir s.d
- McCracken, Jennifer; Pretty, Jules; Conway, Gordon - AN INTRODUCTION TO
RAPID RURAL APPRAISAL FOR AGRICULTURE DEVELOPMENT ,
London: IIED, 1988
- Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças de – SISTEMAS DE INFORMAÇÕES
GERENCIAIS. São Paulo, Editora Atlas S.A., 5ª edição, 1998
- Practical Concepts Incorporated (PCI) - THE LOGICAL FRAMEWORK. A
MANAGER'S GUIDE TO A SCIENTIFIC APPROACH TO DESIGN &
EVALUATION
Washington: PCI 1979
- Oakley, Peter - THE MONITORING AND EVALUATION OF PARTICIPATION IN
RURAL DEVELOPMENT, Rome: FAO ,1988
- Ramalho, Luiz e Klausmeyer, Alfons (Org.) - INTRODUÇÃO A METODOLOGIAS
PARTICIPATIVAS. UM GUIA PRÁTICO, Série Metodologias Participativas
No. 1, Recife: ABONG/DED 1995
- Ruffino, M. L. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS PESQUEIROS NA
AMAZÔNIA. Brasília: Ibama, 2005. 120 p.
- Ruffino, M. L. PROVÁRZEA - A NATURAL RESOURCE MANAGEMENT
PROJECT FOR THE AMAZON FLOODPLAINS IN: THE SECOND
INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON THE MANAGEMENT OF LARGE
RIVERS FOR FISHERIES, Phnom Penh. 2003. p.131.
- Ruffino, M. L. & Mitlewski, B. MANEJO PARTICIPATIVO DA PESCA NO MÉDIO
AMAZONAS: HISTÓRICO, METODOLOGIAS E PRINCIPAIS
RESULTADOS IN: PESQUERÍAS CONTINENTALES EN AMÉRICA
LATINA: HACIA LA SUSTENTABILIDAD DEL MANEJO PESQUERO
ED.SANTA FE : Universidad Nacional del Litoral, 2003, p. 197-214.
- Voigt-Motitz, Hans, PARTICIPAÇÃO E O EXEMPLO DE DAKAR. TEMAS PARA
DISCUS-SÃO, Recife: GTZ, 1993